

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 — Série VII — N.º 753
1 de Junho de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa



A luta dos trabalhadores que prosseguiu com a jornada de quinta-feira passada e o normal funcionamento das instituições democráticas...

GOVERNO DERROTADO «PACOTE» LABORAL É INCONSTITUCIONAL

1 As declarações de inconstitucionalidade ontem proferidas pelo Tribunal Constitucional em relação ao «pacote laboral» e ao «pacote» das privatizações constituem uma rotunda derrota do Primeiro-Ministro, do Governo e do PSD e um sério golpe na sua política de regressão social e de aceleração da reconstituição do poder do grande capital.

2 Assume a maior importância e significado que relativamente ao «pacote laboral», para além da identificação de vícios de natureza formal, o Tribunal Constitucional tenha confirmado a inconstitucionalidade do propósito governamental de alargar e subverter o conceito de justa causa de despedimento designadamente pela criação da figura da justa causa fundada em «razões objectivas».

3 As decisões do Tribunal Constitucional representam na actual conjuntura, uma positiva afirmação do regular funcionamen-

to das instituições democráticas face à arrogância, prepotência e autoritarismo de um Governo que, por dispor de uma submissa maioria parlamentar, parecia julgar poder tripudiar impunemente sobre a legalidade constitucional.

4 É indispensável sublinhar que a grande derrota agora sofrida pelo Governo é inseparável do grandioso movimento de protesto e luta desenvolvido nos últimos meses pelos trabalhadores, designadamente contra o iníquo «pacote laboral». Todos os portugueses que juntaram a sua voz e incorporaram a sua vontade e determinação nesse vasto processo de luta, com justo destaque para a Greve Geral de 28 de Março, tem hoje sólidas e irrefutáveis razões para compreender que valeu a pena lutar e que vale a pena — e é necessário e indispensável — continuar a lutar contra a nefasta política do Governo PSD/Cavaco Silva.

5 Face às decisões do Tribunal Constitucional, é de prever que o Governo, fiel à sua vocação para a mistificação e a falsificação, venha a intensificar a sua campanha de acusações contra a Constituição da República apresentando-a mentirosamente como factor impeditivo e bloqueador do progresso e desenvolvimento nacionais.

A verdade, porém, é que as recentes decisões do Tribunal Constitucional voltam a confirmar e a pôr em evidência que a Constituição da República é um importantíssimo factor de protecção e garantia dos direitos dos trabalhadores, das aspirações populares, dos valores democráticos e das transformações progressistas alcançadas com a Revolução de Abril e das esperanças de um futuro de bem-estar, progresso e desenvolvimento para Portugal democrático.

27 de Maio de 1988

A Secção de Informação e Propaganda
do Partido Comunista Português



...impuseram a derrota do «pacote» laboral

Págs. 1, 2 e 3/Semana

PCP

**este fim-de-semana
foi assim:**



5.ª Assembleia da Organização concelhia de Setúbal

• Págs. 7, 8 e 9/Semana

2.ª Assembleia da Organização Local do Porto • Pág. 10/Semana

1.ª Assembleia da Organização do PCP nos HCL • Pág. 4/Semana



Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino

• Pág. 6/Semana



Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social

• Pág. 5/Semana

Noticiário e reportagens sobre a Jornada de esclarecimento da APU •

Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

no próximo sábado:

**Encontro Nacional do PCP
sobre o Poder Local**

Agenda

Editorial

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 753

1 de Junho de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Informar

Constitui seguramente um dos traços distintivos da actual situação política a atenção dedicada ao PCP pelos órgãos de Comunicação Social.

Poder-se-ia afirmar que, atribuir importância ou significado a tal facto, constitui tomar os efeitos pelas causas, que se a Comunicação Social atribui atenção e espaço aos comunistas portugueses, isso apenas se deve a que existem actualmente notícias quanto aos comunistas portugueses — o que anteriormente não sucederia... Tranquila, a Comunicação Social, mais não faria do que reflectir uma realidade na qual haveria então que procurar os verdadeiros motivos para esta acrescida atenção.

A conclusão é obviamente falaciosa uma vez que nem ao mais ingénuo dos cidadãos ocorre hoje em dia atribuir à rádio, à televisão e à generalidade dos jornais a cândida postura de pulidos espelhos sobre os quais, intacta, a realidade se reflecte. Bem pelo contrário, à Comunicação Social e aos seus profissionais é reconhecida uma acção interveniente e pensada que começa, como é inevitável, na selecção das parcelas da realidade consideradas merecedoras de destaque informativo e prossegue no seu tratamento em palavras, sons e imagens que, em si próprio, igualmente não constitui um mero reflexo da realidade, mas um acto criador e transformador inevitavelmente responsável e responsabilizante.

As relações entre a política e a Comunicação Social continuam a dar origem, em todos os quadrantes do mundo e das ideias, a vasta polémica e teorização cuja necessidade talvez resida afinal na dificuldade em estabelecer rigorosas fronteiras entre ambas... A aceitarem-se definições mais vastas do que é a política, sem dificuldade, lá se incluirá a função informativa e até geneticamente a expansão da Comunicação Social está tão imbrincada às evoluções técnicas da imprensa ou da electrónica quanto ao sufrágio universal e ao alargamento democrático da participação dos povos na definição dos seus destinos colectivos.

Marxistas-leninistas, naturalmente que não abdicamos de uma análise dos fenómenos políticos e sociais à luz de uma perspectiva de classe e da luta de classes, e assim é também para a evolução e realidade da informação de massas.

Marxistas-leninistas, naturalmente também que não ignoramos transformações determinantes do mundo e dos homens, as modificações e evoluções.

No campo da luta e da vida das ideias constitui um traço evidente da evolução das últimas décadas a generalizada aceitação e a integração no instrumental teórico generalizadamente aceite de princípios, vectores e análises património original do ideário progressista e revolucionário em geral e marxista em particular.

Conclusões ou leis que há cem ou cinquenta anos se encontravam no centro de duras lutas ideológicas e políticas, cuja defesa ou combate foram linhas de separação do progresso e do passado, de reacccionários e revolucionários, constituem hoje verdades adquiridas sem as quais o pensamento e a prática da Humanidade seriam impossíveis.

Ainda não há muitas décadas um professor primário pôde ser judicialmente ameaçado nos Estados Unidos por ensinar o evolucionismo darwiniano e entre nós bastará recuar uns escassos quinze anos para que as universidades recusassem manusear o conceito de colonialismo.

Tão grave quanto supor que as transformações que os povos impuseram ao mundo e às sociedades atingiram já a profundidade suficiente, para tornarem ultrapassadas análises que continuam a corresponder a traços essenciais da realidade,

será o supor que não há modificações. E tanto mais grave quanto, no inelutável caminho do Homem para o futuro, são no essencial de carácter positivo os passos dados pela Humanidade, na contraditória composição de cada um sempre existe, vitorioso já ou batalhador sempre, o anseio e a certeza de progresso.

Dependente dos grandes meios de produção industrial de cultura (tipografia, electrónica, óptica, etc.), a Comunicação Social acompanha na sua História contradições fundamentais do mundo. De um lado, a posse dos meios de produção por ela exigidos, das rotativas às câmaras, das fábricas de papel à produção de películas; do outro, a realidade dos homens e da vida, as ideias que a iluminam e explicam, esses homens simultaneamente protagonistas e destinatários da informação, razão de ser da Comunicação Social.

Isto é, de um lado os meios de produção propriedade individual, do outro a realidade social e colectiva dos produtores e consumidores da informação!

Falar de informação burguesa ao longo do século XVIII e de quase todo o século XIX foi quase sinónimo pura e simplesmente de informação. Única detentora dos capitais indispensáveis aos investimentos técnicos e humanos da grande informação, à burguesia cabia não só a propriedade das máquinas, como o domínio das ideias que através dela se veiculavam.

Não foi por vontade da burguesia que tal situação se alterou. A intensa luta ideológica que tem modificado ao longo de décadas os parâmetros teóricos, éticos e profissionais da Comunicação Social não foi congeminada e resolvida no seio de gabinetes de administradores e proprietários. Antes tem respondido às exigências dos factos e das realidades, às exigências dos homens e das sociedades.

Tal como a democracia não se aprofunda e alarga por vontade das classes possedentes, mas pela acção dos trabalhadores e do povo, tal como o mundo não se transforma por iniciativa do imperialismo e do capitalismo mas pela existência e pelo crescimento do socialismo, também a evolução da Comunicação Social nos países capitalistas não poderá ser compreendida sem ter em conta que, dentro e fora desses países, ela deixou de estar sozinha em campo, que a dialéctica da Comunicação Social há muito que deixou de ser exclusivamente determinada pelos detentores dos meios de produção. Continua porém a sê-lo decisivamente — o que é igualmente necessário não esquecer.

A independência dos órgãos de Comunicação Social é uma reivindicação legitimamente colocada pelos profissionais da informação. Não surgiu contudo tombada do céu, de geração espontânea e inexplicável. Não correspondeu a uma postura anarquizante de jornalistas ansiosos de escreverem puramente o que pela cabeça lhes passasse.

Quando, ao longo de anos e anos e hoje ainda, em todo o mundo os jornalistas lutam contra as censuras internas e externas, contra o domínio do seu trabalho pelos dinheiros, não o fazem por pretenderem fazer o que querem: fazem-no sim porque querem fazer o que devem.

Não é em nome das suas pessoais apetências redactoriais que os jornalistas se rebelam contra imposições de «coronéis da censura» ou de patrões interessados na divulgação desta ideia ou daquele facto: é sim em nome de uma responsabilidade que assumem perante o mundo e as gentes, perante as pessoas e a vida que são a razão de ser do seu trabalho.

A dignidade e a responsabilidade individual de

um profissional de informação estão indissociavelmente ligadas à dignidade e à responsabilidade colectiva do seu trabalho.

É por força dos direitos que à Comunicação Social atribui que sobre ela o público tem o inalienável direito da crítica. E os direitos legítimos tornam-se em privilégios inaceitáveis quando se recusa o direito à crítica que sobre o seu uso é feita.

O Partido Comunista Português não tem telhados de vidro nem esqueletos nos armários no que à Comunicação Social diz respeito. Afirmá-lo não significa dizer que, à luz de quantas legítimas opiniões se entenda, não lhe possam ser feitas críticas: equivale a dizer duas coisas bem diferentes. Em primeiro lugar, que neste campo, como em todos os outros, o PCP faz do respeito pela crítica não apenas uma indesmentível necessidade como um inabalável princípio; em segundo, que no balanço sempre necessário na vida cívica e política, individual ou colectiva, o PCP tem sobejas razões para dele se orgulhar também neste campo.

Não parece necessário — ou talvez seja — recordar os contributos dados individual e colectivamente pelos comunistas portugueses para uma informação livre e independente, ao serviço do povo e do País, ao longo dos 67 anos de vida que completámos. Não parece necessário recordar os tipógrafos clandestinos do «Avante!» torturados na PIDE ou os jornalistas comunistas presos nas redacções dos jornais censurados do fascismo. Não parece necessário falar do esforço dos jornalistas comunistas e de todo o Partido em geral para assegurar ao povo português, antes e depois do 25 de Abril, uma informação honesta, empenhada, digna.

Talvez já seja indispensável recordar que o PCP é indiscutivelmente o partido português que mais firmemente se tem batido contra os atropelos, por vezes indiscrimináveis, a que o domínio e manipulação dos órgãos de comunicação estatizados por sucessivos governos de direita têm dado origem.

Exactamente porque tem sobre a Comunicação Social as posições que tem, da sua importância e dignidade a noção que afirma em palavras e demonstra em actos, o PCP entende que é parte dos seus deveres, face ao povo perante o qual responde, o exercício do seu direito de crítica face a uma Comunicação Social igualmente responsável perante o mesmo povo.

Nos últimos meses o PCP repetidamente sublinhou a existência de uma campanha na Comunicação Social que o tem como objecto.

A situação não é nova. Não estamos face à primeira campanha deste tipo, nem seguramente à última. Contudo, alguns traços diferentes se apresentam.

Não se poderá falar de maior virulência, só o poderá supor quem tenha esquecido páginas tão sombrias da história da Comunicação Social portuguesa como a gigantesca cabala da «carta Ponomarev», ou dos «cubanos no Alentejo», ou o comportamento boçal de um apresentador de TV em dia de eleições.

Amplitude talvez, mas ela será fundamentalmente fruto do que, antes de tudo o mais, essencialmente a caracteriza: o que há de diferente e que na presente campanha confluem pela primeira vez três factores um dos quais é novo:

— assistimos naturalmente a uma operação politicamente favorável à direita que para ela utiliza os órgãos que domina e os elementos de que dispõe. E banal;

— assistimos a um interesse que uma visão mais crítica e imediatista da actividade informativa fomenta: porque de facto há um elemento diferente nesta campanha, considera-se que por ser diferente é interessante. Aí a multiplicação, o efel-

Resumo

25 Quarta-feira

Apesar da nova legislação, o número de presos aumentou, continuando a agravar-se a situação prisional — alerta o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público ■ Os agentes da PSP de Lisboa têm recebido «constantemente» os salários com atrasos — afirma a pró-sindical da PSP ■ Foi anulado o despedimento de um trabalhador da CM de Vila Real de Santo António, dirigente do STAL — revela este sindicato ■ O Plano de Emergência para o distrito de Setúbal «não constitui a verdadeira e desejável solução para os graves problemas» da região — declara o Conselho Presbiteral da diocese ■ Iuli Vorontsov, vice-MNE da URSS, revela em Moscovo, perante centenas de jornalistas que vão cobrir a cimeira Gorbachov-Reagan, que o Paquistão está a violar os acordos de Genebra sobre a questão afgã ■ Uma greve geral paralisa os territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza, assinalando os 40 dias do assassinato de Abu Jihad, dirigente da OLP ■ A Líbia reconhece o governo de Hisse Habré e declara-se disposta a resolver por uma via «fraterna e amistosa» as questões com o Tchad ■ Professores argentinos decidem suspender uma greve ilimitada convocada há dois meses ■ Abre em Vila Franca a Xira-Infantil ■ O Benfica perdeu por *penalties* a final da Taça dos Campeões Europeus de futebol.

26 Quinta-feira

A CGTP-IN promove um dia nacional de luta contra o pacote laboral ■ O Tribunal Constitucional decide que o pacote laboral e a lei das privatizações contêm normas que violam formal e materialmente a lei fundamental ■ Em luta pela negociação da contratação colectiva, paralisam os trabalhadores da Imprensa Nacional — Casa da Moeda e os corticeiros do distrito de Aveiro ■ O Conselho de Ministros aprova a transformação do Banco Nacional Ultramarino em sociedade anónima ■ Uma reunião geral de alunos da Faculdade de Letras de Lisboa repudia o projecto de lei do Governo sobre disciplina académica, posição já assumida por outras organizações estudantis ■ Inicia-se no Funchal a sessão da Primavera da Assembleia do Atlântico Norte ■ A NATO decide transferir para Itália os F-16 americanos a retirar de Espanha ■

Moussa Traore, chefe de Estado do Mali, é eleito presidente da OUA ■ O vice-MNE vietnamita anuncia que o seu país vai retirar do Kampuchea 50 mil soldados até ao fim de 1988 ■ A Associação Portuguesa de Escritores concede o Grande Prémio de Romance e Novela de 1987 à obra de Vergílio Ferreira «Até ao fim».

27 Sexta-feira



Organizações empenhadas na defesa da Reforma Agrária anunciam que solicitaram uma audiência a Cavaco Silva para lhe expor os resultados da consulta pública sobre a proposta de Lei de Bases da RA ■ A FENPROF realiza um Encontro Nacional sobre o Ensino Superior Politécnico ■ O general António dos Santos N'Dalu, CEM das FAPLA e vice-ministro da Defesa da RPA, afirma ao «New York Times» que os EUA estão a treinar e abastecer a UNITA a partir do Zaire ■ São publicadas na imprensa soviética as teses para a Conferência Nacional do PCUS.

28 Sábado

O PCP realiza hoje e amanhã um Encontro Nacional sobre Educação e Ensino ■ Reúne a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP, com a participação de Álvaro Cunhal ■ O Estado-Maior do Exército suspende toda a instrução de «comandos» depois de mais um soldado ter morrido ontem no rio Tejo ■ Cerca de 120 rádios locais participam no Encontro Nacional em Coimbra ■ É preso o colombiano Fabio Ochoa, acusado de ser o *padrinho* dos traficantes de droga de Medellín e o responsável pela introdução nos EUA de 80% da cocaína ali consumida.

29 Domingo



Em Lisboa reúne o Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social ■ Realiza-se a 2.ª Assembleia da



Organização Local do Porto do PCP ■ A Convenção Nacional do PRD define como prioridade essencial da actuação do partido «a constituição, a curto prazo, de uma alternativa credível» ao Governo e à maioria PSD/Cavaco ■ O Encontro Nacional do MDP decide retomar o debate interno «sobre os princípios ideológicos e a prática política» do partido ■ Iniciam-se em Moscovo conversações entre o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, e o presidente dos EUA, Ronald Reagan ■ Realizam-se eleições regionais na Catalunha.

30 Segunda-feira

A GNR desbloqueia pela força a via férrea na freguesia de Rochoso, Guarda, ferindo várias pessoas que reivindicavam melhores serviços ferroviários ■ O bastonário da ordem dos Médicos, Machado Macedo, afirma no final de uma reunião com a ministra da Saúde, Leonor Beleza, que «ficou decidido, com o compromisso do Ministério, que o relacionamento entre este departamento governamental e a Ordem dos Médicos ficava institucionalizado» ■ A Comissão dos Direitos do Povo Maubere apelou a Mário Soares para que se pronuncie sobre a questão de Timor-Leste na sua visita à República das Filipinas ■ O Conselho Geral da UGT decide convocar para 2 de Julho um congresso extraordinário para remodelação dos seus órgãos dirigentes ■ Explosão de um carro armadilhado, em Beirute, mata 15 pessoas e faz mais de 60 feridos ■ Religiosos sul-africanos reúnem em Joanesburgo para debater formas de luta não violentas contra o apartheid.

to de arrastamento daquilo que «é notícia». É previsível;

— mas assistimos igualmente a atitudes de militantes do PCP que recorrem não ao normal funcionamento do seu Partido, mas àqueles meios que fora dele lhe são proporcionados, que procuram e que usam. Isto é novo.

Bastante tem sido dito já quanto aos aspectos políticos e éticos deste velho comportamento novo entre nós à luz dos princípios e dos critérios partidários e comunistas.

Mas o que seguramente parece indispensável é chamar a atenção para um aspecto, só aparentemente formal, que envolve autores e actores de uma acção política. Na verdade, há quem escreva e fale não para dizer o que pensa ou o que quer, mas para que se possa encontrar eco e acolhimento.

São processos que se conhecem, nomeadamente por quantos, como todos nós, não desligam a forma e o conteúdo, antes consideram que muita coisa se revela sempre quanto aos conteúdos mediante as formas a que se recorre. Processos que contribuem, não para que se discuta e aprofunde seja o que for, mas exactamente para o contrário.

Considerando porém — como parece indiscutível — que estamos face a uma novidade nesta campanha, parece igualmente necessário considerá-la à luz de critérios éticos e profissionais da informação.

Tem-se ouvido aqui e ali protestos por o PCP afirmar existir uma campanha. Recorrendo a factos e realidades neste mesmo texto referidos, afirma-se que a Comunicação Social mais não faz do que reflectir os factos, falar da «crise» que varreria o PCP.

Que deste ou daquele facto real se retire a conclusão de que há uma crise não é, obviamente, uma notícia: é uma opinião. As notícias podem ser verdadeiras ou falsas, completas ou incompletas: as opiniões podem ser certas ou erradas.

Se vários órgãos de informação dão uma mesma notícia, poderá concluir-se que ela é importante; que vários órgãos de informação veiculem como própria uma mesma opinião permite legitimamente entrever a consonância.

Dir-se-á: mas tal consonância pode ser fruto da evidência do significado dos factos e não da obediência a uma orientação de campanha. É verdade. Mas para que o seja, é necessário que indelutavelmente os factos confluem para tal significado. E o que não é admissível de nenhum ponto de vista — intelectual, ético, deontológico, político — é deformar ou ocultar factos e a sua apresentação para os fazer significar a opinião que se pretende ver comprovada!

E aqui, cabe perguntar aos órgãos de Comunicação Social: que é do facto do Encontro Nacional do PCP sobre a Saúde? Que é do facto do Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado? Que é do facto do Encontro do PCP sobre o Ensino? Que é do facto da evidente dinamização da actividade da CDU iniciada na passada semana? Que é do facto da realização das assembleias de organização de Setúbal, dos Hospitais Cívicos de Lisboa, de Guimarães, do Porto?

É um direito que cabe à Comunicação Social inventar uma tão falsa quanto néscia problemática em torno de uma pastelaria da Avenida da República e simultaneamente ignorar o contributo combativo e dedicado de milhares e milhares de militantes de um grande Partido nacional para o estudo e resolução dos problemas do País.

É um direito que nos cabe enquanto leitores e é um dever, que nós requer a intransigente defesa que fazemos de uma Comunicação Social livre, independente e digna, afirmar: não concordamos.



Salvante!
Proletários de todos os países — UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 63 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sócio Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Consolidemos a vitória do movimento sindical

Consolidar a vitória do movimento sindical contra os pacotes do Governo é aprofundar a derrota que este sofreu. Além das associações sindicais directamente envolvidas na recusa frontal, liminar, da política laboral e social cavaquista, forças políticas democráticas da oposição foram unânimes na condenação do Governo e no apoio às decisões do Tribunal Constitucional. Consolidar a vitória é ainda acelerar a dinâmica de unidade que se verificou sobretudo na greve geral de 28 de Março e fazer vingar a unidade na acção a que não têm sido alheias as forças mais representativas dos trabalhadores no plano político e social. A CGTP sublinhou publicamente a importância desta batalha contra a política laboral do Governo Cavaco e o

dia nacional de luta da passada quinta-feira deu uma resposta que perdurará na memória de todos os que continuarão a luta para que, em tempo algum, o pacote laboral do Governo venha a transformar-se em lei da República. Valeu a pena lutar, como a CGTP afirmou, por todo o País. Depois de sublinhar que «assume a maior importância e significado» o facto de o Tribunal Constitucional ter «confirmado a inconstitucionalidade do propósito governamental de alargar e subverter o conceito de justa causa de despedimento», o PCP, através de uma nota da SIP com data de 27, destaca na parte final do texto que, «face às decisões do Tribunal Constitucional, é de prever que o Governo, fiel à sua vocação para a mistificação e a

falsificação, venha a intensificar a sua campanha de acusações contra a Constituição da República, apresentando-a mentirosamente como factor impeditivo e bloqueador do progresso e desenvolvimento nacionais.

«A verdade, porém, é que as recentes decisões do Tribunal Constitucional voltam a confirmar e a pôr em evidência que a Constituição da República é um importantíssimo factor de protecção e garantia dos direitos dos trabalhadores, das aspirações populares, dos valores democráticos e das transformações progressistas alcançadas com a Revolução de Abril e das esperanças de um futuro de bem-estar, progresso e desenvolvimento para Portugal democrático».



Embora Lisboa, Porto, Setúbal e Coimbra tenham multiplicado as acções da jornada nacional de luta, também em concelhos como Vila Franca de Xira e cidades como Viana do Castelo, Braga, Leiria, Viseu, Vila Real e na região do Algarve os trabalhadores paralisaram para participar na grandiosa acção sindical da passada quinta-feira. Nas imagens, concentrações em Lisboa e Vila Franca de Xira

Outros o dizem

Ao citar um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, o **Expresso** de 28 de Maio findo afirma que, entre o pessoal abrangido pela greve (ver esta página), «para além de um natural espírito de revolta, existe um clima de medo entre todos os funcionários, que sentem não ter as condições necessárias ao exercício das suas funções e ao contacto com o contribuinte». Mais afirma aquele semanário, citando Pinto de Sousa, que «mesmo as meras instruções de carácter administrativo vêm carregadas de ameaças veladas ao trabalhador». Sublinha ainda o mesmo dirigente sindical que «esta greve é o primeiro sinal do nosso descontentamento, e poderemos vir a avançar com paralisações de vários dias, como aconteceu no ano passado, até porque o Governo parece ter-se esquecido do caderno reivindicativo que entregámos há já quase três anos».

Punições atingem trabalhadores da RTP

O mesmo semanário **Expresso** do último fim-de-semana, sob o título «Por causa da greve geral/TV castiga funcionários», cita «fontes ligadas à empresa» para noticiar que «onze funcionários da Rádio-televisão Portuguesa foram punidos com seis dias de suspensão, na sequência do processo disciplinar que lhes tinha sido instaurado por altura da greve geral». Depois de referir que «o Conselho de Gerência da RTP decidiu processar, com intenção de despedimento, 15 funcionários que alegadamente se teriam recusado a garantir «serviços mínimos» na empresa durante o dia da greve geral», o **Expresso** volta às fontes da empresa (RTP) para acrescentar que «os 11 trabalhadores penalizados vão recorrer da decisão para as vias judiciais, tendo já pareceres jurídicos em favor das suas posições».

Médicos — firmeza inabalável

Os sindicatos médicos mantinham este fim-de-semana a firmeza inabalável que tem caracterizado a sua luta. Contudo, ao convocarem para hoje uma conferência de Imprensa, às dez horas na sede do SMZS, em Lisboa, novos elementos poderão surgir «sobre as consequências deste delicado conflito», que se prolonga há quase dois meses.

Ontem, a greve de 6 a 9 mantinha-se. Segundo a Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos, que saudou com veemência a «histórica vitória» contra o pacote laboral do Governo, «os médicos portugueses desenvolveram acções de greve desde 8 de Abril pelo direito à negociação, pela defesa das carreiras médicas, por venci-

mentos justos e dignificantes, contra o desemprego e o emprego precário».

A imprevista adesão maciça às greves nacionais e regionais que culminaram com uma participação superior a 90 por cento nas paralisações nacionais de 20 e 21 de Maio findo, deveram-se fundamentalmente ao trabalho desenvolvido a nível sin-

dical, que conduziu à movimentação da Ordem e dos sindicatos solicitados ao diálogo pelo Ministério e pelo Presidente da República.

No entanto, ainda no domingo passado, a Ordem justificava inteiramente a greve marcada para 6 a 9 do corrente, incluindo como se sabe os feriados e o fim-de-semana.

Greve no gás da EDP

Não amanhã, mas hoje, de acordo com rectificação do SIESI, os trabalhadores do gás de cidade (EDP) vão paralisar o trabalho entre as zero e as 24 horas.

A direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) afirma que os trabalhadores ao serviço do Centro de Distribuição do Gás da EDP-Electricidade de Portugal entram em greve contra «a intransigência do Governo», que pretende transferir os serviços de distribuição de gás para a PGP — Petroquímica e Gás de Portugal sem ouvir os representantes dos trabalhadores.

Segundo a direcção do SIESI, «os 138 trabalhadores da EDP pretendem salvaguardar o seu quadro actual de direitos».

Para o SIESI e para a CT da EDP, esses direitos «estão ameaçados». A transferência dos trabalhadores para a PGP — medida prevista pelo Governo — não é aceite, como destacámos na semana passada, pela generalidade do pessoal da EDP.

Esta empresa pública, como aliás a PGP, veria ameaçada a sua integridade e a «manutenção — destaca o SIESI — como empresa única de produção, transporte e distribuição de electricidade e gás de cidade».

Quebras no abastecimento desaconselham o consumo

Num apelo à população da cidade de Lisboa para que não consuma durante o dia de

hoje o gás de cidade (gás canalizado), o SIESI adverte contra «quebras no abastecimento».

Diz ainda a direcção sindical, representativa dos trabalhadores da EDP, que o consumo do gás da companhia é desaconselhado por motivos de segurança.

Num seu comunicado do dia 27, a direcção do SIESI conclui que «a utilização do gás da companhia no dia da greve pode originar explosões, quer nas instalações domésticas, quer noutros pontos da rede de distribuição».

a Talhe de FOICE

Sem mãos a medir

Que imagem terá hoje o português leitor de jornais e espectador de televisão, ouvinte de rádios estatizados e folheador de semanários, o português que normalmente não colha a sua informação nas coisas vivas que o rodeiam, mas seja apenas o receptor passivo do que lhe dizem, que imagem terá hoje esse português da força política que é o Partido Comunista Português? Durante quase meio século teve, dos comunistas, a imagem negra que lhe deram — refastelado com o jornal de domingo nas mãos e estremecendo com as notícias de que uns malfeteiros chamados comunistas, a-soldo-de-moscovo, andavam aí a monte, tentando sapor a moral das famílias e a unidade da pátria; humilde face ao púlpito, cada semana, ouvia troar a voz que acusava os comunistas de serem, na terra, a encarnação do inferno. A este terror propagandístico do fascismo escapavam apenas aqueles que, operários ou assalariados agrícolas, empregados ou estudantes, intelectuais, tinham do Partido um conhecimento mais íntimo ou, pelo menos, tinham dos comunistas a imagem verdadeira de os verem dirigir lutas em defesa dos seus interesses de classe, em defesa da Paz e contra a guerra, em defesa dos interesses da pátria e contra o imperialismo; e de os verem ser presos, certas madrugadas, por isso mesmo, de os verem tombar à frente das manifestações e das lutas por isso mesmo.

Outros, menos directamente ligados às lutas ou aos próprios lutadores, terão levado anos a desconfiar — se os responsáveis pela política que os moia de miséria, que lhes mandava os filhos para as guerras coloniais, que lhes vendia a pátria por montes de sucata militar, se tais responsáveis acusavam os comunistas de todos os males, não seria porque o PCP era, do fascismo, o inimigo número um, não seriam os comunistas os melhores defensores dos trabalhadores e do povo? À claridade de Abril, muitos despertaram para essa verdade, até então, por muitos, apenas intuída. Como os tempos eram novos, porém, novas formas de desinformação foram postas a correr, e o PCP acusado de dar cabo da economia enquanto governos aliados à direita faziam os possíveis para desacreditar as conquistas revolucionárias. O fantasma do gonçalvismo, eufemismo que englobava os comunistas e todos os que consequentemente lutaram pelo aprofundamento da revolução, ainda está vivo. De vez em quando aparece ainda nas palavras odientas da direita que se desculpa ainda com ele para tapar os seus próprios fracassos económicos.

Abril já lá vai há que tempos, entretanto, embora vivo e defendendo-se. E os últimos anos, quanto a boa parte da informação sobre o PCP, podem saldar-se em muito silêncio, bastante calúnia e alguma pouca — e honesta — informação.

Entretanto, nos últimos tempos, algum desespero parece ter tomado conta de grande parte dos órgãos de comunicação social. Com algum temor, os manda-chuvas da propaganda anticomunista *new-look*, verificam que as anteriores receitas não têm pegado à medida das ambições que acalentam, que o PCP não desaparece por ser silenciado, não verga por ser caluniado, não quebra por sobre ele se desinformar.

A poção anterior juntaram mais silêncio ainda. Silêncio sobre a actividade crescente e vigorosa de que o Partido dá mostras. E passaram a comentar questões internas deste, como nunca antes o haviam feito em relação a outros partidos. É mesmo curioso notar que há jornais a publicar «sondagens» junto do «eleitorado em geral» sobre a justeza de decisões internas do PCP. Mas, infelizmente para eles — os que gostariam de assinar a certidão de óbito do PCP, os que gostam tanto de dizer bem de comunistas quando já morreram e acham que o melhor comunista é o comunista morto —, o Partido trabalha, luta e avança. E, sobretudo, não está sozinho nem se vira para dentro.

A última semana foi pródiga em notícias da actividade do Partido. Multiplicaram-se assembleias de organização, onde não foi questão de questiúnculas mas de análise de problemas, de busca e proposta de soluções. Dois Encontros — um sobre Segurança Social e outro sobre o Ensino —, no seguimento de outros que têm vindo a realizar-se e mostram a vivacidade com que as iniciativas dos comunistas se desenvolvem preparando já o Congresso, dão a imagem de um Partido atento aos problemas nacionais, intervindo e actuando sobre eles, para os resolver.

Essa imagem tem-na o leitor do «Avante!» e da restante imprensa do Partido ou a ele ligada. Essa imagem têm-na os militantes comunistas, que a constroem. Essa imagem têm-na os portugueses — operários e camponeses, empregados, intelectuais, estudantes, mulheres e jovens — que com os comunistas debatem os problemas, que com eles lutam por um país melhor.

Mas aquele português de que falávamos antes, terá mesmo a imagem de um PCP sem mãos a medir no trabalho que desenvolve? Certamente que não. A não ser que comece já a desconfiar de tanto silêncio.

■ LM

2

1/6/88 • *Avante!* / Semana

Trabalhadores



Sumário sindical

STCC — O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Setúbal, manifestando-se contra o emprego precário e clandestino, faz um forte reparo ao que se passa no sector. Diz em síntese que a situação, «em parte ilegal», pode transformar-se numa chaga incurável, mas que só se desenvolve devido à «inoperância das várias entidades oficiais, com poderes para intervir e resolvê-la».

Fenprof — A Federação Nacional dos Professores, entre alargadas iniciativas e intervenções, inclusive junto do respectivo Ministério, deu conta ultimamente de uma manifestação de professores da Comunidade Europeia (17 e 20 do corrente, em Offenburg, na RFA); da tentativa ministerial de discriminação entre os professores do ensino básico (protesto do SPGL); de uma reunião de trabalho com a Confederação Nacional das Associações de Pais; e da intervenção federativa na criação da Confederação de Quadros.

FSMMP — Numa cópia de um documento entregue na passada sexta-feira ao Ministério da Indústria e Energia, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal protesta energicamente contra a «fuga sistemática ao diálogo, à discussão dos problemas e à procura de soluções», comportando-se aquele Ministério, «ao longo dos anos» como «comissão liquidatária do sector».

Festru — Ao analisar o que se passa na Rodoviária Nacional, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários e Urbanos recusa frontalmente a contraproposta de aumentos salariais de 3,5 por cento, considerando «ridícula» esta pretensão dos administradores da empresa pública. Ficou entretanto prevista uma paralisação no Centro de Mercadorias da RN. A forma de luta foi marcada para hoje, «em moldes a anunciar».

STEN — No seguimento de uma audiência com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, a que nos referimos no dia 19, o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte, que estabeleceu contactos «com os vários partidos políticos», reafirma que «as consequências de uma eventual reconversão dos ISE (Institutos Superiores de Engenharia)» implicariam, entre outros prejuízos inaceitáveis, o sacrifício da «única escola de engenharia de nível universitário, que possui cursos nocturnos, impedindo os trabalhadores de elevarem a sua formação até ao mais alto nível» profissional.

CGTP-IN — Sob o título «Medidas atentatórias do direito à Saúde devem ser suspensas», o gabinete de Imprensa da CGTP protesta contra a aplicação do decreto-lei 157/88 que, entre outros atentados, favorece «grandes interesses multinacionais, em detrimento da própria indústria nacional farmacêutica, que será inexoravelmente asfixiada».

SINTEL — Ao anunciar a realização do III Congresso da FCT (Federação das Comunicações e Telecomunicações) afirma que se trata de uma «importante realização que requer a participação activa de toda a estrutura do Sintel, Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações-CTT. Na preparação do Congresso, marcado para dias 17 e 18 do corrente, intervêm, além do Sintel, o SNTCT, assim como os trabalhadores dos CTT, TLP, Marconi, Rádio e Televisão».

FNSFP — A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública destaca, num telex do passado dia 24, que «o descontentamento cresce» entre o «pessoal civil das Forças Armadas» e que, perante o facto, o Ministério da Defesa se mantém em silêncio. A FNSFP refere que se trata de «vários milhares de profissionais de diferentes áreas, desde técnicos superiores até administrativos, auxiliares e operários, que exer-

JORNAL da FENPROF

ALICERCE

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA CONSTRUÇÃO MADEIRAS E MÁRMORES
TRIMESTRAL • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 5 • MAIO/88 • AVENÇA

PACOTE LABORAL

N.º 7 / Maio 88

jornal dos trabalhadores

FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DOS SINDICATOS
DO COMÉRCIO,
ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS

cem funções ao serviço das Forças Armadas». Considerando-se «marginalizados desde há longos anos», depois de discutirem as suas condições de trabalho, prevê-se «a eventualidade de encararem formas de luta decididas em assembleias a realizar no próximo mês» (Junho).

FSICPGI — A Federação dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, que acaba de distribuir o seu boletim («O Nosso Papel»), órgão da Federação referente a Abril e Maio, além de outras informações de interesse geral e do sector, comunica que os trabalhadores do ramo que «exercem a sua actividade no distrito de Portalegre passam, a partir de Maio, a estar representados pelo Sindicato do Sul».

FNSCMM — A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Mármore e Madeiras, no seu boletim «Alicerce» (Maio) fornece pormenores sobre um caso «já denunciado publicamente em vários jornais». Trata-se de «Violência e repressão». Transcrevemos: «O Belarmino Barbosa Dantas é trabalhador da empresa Manuel Roriz de Oliveira, sediada em Melreim, Braga. O Belarmino é igualmente dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga. A empresa colocou o Belarmino a transportar pedra daqui para acolá. Quando acaba de deslocar a pedra, o patrão manda-o transportá-la novamente para o local anterior. Este leva e trás dura há um ano...»

CESL — Sob o título «Capital estrangeiro invade o comércio de Lisboa», o boletim «Nós» do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa destaca na primeira página do seu número de Maio: «A **Mark and Spencer** chegou a Lisboa em Abril: é apenas a maior cadeia de grandes armazéns do Reino Unido e de toda a Europa. A cadeia espanhola de confecções **Zara** adquiriu parte do espaço das instalações do **Grandela**, onde abrirá a primeira filial em Setembro próximo. Entretanto, a **Sonae** vai associar-se a empresas inglesas do ramo imobiliário, para a construção e gestão de centros comerciais, aos hipermercados **Continente**.»

Fenprof — No seu número de Maio, o «Jornal da Fenprof» destaca, entre outras matérias, o «estatuto da carreira docente do ensino não superior»; «Que propostas para a gestão democrática»; «Profissionalização em exercício»; e o papel da Frente Comum da Função Pública na exigência de «revisão intercalar das tabelas salariais».

STADE — O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora volta a protestar contra «o novo decreto-lei de protecção à doença». Entre outras «protecções» não menos graves, o STADE cita estas: «...se um trabalhador for para a baixa amanhã, só tem direito ao subsídio (de doença) se há 3 meses atrás tiver 15 dias de trabalho e de descontos; se o trabalhador, este mês, teve um acidente e esteve no seguro no período de 20 dias, ou esteve com baixa 17 ou 18 dias e daqui por 3 meses voltar a estar doente, já não tem direito ao subsídio; se uma mulher grávida estiver com baixa 3 meses antes do parto, depois, quando tem um filho, já não tem direito à baixa novamente, incluindo os 90 dias de maternidade». Depois de referir que vinte e cinco por cento dos homens e mulheres da agricultura vão perder o direito ao subsídio, o STADE cita alguns casos que apurou: «Em Cabrela, foram contactadas 107 pessoas; com este decreto, se vierem a estar doentes em Março/88, vinte e duas não têm direito» ao subsídio de doença; «em S. Geraldo, foram 62 as pessoas contactadas — 12 não têm direito; no Cortiço, de 34 pessoas contactadas, 8 não têm direito; na Maia e S. Mateus, foram 30 as pessoas contactadas — 9 não têm direito». O Governo gostaria que nem ao trabalho tivessem direito, quanto mais à ajuda na doença dos trabalhadores rurais!

Trabalhadores

Marcha-automóvel sobre Lisboa Administrativos, participem!

Luta para o tempo que antecede as férias, «até à satisfação das justíssimas exigências já avançadas ao Governo», pode constituir a súplica das decisões sindicais no âmbito dos trabalhadores administrativos da Função Pública que, depois da greve de 22 de Abril, convocaram, entre outras formas de acção sindical, uma «marcha nacional automóvel» para o próximo dia 17.

No entanto, segundo o plenário nacional de dirigentes sindicais, empenhados nas múltiplas acções respeitantes à carreira administrativa na FP, devem ser incentivados os contactos com os órgãos do poder, a fim de «garantir a busca de eventuais soluções dialogantes, que possam responder às aspirações dos trabalhadores administrativos». São hoje cerca de 50 mil em todo o País.

Segundo informação a que tivemos acesso depois do plenário nacional dos dirigentes sindicais do sector, as medidas que devem dar forma à luta dos administrativos incluem uma «jornada intensiva de mobilização e informação», no período de 6 a 9 do corrente, que, como se sabe, corresponde à greve nacional dos médicos, havendo, ainda entre os dias 6 e 8, acções tendentes à realização de «plenários e visitas aos locais de trabalho, com reuniões em todas as secções».

No âmbito da movimenta-

ção coordenada pela direcção do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA), que distribuiu aos delegados sindicais um documento sobre a luta a desenvolver, é indispensável «realizar de novo e, desde já, o maior número possível de reuniões nos locais de trabalho».

Para a direcção do STFPSA, os activistas sindicais, incluindo naturalmente os delegados, devem preparar e levar a cabo essas reuniões, «sobretudo nas regiões e sectores onde a mobilização for mais deficiente».

É preciso ter em vista, acrescenta a direcção do Sindicato, «uma preparação satisfatória das acções a desenvolver», assim como «o consequente envolvimento da generalidade dos trabalhadores».

De acordo com o calendário da preparação da luta dos administrativos da FP, que abrange todos os ministérios e serviços, incluindo a Segu-

● Apelo sindical da FP



Junho: Mês de luta

rança Social, foi decidido pelo plenário nacional de dirigentes sindicais, para ontem e hoje, dia 1, «a colagem de um cartaz nacional alusivo a esta luta».

Concentrações no dia 16

Para o próximo dia 16 foram marcadas pelo mesmo plenário concentrações de trabalhadores administrativos junto dos Governos Cívicos.

Essas concentrações estão previstas sobretudo para o Porto e Coimbra, podendo ser precedidas de plenários de dirigentes e delegados sindicais.

Coincidente com a marcha automóvel para Lisboa, haverá no dia 17 uma concentração de trabalhadores da região na capital, que «culmine com uma marcha do

está marcada para às 18 horas do dia 17, uma sexta-feira. A marcha coincidirá com a chegada do cortejo automóvel, segundo o calendário anunciado pela direcção do STFPSA.

No que respeita à preparação da jornada, o plenário nacional, que reuniu em Lisboa mais de uma centena de dirigentes sindicais, afirmou que «a marcha nacional au-

tomóvel consistirá na deslocação de carros de cada capital de distrito para as sedes regionais dos sindicatos e destas para Lisboa». Os automóveis e outros veículos devem ser «identificados com bandeiras e cartazes alusivos». Devem ainda «deslocar-se em caravana, quer ao longo do País, quer em Lisboa, após as respectivas pré-concentrações».

Num apelo à participação nas acções aprovadas pelo plenário nacional de 17 de Maio, os dirigentes sindicais insistem nas principais reivindicações dos trabalhadores administrativos, sintetizando-as nas palavras de ordem «Não à estagnação/Por uma carreira digna».

Recorde-se, a título de exemplo, que há muitos trabalhadores nessa carreira administrativa que não são promovidos há mais de vinte anos.

Ter em conta o sentir dos administrativos

Actuar de modo a que os trabalhadores participem; sensibilizar a opinião pública; e aumentar a influência sobre os órgãos do poder — objectivos principais destas acções — devem transmitir «o sentir dos trabalhadores administrativos» em toda a parte.

Dizem com razão os dirigentes e outros activistas sindicais mais ligados ao sector administrativo que a luta tem um «carácter imperativo» e que ela «não pode parar até à satisfação das justíssimas exigências» já apresentadas ao Governo.

Trata-se, por conseguinte, de «preparar adequadamente o estado nacional da mobilização dos trabalhadores — sublinha o plenário — para, caso venha a ser necessário, avançarmos decididamente para o endurecimento da luta logo a seguir às férias».



A foto é de 1984, mas os objectivos da luta na FP são praticamente os mesmos. No caso dos trabalhadores administrativos da Função Pública (mais de 80 mil a nível nacional) recordem-se as lutas deste ano em Março e Abril, bem como a participação na greve geral. Nos Impostos, na Saúde, na Segurança Social, continuam na ordem do dia as carreiras, os níveis salariais, a precarização do emprego, que tende a crescer

Na área da Saúde Pressões fazem medo

As pressões do Ministério da Saúde sobre cerca de 12 000 tafeiros levam a «uma situação objectiva: o medo de perderem o posto de trabalho». A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), que acabámos de citar, marcou para ontem uma conferência de imprensa. Sem prejuízo de nova abordagem do assunto, adiantemos desde já que os tafeiros dependentes do Ministério da Saúde constituem mais de 30 por cento da totalidade dos efectivos daquele Ministério. Alguns deles estariam dispostos a participar na conferência de imprensa, mas por motivos óbvios — adverte a FNSFP — «não deverão ser identificados».

Ao sublinhar que «a situação dos tafeiros na área da Saúde é insustentável» aquela Federação sindical acrescenta que esses mesmos 12 000 trabalhadores prestam serviço «sem qualquer vínculo, num regime da maior instabilidade».

Esse regime é até mais ins-

tável do que aquele em que vivem os contratados a prazo no sector privado.

A sua situação é, além disso, de «grande desigualdade, conforme estejam dependentes dos Hospitais Cívicos de Lisboa ou de outras unidades do sistema hospitalar português».

Tafeiros imprescindíveis nos serviços

Os serviços hospitalares não podem dispensar os tafeiros. Além da sua importância numérica, eles abrangem a quase totalidade das funções imprescindíveis nos hospitais.

São enfermeiros, técnicos auxiliares de diagnóstico, pessoal auxiliar. Mas são também trabalhadores (há vários com mais de 5 anos de serviço) que podem de um momento para o outro ser despedidos. Para tanto basta um telefonema do Ministério, ou pouco mais...

Uma contradição evidente afasta estes trabalhadores, ou a sua maioria, dos sindicatos. É indispensável ultrapassar essa contradição, na entretajada solidariedade e no recurso aos sindicatos.

Paralelamente a outras situações de precariedade extrema do emprego, os sindicatos dão cada vez mais prioridade

a estes casos de clara chantagem sobre o trabalhador como pessoa e como detentor do direito ao trabalho.

Por enquanto nada de revisão intercalar

É ainda a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, FNSFP, que, através da sua comissão executiva, recorda a «exigência dos sindicatos» no sentido de haver «uma revisão salarial intercalar», compatível com o aumento da inflação.

Numa nota recente sobre o assunto, a FNSFP sublinha que o Governo «impôs à Função Pública aumentos de seis e meio por cento».

Inferiores à inflação registada em 1987 e mesmo à que irá verificar-se em 1988, esses aumentos foram ainda há dias largamente ultrapassados no que respeita a titulares de cargos políticos.

A FNSFP, que «admite a necessidade de alterar a hierarquia de vencimentos dos vários titulares de cargos políticos», não admite, todavia, que os governantes não sejam os primeiros «a dar o exemplo de solidariedade e de justiça social».

Recorde-se que os titulares de cargos políticos foram recentemente aumentados entre dez e trinta por cento.

Impostos Sem outra saída recurso à greve

Se entretanto não surgir nenhum elemento susceptível de alterar as decisões aprovadas, terminam hoje três dias de greve no sector das Contribuições e Impostos, departamento dependente do Ministério das Finanças.

Para o departamento de informação da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública «a greve dos trabalhadores das Contribuições e Impostos é consequência da intransigência do Governo em dialogar e negociar com os trabalhadores».

Marcada para os dias 30 e

31 de Maio findo e 1 do corrente, aquela forma de luta deve-se, segundo a mesma fonte, à falta de diálogo sobre pontos fundamentais para os trabalhadores das Contribuições e Impostos, como sejam:

- Reestruturação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e a revalorização das carreiras;
 - Redução de residência;
 - Prémios de cobrança, colocação de trabalhadores e formação profissional.
- Mas para a FNSFP a mar-

cação da greve deveu-se também a questões relacionadas com «a necessidade da revisão intercalar de salários, face ao aumento de 6,5 por cento, que tinha em conta uma inflação esperada» não coincidente com os dados mais recentes.

De acordo com estes dados mais recentes, a taxa de inflação anual «esperada» pelo Governo será «largamente excedida», confirma ainda a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, num telex da passada quinta-feira.

PCP

1.ª Assembleia da Organização do PCP nos HCL

Feito o diagnóstico vamos à terapêutica!

Com a realização da sua primeira Assembleia da Organização, os trabalhadores comunistas dos Hospitais Cíveis de Lisboa (HCL) deram no último fim-de-semana não apenas um significativo avanço no conhecimento exacto dos problemas e dificuldades existentes no seu sector como simultaneamente conseguiram dar um importante salto qualitativo no reforço do seu trabalho organizativo tendo em vista uma maior intervenção, dinamismo e influência do Partido nesta instituição hospitalar. Resultado de um intenso trabalho preparatório que envolveu a participação de muitos militantes comunistas e de outros democratas, a realização desta Assembleia — num momento em que a ofensiva contra o direito à saúde assume formas de crescente virulência — ganha assim redobrada importância e valor, que importa realçar, e que lhe advém justamente do decisivo e reconhecido papel desempenhado pelo Partido na defesa dos interesses e direitos dos profissionais de Saúde e dos utentes.

Tratava-se com efeito de proceder a um levantamento tão completo quanto possível da situação existente nas sete unidades hospitalares que compõem o grupo HCL, cujos problemas de natureza diversa se situam aos mais diversos níveis, indo desde as questões relativas ao seu funcionamento e gestão, passando pelo seu papel assistencial e pedagógico, até às condições concretas em que se processam os atendimentos e se desenvolve o trabalho dos profissionais de Saúde.

Olhar atento

Mas os participantes, em número que ultrapassou a meia centena, não se limitaram, porém, a produzir este olhar atento e rigoroso sobre a realidade, a tecer críticas mais ou menos duras, a apontar erros e deficiências. Foram mais longe e na sequência de um debate vivo e participado, enriquecido por uma grande pluralidade de experiências e opiniões, souberam apresentar soluções concretas e definir caminhos e linhas de acção para a re-

solução dos principais problemas, no que não pode deixar de ser interpretado como um notável contributo para a alteração do panorama actual dos Hospitais Cíveis de Lisboa.

Ao longo dos trabalhos não foram assim poupadas críticas às medidas que têm vindo a ser implementadas pelo Ministério da Saúde, sendo particularmente focadas nas intervenções de inúmeros delegados a restrição do orçamento do Ministério de que é titular Leonor Beleza, o encerramento e desactivação de serviços ou valências, o atraso na abertura de outros já instalados ou em vias de instalação, a desorganização do funcionamento de muitas estruturas de saúde por falta de meios materiais e/ou de pessoal técnico.

Nas mais de vinte intervenções proferidas durante o primeiro ponto da ordem de trabalhos foram ainda severamente criticadas a degradação e desqualificação das carreiras profissionais, o não preenchimento dos quadros de pessoal da Saúde enquanto se recorre simultaneamente aos contratos a

prazo, o lançamento de dispendiosas e demagógicas iniciativas de fachada de que é exemplo o Hospital S. Francisco Xavier, os casos de corrupção que invadem as estruturas de Saúde a todos os níveis, a promoção do recurso aos serviços privados, transformando a assistência para a Saúde num negócio fácil e rendoso.

Política desastrosa

Como não podia deixar de ser as consequências desta política estão a assumir uma dimensão cada vez mais preocupante, facto hoje reconhecido por qualquer cidadão que precise de recorrer aos serviços públicos de saúde. A Assembleia reflectiu naturalmente este estado de coisas, acabando a atenção dos participantes por se centrar também em larga medida nas consequências desta desastrosa política de saúde.

Em sucessivas intervenções, vários oradores alertaram nomeadamente para a cada vez pior qualidade na prestação dos cuidados de saúde (salvo raras excepções, devidas à dedicação e ao esforço pessoal de trabalhadores de saúde), para o desmedido alongamento das listas de espera para internamento hospitalar, consulta médica ou qualquer tratamento, para a dificuldade de acesso aos medicamentos das camadas mais desfavorecidas da população, para o desumanização nos hospitais e nos locais de atendimento e ainda para a falta de pessoal e de recursos técnicos para diagnóstico e tratamento, sobretudo nas zonas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Planificar trabalho futuro

Elaborado em resultado de um aturado trabalho de consulta e recolha de informações, dados e opiniões, um destaque merece por sua vez o projecto de relatório e resolução política que viria a ser aprovado no final do debate, depois da introdução de várias propostas de alteração, valioso documento no qual estão contidas de forma sistematizada múltiplas questões relativas à vida desta instituição hospitalar bem como às principais direcções de trabalho e reforço orgânico do PCP neste sector.

Dividido em três capítulos, o referido documento serviria aliás de base ao andamento dos próprios trabalhos, cabendo a apresentação do primeiro ponto (o papel assistencial e pedagógico dos HCL) à prestigiada figura do nosso camarada Ludgero Pinto Basto, estando a cargo de António Araújo a introdução do segundo (a situação actual nos HCL) e, por último, ao camarada Nuno Riso a apresentação do capítulo

intitulado «os trabalhadores e o Partido».

Para além dos delegados presentes (numa Assembleia maioritariamente constituída por enfermeiros, médicos e auxiliares de acção médica mas também por administrativos, operários e administradores), encontravam-se também alguns convidados, de entre os quais reconhecemos o médico-cirurgião António Galhordas.

Depois da sessão reservada aos delegados em que se procedeu à eleição do novo organismo de direcção, interveio a camarada Virgínia, responsável pelo sector, cabendo a Marília Vilaverde Cabral, membro do CC, proferir a intervenção de encerramento dos trabalhos no decorrer da qual passou circunstanciadamente em revista os principais aspectos do momento político.

Na Mesa da Assembleia, para além dos camaradas já citados, encontravam-se os



Pelo conhecimento que evidenciaram da realidade e pelas propostas de solução que apresentaram para os problemas existentes, os trabalhadores comunistas dos HCL mostraram nesta sua 1.ª Assembleia estar à altura das responsabilidades que lhe cabem na defesa dos interesses e direitos dos profissionais de Saúde e dos utentes

camaradas Cândida Sapo, Cidália Mendonça, Magda Lima, Manuel Oliveira, Maria Helena Almeida e Maria de Lurdes Assis, fazendo parte

do Secretariado os camaradas António Araújo, Manuel Almeida, Maria Fernanda Cabrita, Maria Rosa Gamito, Nuno Riso e Vítor Hugo.

Nova direcção

Aprovado por unanimidade na sessão reservada aos delegados, o novo organismo de direcção da Organização do PCP nos Hospitais Cíveis de Lisboa (HCV) é constituído por 22 camaradas, 13 dos quais (59,1 por cento) são mulheres.

Representando os colectivos partidários das sete unidades hospitalares que constituem os HCV (Curry Cabral, S. José, Desterro, Estefânia, Capuchos, Sta. Marta e Arroios), o organismo agora eleito conta entre os seus membros com dois trabalhadores administrativos, cinco empregados, três técnicos, cinco médicos e sete enfermeiros.

Quanto à composição etária, nove dos camaradas que compõem a nova direcção têm mais de 50 anos, quatro situam-se entre os 40 e os 50 anos, sete têm idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos e um tem menos de trinta anos.

Programa de acção

A elaboração de um «Plano Director dos HCL» que tenha em conta a sua «organização como grupo hospitalar e a área geográfico-populacional que serve» a par da manutenção, no fundamental, «da gestão democrática do grupo, embora com independência administrativa e financeira de cada hospital», constituem dois dos pontos contidos no programa de acção aprovado na 1.ª Assembleia da Organização do PCP nos Hospitais Cíveis de Lisboa.

Elaborado na sequência de um rigoroso diagnóstico aos principais problemas e dificuldades existentes, o programa reclama ainda a «atribuição, no OGE, de verbas suficientes para os planos de reabilitação das estruturas hospitalares e aquisição de novos equipamentos e actualização dos seus profissionais», salientando simultaneamente a necessidade de «revisão e alargamento dos quadros com abertura de concursos para os sectores profissionais mais carenciados, evitando o recurso à contratação eventual».

Entre as 14 medidas reivindicadas contam-se tam-

bém a «reestruturação dos Serviços Comuns de Apoio (oficinas, hotelaria, lavandaria, higiene, segurança, transportes) de modo a terem um funcionamento integrado, rentável, de qualidade e com melhoria das condições de trabalho» e a promoção de uma política de «actualização de quadros hospitalares, principalmente no que diz respeito aos meios mais recentes de diagnóstico e terapêutica e sua utilização».

No programa de acção que os profissionais de saúde comunistas procurarão a partir de agora levar ao conhecimento dos restantes trabalhadores dos HCL é ainda exigida a «formação do pessoal de acção médica e administrativo para as tarefas específicas do meio hospitalar», bem como a «criação de condições de trabalho mínimas, dinamização e organização dos serviços para uma cobertura médica permanente mais ampla e eficaz».

A criação de um «Serviço de Saúde Ocupacional que assista os trabalhadores nas áreas da prevenção, tratamento e reparação dos do-

enças profissionais e acidentes de trabalho» e a criação de um «Gabinete de Informação» eficiente e do «Caderno de Direitos e Deveres do Utente em cada Hospital», contam-se ainda entre as medidas reclamadas pela 1.ª Assembleia.

Para os participantes, de acordo com o texto aprovado, importa de igual modo fazer sentir às entidades responsáveis a «necessidade de abertura de novos serviços de urgência na área geográfica dos HCL e da melhoria dos cuidados de saúde primários e dos hospitais distritais e concelhios», por forma a melhorar o atendimento do Serviço de Urgência.

Por último, salienta o texto do programa de acção, importa lutar pela «defesa intransigente da independência técnica dos serviços prestados», os quais deverão pautar-se pela «melhoria constante da qualidade e pela recusa das medidas administrativas/burocráticas de coarctação da liberdade dos actos, de que é exemplo a ameaça da limitação quantitativa do receituário (receitas das ARS e «vinhetas»)».

Em defesa da dignidade

Os participantes na 1.ª Assembleia da Organização do PCP nos Hospitais Cíveis de Lisboa aprovaram por unanimidade no decorrer dos seus trabalhos uma saudação dirigida a todos os trabalhadores da Saúde na qual exprimem o seu apoio e solidariedade pela luta em curso por melhores condições de trabalho, por carreiras profissionais justas e por melhores salários, acção desenvolvida tendo em vista simultaneamente a melhoria dos serviços prestados aos utentes no quadro do Serviço Nacional de Saúde consignado na Constituição.

Situando a actual ofensiva da direita num nível «nunca antes igualado desde o 25 de Abril», facto particularmente visível no sector da Saúde através das tentativas de «degradação dos serviços estatizados com base numa política estritamente economicista e de rendição efectiva ao capital privado», o texto da saudação exorta ainda os trabalhadores da Saúde — a quem o Governo pretende transformar em bodes expiatórios — a unirem-se em «defesa da sua dignidade profissional e das carreiras médicas que abraçaram».

Os participantes reafirmam por último a sua confiança na «determinação e justiça das lutas empreendidas», chamando a atenção designadamente para o que consideram o «largo movimento grevista dos médicos contra a intolerância, a recusa ao diálogo, a prepotência e a utilização abusiva de medidas administrativas do Ministério da Saúde».

Instituição centenária

(...) Os HCL são uma instituição mais do que centenária. Na verdade, a sua origem entronca no Hospital do Rosário ou Hospital Real de Todos-os-Santos, criado por D. João II em 1492. Arruinado na sua maior parte pelo terramoto de 1755, este Hospital foi substituído, vinte anos mais tarde, pelo Hospital de S. José, que o Marquês de Pombal instalou no edifício do Colégio de St.º Antão, da Companhia de Jesus, deixado vago em 1759, em conse-

quência da expulsão dos jesuítas. O velho Hospital de S. José, com sucessivos arranjos e remodelações, ainda hoje se encontra a funcionar no mesmo local.

Mais tarde vieram agregar-se-lhe, um após outro, os restantes seis Hospitais que com ele constituem, ainda hoje, o conjunto dos Hospitais Cíveis de Lisboa, legalmente formalizado com este nome só em 1913, depois da implantação da República, mas já anteriormente designado,

em diplomas legais, por Hospital de S. José e Anexos.

Entre 1925 e 1953, o Hospital de St.ª Marta funcionou fora do conjunto dos HCL, como Hospital Escolar que já era, na dependência do Ministério da Instrução, regressando à jurisdição dos HCL com a abertura do Hospital de St.ª Maria, que passou a assumir as funções de Hospital Escolar a partir de 1953. (...)

(Projecto relatório e resolução política)

PCP

Contra a destruição do sistema, PCP reafirma:

Ter melhor Seguranc a Social   um direito de todos

Ter melhor Seguranc a Social   um direito de todos os portugueses — sublinhou-se no Encontro Nacional que o PCP promoveu no domingo, num hotel de Lisboa. Nesta iniciativa, considerada um ponto de partida para uma discussão mais ampla (nomeadamente na prepara o do XII Congresso) e para um trabalho mais eficaz e mais contínuo, foi severamente denunciada a ofensiva da direita e do Governo PSD/Cavaco contra tão importante conquista democrática.

O documento de «conclusões para trabalho» que foi aprovado por unanimidade ao fim de um dia de debate vivo e, por vezes, pol mico, aponta como uma linha fundamental de actua o dos comunistas «a defesa intransigente de um sistema universal, unificado e descentralizado de Seguranc a Social, subsidiado pelo Estado, como estabelece a Constitui o, que promova a justiça social e uma melhor distribui o dos rendimentos e melhore a qualidade de vida dos portugueses».

O PCP opõe-se assim   lógica que preside   actua o governamental neste sector (e que encontra a sua expressão na fórmula «quem quer Seguranc a Social que a pague»), sublinhando a necessidade de «travar uma cont nuata batalha ideológica contra aqueles que, agitando os *slogans* do liberalismo económico, como o de «menos Estado, melhor Estado», outra coisa não pretendem que destruir os direitos sociais dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas da popula o».

Primeira iniciativa deste g nero organizada pelo Partido, o Encontro Nacional sobre Seguranc a Social teve que desbravar um terreno onde não abundam os conhecimentos, está ainda verde a discussão e há muito caminho a percorrer até ganhar as pessoas para a luta concreta em defesa dos seus direitos — que são muitas vezes desconhecidos e em cuja divulga o o Governo não está interessado, preferindo antes a propaganda abstracta e a distribui o de migalhas na véspera das elei es, como acusaram muitos dos 28 participantes que usaram da palavra no Encontro do PCP.

Um facto sublinhado em muitas interven es — e nomeadamente na de Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, no encerramento do Encontro —   que a Seguranc a Social constitui

uma importante conquista democrática.

«S  com o 25 de Abril» — refere o documento-base já citado e no qual se faz um resumo da evolu o da Seguranc a Social no país desde os finais do século XIX — «  que são dados os primeiros passos para um sistema unificado de Seguranc a Social em Portugal, quando tais preocupa es se colocaram em outros países europeus logo após o fim da 2.  Guerra Mundial».

Os governos provisórios definiram algumas medidas para dar resposta a uma das aspira es mais sentidas pelo povo — ter uma verdadeira Seguranc a Social.

Na Constitui o de 1976 este direito  , pela primeira vez, reconhecido a todos os portugueses, incumbindo ao Estado a organiza o, coordena o e subsidia o de um sistema de Seguranc a Social unificado e descentralizado, de acordo e com a participa o das associa es sindicais e outras organiza es das classes trabalhadoras.

Para a concretiza o destas linhas foram dados passos importantes até 1979-1980, altura em que a política de direita começa a atingir seriamente a Seguranc a Social.

3 patamares para a destrui o

A Lei de Bases da Seguranc a Social (28/84), publicada em 1984, por imperativo constitucional, consagra princípios como a igualdade, universalidade, unidade, eficácia, descentraliza o, garantia jurídica, solidariedade e participa o. Contudo, remete o papel dos trabalhadores e suas organiza es para fun es meramente consultivas. Além disso, embora tenha sido criada ainda em 1984 uma comissão para se ocupar da sua regulamenta o, «o certo   que até agora nada foi feito, o que tornou esta lei uma lei morta»

Encontro Nacional — um ponto de partida

— constata o documento de conclusões do Encontro do PCP.

Sem qualquer discussão pública, foi publicado há dois anos o Decreto-Lei 396/86, que regulamenta o regime de cria o, com fins especulativos, das sociedades gestoras de fundos de pensões.

Mas   em 1987, nas Grandes Op es do Plano (depois reprovadas pela maioria democrática que então existia na AR), que o Governo PSD/Cavaco Silva torna público um plano que aponta para a destrui o do sistema de Seguranc a Social nos moldes definidos constitucionalmente.

Afirmava o Governo que iria pôr em prática a «teoria dos 3 patamares», retirando ao Estado a obriga o de assegurar e financiar um sistema de Seguranc a Social unificado e universal. O que implicaria isso? Um dos 13 documentos preparatórios do Encontro do PCP esclarece:

«1.  — presta es universais, sem base contributiva, de modo a assegurar a toda a popula o um valor mínimo; 2.  — presta es contributivas, através de um seguro social obrigatório sobre as remunera es, até um determinado limite máximo ou *plafond*; 3.  — presta es complementares, através de esquemas de seguranc a voluntário (individual ou colectivo)».

Lembra-se que o Governo aponta muito claramente para que os cidadãos se tornem *autores aut nomos* da sua própria seguranc a e em evolu o para o *terceiro patamar*.

«Esta política — referia o documento elaborado para o Encontro de domingo — aponta para a subversão completa do estabelecido constitucionalmente» e coloca «a seguranc a social de cada um nos limites estritos dos meios financeiros de cada um, deixando clara uma filosofia classista, isto  , mais dinheiro — mais seguranc a social, menos dinheiro — menos seguranc a social».

O propósito de destrui o do sistema de Seguranc a Social tem estado sempre

presente na actua o dos governos PSD/Cavaco Silva e, como no Encontro recordaram alguns participantes, foi reafirmado no recente congresso da Seguranc a Social e nas comemora es do Dia da Seguranc a Social (9 de Maio).

Os problemas

Com tal política,   mais que evidente que os problemas da Seguranc a Social não são resolvidos e agravam-se de forma muito perigosa.

No documento de «conclusões para trabalho» faz-se um levantamento dos «problemas actuais» nessa área, formando uma lista de 19 pontos, de que destacamos os valores manifestamente insuficientes das presta es (em particular das pensões, com um método de cáculo «cada vez mais inadequado» e do abono de família) e das transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Seguranc a Social; o aumento da precariedade do emprego e do trabalho clandestino, bem como do desemprego estrutural; um ritmo de crescimento das despesas correntes superior ao das receitas correntes (agravando os problemas financeiros ainda com os elevados défices da forma o profissional, a promo o do pseudo-emprego e a privatiza o de alguns sectores e seus valores patrimoniais); uma elevadíssima evasão e fuga ao pagamento de contribui es; a utiliza o da Seguranc a Social como meio de apropria o de mais-valia e acumula o capitalista; um sistema de financiamento velho e desajustado das profundas modifica es econ micas, sociais e tecnológicas, que penaliza as empresas de capital intensivo e favorece as de capital intensivo (menor massa salarial).

As propostas

Analizados os problemas — e ressaltando que o debate não está esgotado, antes deve prosseguir em to-

das as organiza es — o documento-base do Encontro Nacional do PCP aponta algumas propostas para a resolu o dos problemas da Seguranc a Social e a defesa desta como um direito de todos os portugueses.

Muitas das propostas vêm directamente na seq ncia dos problemas atrás referidos. Realçamos a altera o do sistema de financiamento, que «deveria passar a assentar fundamentalmente sobre um imposto social que incidiria sobre a riqueza criada por cada empresa» e não sobre o volume dos s lrios pagos.

A constitui o «imediate» do Conselho Nacional de Se-

guranc a Social, a participa o das organiza es dos trabalhadores na reestrutura o das institui es e em todos os órgãos de decisão efectiva da Seguranc a Social, igual idade de reforma (62 anos) para homens e mulheres, melhoria das pensões e dos apoios   terceira idade, aos deficientes,   família,   infância,   juventude, aos desempregados — eis mais algumas propostas contempladas no documento.

O Encontro propôs ainda a revoga o das práticas administrativas e da legisla o que visa limitar as condi es de acesso ao subsídio de doença e a melhoria deste subsídio através da altera o da base de cáculo. Propõe-se também   revisão da legisla o em vigor sobre repara es dos acidentes e doenças profissionais e uma efectiva aproxima o do regime geral da legisla o sobre trabalhadores rurais.

• Em 1973 recebiam uma pensão 525 153 portugueses, o que dava uma taxa de cobertura de 37%. Não existia pensão social, nem subsídio de desemprego. O abono de família era de 160 escudos e também tinha uma reduzida cobertura.

Em 1975 já recebiam uma pensão em Portugal 861 705 pessoas, o que constitui um aumento de 64% em apenas dois anos; em 1986 esse número era de 1 985 187 portugueses, ou seja, uma taxa de cobertura que ronda os 99%.

Entre 1973 e 1975 a pensão dos rurais aumentou 300%; a do regime geral aumentou 340%. Em 1974   criada a pensão social, em 1977 — o subsídio de desemprego.

**

• O actual valor da pensão mínima do regime geral significa, em rela o a 1974, uma perda de 29% no poder de compra. Além disso, o seu montante   inferior a 50% do s lrio mínimo, o que vai contra as recomenda es da OIT e da lei portuguesa.

**

• Menos de 20% dos desempregados oficialmente registados recebem subsídio.

• Entre 1973 e 1988 estima-se que a evasão e fuga ao pagamento de contribui es para a Seguranc a Social tenham atingido 524 milhões de contos.

**

• Nos países da CEE as contribui es para a Seguranc a Social representam em média 14% do Produto Interno Bruto. Aplicando tal taxa em Portugal, obter-se-ia para 1988 uma receita de 726 milhões de contos, ou seja, cerca de 53% superior ao previsto.

**

• Enquanto os efectivos da popula o activa mundial cresceram nos anos 70 cerca de 2% a 3% ao ano, o número de vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais não mortais aumentou 5,3% s  de 1976 a 1980.

**

• Em dois anos e meio o número de trabalhadores sem contratos permanentes passou de 260 mil para 540 mil.

Entretanto, uma pensão (mínima) de invalidez s    atribuída se o trabalhador tiver descontado pelo menos 60 meses; de velhice (também o valor mínimo) — se tiver descontado durante 120 meses. Para ter o seguro de desemprego, o período mínimo de contribui es registadas   de 36 meses; para o subsídio social de desemprego deve ter registadas contribui es referentes a um mínimo de 180 dias nos 360 dias anteriores   perda do emprego.



No Encontro Nacional do PCP sobre Seguranc a Social participaram mais de cem camaradas de praticamente todo o país. Na mesa estiveram Domingos Abrantes, Eug nio Rosa, Maria do Carmo Tavares, Vítor Duarte, Manuel Ramos, Marques Lopes, Ana Maria Mesquita, Rosa Brandão e Eduardo Fonseca

PCP

Propostas estratégicas visando uma escola para o nosso tempo saíram dum Encontro Nacional do PCP

«A escola em transformação que defendemos é uma escola que se deve expandir, desenvolver, modernizar e democratizar. Uma escola apta a transformar-se, para poder cumprir o seu papel activo no desenvolvimento global – económico, social, cultural e político do país», sublinha a **resolução** aprovada no último domingo no Encontro Nacional do PCP sobre educação e ensino. A iniciativa decorreu nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e reuniu nos dois dias de trabalhos (sábado e domingo) cerca de três centenas de participantes: docentes dos vários graus de ensino, pedagogos, técnicos e especialistas, estudantes, autarcas, deputados, entre outros interessados na matéria.

Uma escola para o nosso tempo – democracia, cultura, desenvolvimento foi o lema do Encontro, que funcionou em plenário e em secções temáticas de debate.

A primeira parte dos trabalhos, em sessão plenária, foi preenchida pelas intervenções de **Elvira Nereu** (saudação e abertura, salientando os objectivos e a oportunidade do encontro), por mais quatro intervenções centrais abordando as áreas do professorado, estudantes, pais e autarcas, e ainda a introdução panorâmica ao debate por **Rogério Fernandes**.

Na tarde de sábado, o Encontro do PCP desenrolou-se em secções temáticas de discussão, a saber:

• **Estruturas e objectivos até ao fim da escolaridade**

obrigatória;

• **Estruturas e objectivos do ensino secundário (incluindo naturalmente as questões da formação profissional e o acesso ao Superior);**

• **Estruturas e objectivos do ensino superior;**

• **Administração e gestão do sistema educativo.**

Os professores **Rogério Fernandes, Manuela Esteves, Vitoria e António Teodoro** foram, pela ordem indicada, os responsáveis pela introdução dos temas nas secções respectivas.

No domingo de manhã os trabalhos foram retomados com o funcionamento das duas últimas secções apontadas e mais uma dedicada à formação e carreira de professores (**Ana Maria Brito Jorge** dirigiu este painel de debate).

Grandes questões sociais

Tanto no debate, possibilitado pelas secções, como nos plenários do Encontro foi notória uma profunda ligação aos problemas e situações, inventariados e caracterizados numa perspectiva de rigor, a que se aliou o avanço de propostas dos comunistas para a sua solução.

Analisando a educação e o ensino como grandes questões sociais e nacionais, o Encontro do passado fim-de-semana – sem dúvida um contributo de primordial importância para os trabalhos preparatórios do XII Congresso do Partido – encarou os traços dominantes da evolução do sistema educativo sob a política de direita e a sua situação actual, incluindo as tendências da evolução. Neste âmbito, os participantes tiveram em linha de conta uma impressionante diversidade de assuntos que, por severas limitações de espaço desta semana, aqui podemos apenas sintetizar:

• **O acesso à educação e ao sucesso educativo até ao fim da escolaridade obrigatória.**

– Analfabetismo: herança e novos surtos;
– Educação Pré-Escolar: o desenvolvimento a promover;
– Cumprimento da escolaridade obrigatória: a situação actual; o impacto previsível do alargamento para 9 anos;
– Ensino Especial (Rede de Educação Especial, Quadro de Ensino especial, Formação de Professores e outros).

• **Estrutura e objectivos do sistema após a escolaridade obrigatória: o Ensino Secundário.**

– A formação profissional;
– O acesso ao Ensino Superior.

• **Rede Escolar.**

• **O Insucesso Escolar.**

• **Ensino Superior: estrutura, docência e investigação.**

– Acesso e saídas profissionais;
– Estrutura do Ensino Superior;
– Docência e investigação;
– Universidade pública e privada;
– Custos reais e apoio social.

• **Formação e Carreiras dos Professores – O papel dos professores.**

• **Ensino Público, Ensino Privado, Privatizações.**

• **Administração e Gestão do Sistema Educativo.**

– Gestão dos estabelecimentos de Ensino;
– Competências das Autarquias e participação comunitária na gestão escolar;
– Regiões Administrativas e Departamentos Regionais de Educação;
– Administração Central e Conselho Nacional de Educação.



Vasta documentação

Ao fim da manhã de domingo iniciou-se, já em plenário, a apresentação das principais conclusões e apontamentos das diferentes secções de debate. **Rita Magrinho** sintetizou o trabalho do painel sobre as estruturas e objectivos até ao fim da escolaridade obrigatória, **Ana Carita** levou ao plenário as ideias mais salientes da secção que abordou as estruturas e objectivos do ensino secundário, **Manuel Gusmão** falou do que se passou nas «estruturas e objectivos do ensino superior», **Filipe Dinis** resumiu as questões da administração e gestão do sistema educativo e, finalmente, **Lurdes Silva**, apresentou as principais ques-

tões analisadas no painel sobre a formação e carreira de professores.

Para além de uma vasta documentação produzida pelo próprio desenrolar dos trabalhos (caso dos contributos por escrito que chegaram às mesas das diferentes secções temáticas), o Encontro contou à partida com dois instrumentos fundamentais: um documento-base de discussão e uma proposta de resolução. Este último texto (17 páginas) viria a ser aprovado por unanimidade já na ponta final do Encontro, contendo dezenas de propostas de enriquecimento, aceites na generalidade. Como diria **Elvira Nereu**, camarada ligada a esta frente de trabalho, a Resolução condensa os

objectivos (ou propostas) estratégicos do PCP para a educação e o ensino, que podemos assim resumir:

- **Universalidade do direito à educação e ao ensino;**
- **Gestão democrática das escolas e do sistema de ensino;**
- **Uma Escola para o desenvolvimento e a modernização;**
- **Uma Escola para a emancipação cultural;**
- **Uma Escola para a democracia em progresso.**

António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Partido e director do nosso jornal, falou no final do encontro, abordando temas da actualidade social e política. **Vitor Costa**, suplente do CC, encerrou os trabalhos.

Professores, o direito à dignidade

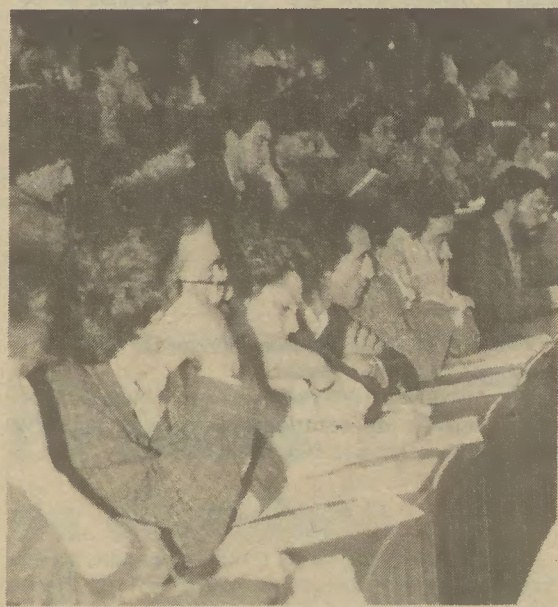
O PCP defende a melhoria da formação inicial dos professores e não o seu empobrecimento, quaisquer que sejam os critérios justificativos; defende uma profissionalização em serviço que articule dialeticamente a formação teórica em Ciências da Educação com a prática lectiva e com o complexo e plural papel do professor na instituição escolar enquanto membro do corpo docente em confronto com outros corpos, enquanto elemento activo de grupos que se desejam dinâmicos – conselho de turma, grupo disciplinar, conselho pedagógico, conselho directivo – e enquanto membro de uma comunidade que deve interagir positivamente com outras, seja a dos pais, seja a comunidade social com os seus travejamentos político-administrativos, culturais, recreativos, desportivos e outros. (Isto implica uma criteriosa selecção das matérias a estudar no âmbito das Ciências da Educação as quais só têm sentido se de facto contribuírem para tornar mais eficaz o trabalho tão diversificado que ao professor se exige. O PCP defende ainda uma formação contínua que tenha em conta a formação inicial dos professores, a sua formação profissional e a sua experiência de modo a que esta formação, realizada sob diversificadas formas que podem ir desde os contributos da Universidade Aberta até à concretização de projectos de investigação produzida em Anos Sabáticos, passando pela presença em Seminários a cargo de entidades competentes, contribua efectivamente para a transformação do professor no sentido de reforçar o seu perfil profissional e de cidadão activo e empenhado na transformação da sociedade e da escola de acordo com os preceitos consignados na Constituição. Sintetizando: o PCP defende uma formação inicial, em serviço e contínua que permitam aos professores recusarem a

incumbência que durante décadas lhes quiseram impor, a de seleccionarem os bons e os maus alunos, e, em simultâneo, assumirem criticamente o papel de agentes transformadores da escola e de profissionais ao serviço da realização plena de todos os alunos.

É evidente que a formação de professores passa também pela formação dos formadores (tarefa que se reveste de traços prioritários), por uma ligação eficiente entre as escolas onde os professores trabalham – lugar privilegiado para a formação – e as entidades responsáveis pela formação; passa ainda pela coordenação a nível nacional de um processo que é complexo e diversificado e não se pode levar a cabo sem que se reivindiquem melhores condições de trabalho, melhores e mais apropriados edifícios escolares, mais apoios pedagógicos, maior riqueza de materiais didácticos e toda uma série de condições que se prendem com o estatuto profissional dos professores.

Num momento em que todos os professores do ensino não superior estão mobilizados para a luta por esse Estatuto, o PCP defende, desde já, que ele deve inserir uma grelha salarial que melhore substancialmente as remunerações dos docentes e esteja de acordo com a importância social da sua profissão; deve prever incentivos que possam ajudar ao exercício da profissão em condições adversas ao seu pleno êxito; o Estatuto deve consagrar as conquistas que o 25 de Abril permitiu como, por exemplo, a da autonomia, a da gestão democrática cujo aperfeiçoamento deve ir no sentido de melhor responder ao papel que a escola deve desempenhar na formação dos seus professores. (...)

(Do documento-base de discussão distribuído aos participantes no Encontro Nacional do PCP)



A universalidade do direito à educação e ao ensino (salientando, entre outros aspectos, o combate ao analfabetismo, o cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos, a expansão da educação pré-escolar e a educação especial, o combate ao insucesso escolar e a promoção de iguais condições de acesso e de sucesso) é a primeira de um conjunto de propostas estratégicas que os comunistas propõem ao País para a área da educação e do ensino. Vejamos as outras: gestão democrática das escolas e do sistema de ensino, uma escola para o desenvolvimento e modernização, uma escola para a emancipação cultural e, finalmente, uma escola para uma democracia em processo.

Como salientou o recente Encontro Nacional do PCP, aquelas orientações estratégicas implicam necessariamente uma forte responsabilização do Estado, combinada com uma intensificação da participação democrática e a definição e execução de uma política nacional de desenvolvimento.

A estes temas de extrema actualidade e importância na vida portuguesa pensamos voltar oportunamente, avançando de forma mais sistematizada algumas das conclusões a que o Encontro chegou e também dos apontamentos e documentação variada que a iniciativa proporcionou.

PCP

5.ª Assembleia Concelhia de Setúbal Comunistas constroem a alternativa

«Setúbal merece melhor», o lema da 5.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, foi frase que apareceu explícita em quase todas as intervenções e implícita em todas a que assistimos no sábado, na vasta sala do «Luís Todi», onde os delegados comunistas se reuniram para debater e aprovar o Relatório da Comissão Concelhia cessante e para eleger o novo organismo de direcção. Não era apenas a constatação de que o concelho está pior do que merece por causa da política de direita que desde S. Bento à Câmara de Setúbal desmerece a confiança depositada pelos eleitores no PSD — e também no PS aliado à direita; mas sublinhando a vontade dos comunistas em combater essa política e em construir a alternativa. Em boa parte, fica nas mãos dos comunistas o fazer com que o melhor que Setúbal merece se concretize. E o entusiasmo que ao princípio da manhã ainda não aquecera a sala, foi-se tornando caloroso ao longo do dia e propagando-se dos delegados aos convidados, mostrando que a vontade dos comunistas de Setúbal em lutar por essa alternativa não vai falhar.

Ficam os militantes do PCP no concelho com um importante instrumento de trabalho para essa alternativa. Trata-se do Relatório aprovado, documento extenso e aprofundado sobre a realidade de Setúbal, onde não faltam nem a análise autocrítica nem as propostas para a transformar. Logo após a eleição dos órgãos

da Assembleia e terem tomado os seus lugares na mesa os membros do Executivo da Concelhia cessante e vários destacados militantes do concelho, além de Carlos Humberto, do Secretariado da DORS, Virgílio Azevedo, do Comité Central, e o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, o relatório foi apresentado com a intervenção

da camarada Cristina Rocha Neto.

Classificando a realização da Assembleia como «passo importante para a vida do Partido no concelho», a camarada referiu-se ao trabalho preparatório realizado como «não tão vasto e envolvente quanto o necessário», embora caracterizando-se «por um debate globalmente positivo e confirmado com a significativa melhoria do projecto de relatório em relação ao anteprojecto», revelando que «foram efectuadas 57 reuniões que envolveram a participação de 873 militantes» e que «foram apresentadas 57 propostas de emenda que produziram 53 alterações ao anteprojecto».

Embora não se furtando à crítica dos aspectos negativos do trabalho do Partido no concelho, a intervenção de abertura não deixa de sublinhar que «o balanço que fazemos ao trabalho desenvolvido pela Organização Concelhia é globalmente positivo», apreciação que «não corresponde a um juízo meramente voluntarista, antes assenta em dados muito concretos». Trata-se, como referiu a camarada, da maior força política do concelho, quer pelo número de militantes — 4466, com 62,8 por cento de operários — quer pela influência e capacidade de mobilização de massas, quer pela diversificada intervenção do Partido na vida do concelho. Melhorar a organização do Partido, tais as ideias-chave que ouvimos na maior parte das intervenções sectoriais seguintes.

Sob a ofensiva

As intervenções seguintes, quase todas elas, deram conta de feroz ofensiva governamental contra as conquistas democráticas. O camarada Manuel Ferreira destacou os aspectos mais gra-

vosos da ofensiva no tocante ao concelho — despedimento de mais de 250 trabalhadores no Entrepasto, milhares de despedimentos em preparação na Setenave —, sublinhando, por outro lado, o vigor da resposta do movimento operário e popular.

Aurélio Inácio, que interveio pela célula da Setenave, referiu, entretanto, a força da organização do Partido na empresa, que, embora contando com o abaixamento do número absoluto dos militantes, regista percentualmente uma subida, atingindo 15 por cento do total dos trabalhadores.

Seguiram-se, antes do primeiro intervalo, as intervenções de Susana Sousa, pela freguesia da Anunciada, de José Luís Casares, que falou sobre a formação de quadros e a luta ideológica, e a necessidade de uma melhor preparação dos militantes para enfrentar os problemas novos que se colocam hoje e avançar novas propostas do Partido para a sua resolução, destacando a importância da imprensa do Partido, do seu estudo e divulgação. Raul Figueiredo interveio sobre a ofensiva do Governo contra o Sector Empresarial do Estado e a luta dos trabalhadores.

A primeira sessão continuou com a intervenção da camarada Catarina, da freguesia de Santa Maria. Aliás as intervenções sobre o trabalho do Partido nas freguesias sublinharam a atenção que se tem vindo a dar nesse campo de actividade. Victor Hugo, de S. Sebastião, fez a primeira intervenção improvisada do dia, acentuando o regular funcionamento da organização de freguesia e as deficiências ainda existentes.

Seguiu-se na tribuna a intervenção de Luís Matos, sobre a importância da cooperativismo no concelho. Florindo Rendeiro falou sobre a campanha do Centro de Trabalho já em fase de construção, anunciando que,

pela primeira vez, a meta da campanha de fundos fora ultrapassada em 1987. Manuel Passos, de S. Sebastião, sublinhou as responsabilidades da organização de freguesia, acrescidas pela sua grandeza em Setúbal, e a luta para vencer as debilidades que ainda se verificam. Ainda da mesma organização interveio Abílio Camilo que se debruçou sobre a necessidade de dotar de mais quadros aquela estrutura partidária.

Saúde e Beleza

Por proposta do camarada Gilberto, da Comissão de Freguesia da Anunciada, observou-se um minuto de silêncio a seguir ao voto de pesar pelo falecimento recente do camarada Francisco Miguel.

Duas importantes intervenções se seguiram — uma de Alice Machado, sobre o emprego, caracterizando a ofensiva desenvolvida pela política de direita contra os trabalhadores desde 1981 e fazendo notar a intensificação da exploração decorrente das condições de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores contratados a prazo e alugados à hora. Por sua vez, Anita Vilar, médica, falou das lutas dos trabalhadores da saúde e arrancou prolongados aplausos ao concluir que a Saúde é mais importante que a Beleza. Porque é um direito.

Antes do final da sessão foi votada por unanimidade uma moção sobre a construção do novo Centro, apresentada por Joaquim José. E, após a intervenção do camarada Sardinha, economista, que analisou a contradição entre o desemprego existente — o mais elevado de sempre — e o desenvolvimento prometido, salientando o carácter não tecnocrático que os comunistas atribuem ao desenvolvimento que propõem, nova moção foi votada, saudando a vitória dos

trabalhadores obtida com o julgamento que o Tribunal Constitucional fez dos pacotes do Governo.

Por fim, Canaveira Russo, em improviso, salientou a importância do Relatório e da contribuição dada pelos organismos do Partido no seu melhoramento, sublinhando a riqueza da análise feita pelos comunistas e as medidas apontadas para melhorar o trabalho.

Resistir e lutar

À tarde, após a eleição da nova Comissão Concelhia em sessão reservada a delegados, novas intervenções culminaram na aprovação do Relatório, por unanimidade e aclamação. Dada a palavra à JCP, ouvida a intervenção da célula da Mague lida por Clara Gonçalves, falou seguidamente o camarada Carlos Humberto, da DORS, até à altura responsável pelo concelho.

Após ter inventariado os muitos aspectos da política governamental que afectam a vida dos trabalhadores e do povo no País como no concelho, o camarada sublinhou a firme oposição que tal política merece aos comunistas, dispostos a resistir e a lutar.

Seguiram-se depois as últimas intervenções. Sobre Fundos do Partido falou a camarada Ilda Alves; Alberto Sousa Pereira tomou a palavra pela célula dos Professores; Helena Martins leu o relatório da Comissão de Mandatos; Noémia Figueiredo falou sobre a frente de Trabalho das Mulheres; o Organismo dos Pequenos e Médios Empresários teve a representá-lo o camarada Peixoto. Por fim, Odete Santos interveio sobre o trabalho autárquico.

A Assembleia chegava ao fim. Apresentada a nova Comissão Concelhia, falou o camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro lugar.

A nossa firme oposição

(...) O Governo e os seus representantes no distrito e no concelho continuarão a contar com a nossa firme oposição:

Recusamos os despedimentos em massa, como os que se deram no Entrepasto, na Sado Internacional, na Tónus, entre outros, e os que querem concretizar na Setenave, com o desrespeito de todos os seus trabalhadores.

Recusamos a destruição do Sector Empresarial do Estado tentada pelo Governo, como são exemplos as últimas resoluções tomadas para a Quimigal, Siderurgia e Setenave.

Recusamos a proliferação das formas precárias de emprego em muitas das empresas do concelho. Na Renault, cerca de 400 trabalhadores estão nessa situação.

Recusamos a repressão patronal que é visível no aumento dos ritmos de trabalho, sem significativos aumentos salariais, e no incremento dos processos disciplinares.

Recusamos os salários em atraso e as chamadas rescisões por mútuo acordo que ainda continuam.

Recusamos a drástica redução dos postos de trabalho, como são exemplos a Mecânica Setubalense, Movauto, Portucel, Eurominas, etc.

Recusamos a destruição do aparelho produtivo, como é visível no encerramento de dezenas de empresas no concelho.

Recusamos a tercearização forçada do distrito sem ter em conta a experiência profissional dos trabalhadores, as infra-estruturas existentes e as necessidades do nosso povo.

Recusamos a destruição das cooperativas agrícolas da Reforma Agrária, na Gâmbia e na Mourisca.

Recusamos a estagnação do Porto de Setúbal, que continua sem os investimentos necessários.

Recusamos a tentativa da diminuição da valência do hospital de Setúbal, que prova que em vez de se tentar resolver os problemas da saúde se tenta agravá-los.

Recusamos as ideias e as práticas da caridadezinha como forma de combater o empobrecimento da população do concelho. O Plano de Emergência para o Distrito de Setúbal não resolve os problemas de fundo, adia-os.

Recusamos uma gestão camarária caracterizada pela demagogia, sectarismo, autoritarismo, as obras de fachada, o privilégio do centro da cidade em prejuízo da periferia onde vivem e habitam os de menores recursos.

Mas o povo e os trabalhadores de Setúbal resistem e lutam. (...)

Excerto da intervenção do camarada Carlos Humberto, da DORS

Setúbal não é de Adamastores

Em vésperas de eleições autárquicas, a intervenção de Odete Santos foi seguida com particular atenção. Dela se publicam alguns extractos:

(...) O Estudo dos Planos da Actividade propostos pela Câmara à Assembleia Municipal, e a análise da concretização desses planos, revelam que a Gestão PS/PSD gere mal os dinheiros públicos. Não planifica, não prioriza obras, a não ser, como é óbvio a da Praça do Bocage, feita apressadamente enquanto com lentidão vão escorrendo outras obras como, por exemplo, as duma área carenciada da cidade — a do Casal das Figueiras.

A rejeição pela AM dos Relatórios de Actividades apresentados em 1987 e 1988, representaram uma estrondosa derrota política da coligação.

É que os Relatórios provaram bem:

1. Que esta Câmara não respeita minimamente os Pla-

nos aprovados pela Assembleia Municipal.

2. Que a concretização dos planos é extraordinariamente baixa.

3. Que do Plano aprovado para 1986, o investimento concretizado foi inferior em 40% ao orçamentado.

4. Que segundo o Relatório relativo a 1987 das obras programadas para arranjos de espaços exteriores e pavimentos apenas foram realizadas 17, 7 das quais por concluir.

Os Planos e relatórios provaram ainda quanto aos serviços municipalizados, da responsabilidade do PSD: a baixa taxa de satisfação das carências das populações.

Quanto ao abastecimento de águas, transitou do Plano de 1987 para 1988 55,3% do investimento. E quanto à construção da rede de esgotos, 77% do investimento programado para 1987 transitou para o Plano de 1988.

É isto, camaradas, uma

gestão competente? Nós dizemos que não. Esta, é uma gestão de uma coligação nascida com o único objectivo, segundo confessam, de desalojar os comunistas e seus aliados das autarquias. (...)

(...)

Destes anos de vida autárquica (quase 3 anos) o PS parece não se ter apercebido de que conta, na sua própria coligação, com um adversário político, a quem, incautamente, distribuiu os melhores pelouros, um adversário que constantemente espreita à procura da melhor fatia.

Setúbal, os interesses dos seus municípios merecem de facto melhor. Merecem uma alternativa. Merecem o empenho daqueles democratas que, com múltiplas provas dadas podem apresentar-se ao eleitorado com uma proposta de trabalho caracterizada pela honestidade e competência.

Esses democratas encontram-se hoje na CDU. Mas a eles há que chamar muitos

outros. Todos os que conosco quiserem trabalhar para a resolução dos problemas do concelho, uma actuação conjunta com as populações. Todos os que apostam numa gestão honesta, eficaz e competente para restituir a Setúbal uma gestão democrática.

Hoje, camaradas, cada um de nós sairá desta Assembleia com uma tarefa que teremos de levar a toda a organização. Teremos de pôr mãos à obra, unir esforços, encontrar redobradas forças para reconquistar de novo a Câmara de Setúbal, para construir uma alternativa a esta gestão, para consolidar as maiorias que temos nas freguesias, para reconquistar a maioria nas freguesias perdidas.

Setúbal não é terra de Adamastores mas de Bocage que os exorcizou. A Setúbal, devemos o melhor de nós próprios, e é isso que faremos. Porque Setúbal merece melhor.

PCP

5.ª Assembleia Concelhia de Setúbal

Intervenção
de **ALVARO CUNHAL**

(...)

A política do Governo do PSD e as propostas do PCP

A 5.ª Assembleia examinou a natureza, os objectivos e as consequências da política do Governo do PSD de Cavaco Silva, particularmente em relação ao concelho de Setúbal.

A situação e os problemas existentes no concelho de Setúbal constituem um exemplo clamoroso e esclarecedor das desastrosas consequências económicas e sociais da política da direita.

Cavaco Silva e o Governo fala muito em modernização e em desenvolvimento económico mas a verdade é que o Governo não tem nem apresenta qualquer válido projecto de desenvolvimento. Não tem nem apresenta qualquer política industrial, nem qualquer política agrícola com um mínimo de seriedade.

O objectivo central e fundamental do Governo PSD que determina toda a sua política não é a modernização nem o desenvolvimento económico, mas a restauração do capitalismo monopolista através da liquidação das conquistas da Revolução de Abril (designadamente das nacionalizações, da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores).

(...)

Quais as consequências da política de direita?

A 5.ª Assembleia deu a resposta apontando em relação ao concelho:

Degradação do aparelho produtivo:

Na indústria naval ofensiva para destruição da Setenave como empresa nacionalizada ao mesmo tempo que se compram navios usados ao estrangeiro e se pagam vultuosos afretamentos. Dificuldades crescentes na metalomecânica pesada e subaproveitamento da metalomecânica ligeira. Paralisação e desactivadas as linhas de montagem automóvel. Ausência de medidas de modernização da indústria de conservas de peixe. Paralisação a produção de embalagens metálicas. Abandono dos grandes projectos nacionais (Siderurgia Nacional e Alqueva). Nas pescas a entrega da ZEE, a falta de renovação da frota, o desprezo a que é votada a pesca artesanal, a insuficiência das estruturas do porto de Setúbal. Na construção civil dificuldades crescentes às cooperativas de habitação e limitações à aquisição de casa própria. Nos transportes carências resultantes das tentativas de desmembramento da Rodoviária Nacional e da CP. No comércio dificuldades dos pequenos e médios comerciantes.

A degradação do aparelho produtivo corresponde o agravamento da situação social que adquire no concelho aspectos alarmantes: a destruição do aparelho produtivo é a liquidação de postos de trabalho; aumento do desemprego (mais de 20%); jovens à procura do primeiro emprego (23,3% dos desempregados); generalização das formas precárias de trabalho; atrasos no pagamento de salários; descida dos salários reais; destruição do sistema de segurança social; «degradação e desumanização dos serviços de saúde» com relevo para o projecto de diminuição das valências nos hospitais distritais e a ineficácia da prevenção, e o aumento do preço dos medicamentos.

A situação económica e social no concelho mostra com evidência que a política de restauração monopolista do Governo PSD de Cavaco Silva é altamente nociva ao povo e ao país.

As propostas dos comunistas

A 5.ª Assembleia da organização concelhia adoptou um lema particularmente significativo: «Setúbal merece melhor». E proclamou justamente que o concelho de Setúbal tem grandes e reconhecidas potencialidades de desenvolvimento.

Os trabalhos da 5.ª Assembleia confirmam, a nível do concelho, um traço essencial da acção política do PCP: os comunistas não se limitam a criticar e a condenar a política da direita — apresentam soluções para os problemas.

O PCP propõe ao povo a política necessária para resolver os grandes problemas existentes e assegurar o desenvolvimento de Portugal no caminho de liberdade, democracia, bem-estar material e cultural do povo, progresso e independência nacional aberto com a Revolução de Abril.

No referente ao concelho, muito justamente a 5.ª Assembleia indicou «a política necessária e as medidas que Setúbal precisa».

Não quero aqui repetir as grandes linhas da política económica e social definidas pela 5.ª Assembleia e constantes dos documentos aprovados.

Naturalmente que há situações e problemas cujo exame é indispensável aprofundar.

Mas, desde já, cabe sublinhar que para quem quer que interveja no sentido da solução dos graves problemas do concelho, as propostas da 5.ª Assembleia relativamente à agricultura, às pescas, à indústria, à energia, à construção civil e obras públicas, aos transportes, ao comércio e serviços, à saúde, ao ensino, ao turismo, ao poder local, ao ordenamento regional, ao meio ambiente, as propostas da 5.ª Assembleia constituem um importante ponto de referência.

Não basta porém fazer uma crítica justa à política de direita, ter uma ideia clara da situação e propor uma política democrática que corresponda às necessidades objectivas do progresso e do bem-estar do nosso povo.

É indispensável desenvolver a luta contra a política de direita e apontar o caminho que pode conduzir a uma política democrática.

O Partido e as lutas de massas

Por isso foi inteiramente correcto que a 5.ª Assembleia tenha dado grande atenção à importância e ao desenvolvimento das lutas da classe operária e das massas populares, muito justamente consideradas como **alavanca fundamental das transformações sociais**.

Enganaram-se aqueles que, ante os resultados das eleições de 19 de Julho, profetizaram que, tal como Abril, as grandes lutas de massas tinham acabado.

Não se enganou o Partido ao afirmar, quatro dias depois das eleições, que a luta continuaria em defesa do regime democrático conquistado com a Revolução de Abril e que a política do Governo provocaria inevitavelmente grande descontentamento popular, ampla movimentação social e a oposição ao Governo PSD/Cavaco Silva de centenas de milhar de portugueses e portuguesas que em 19 de Julho votaram no PSD e em Cavaco Silva.

Ao contrário do que então proclamou a reacção, assim como alguns daqueles que sofrendo uma derrota logo perdem a esperança — para não falar daqueles que sofrendo uma derrota logo mudam de partido — o PCP lançou-se ao trabalho e à luta.

As grandes lutas da classe operária e de outros vastíssimos sectores sociais desde as eleições do ano passado até agora comprovam que (tal como o PCP afirmou) **o apoio com que o Governo conta para a sua política é extraordinariamente mais reduzido do que o apoio eleitoral que o PSD alcançou em 19 de Julho**.

A luta contra a política dos pacotes, nomeadamente contra o pacote laboral, contra o pacote das privatizações, contra o pacote agrícola, contra o pacote da saúde, tornou-se um grande movimento popular, democrático e nacional, abrangendo praticamente todas as classes e camadas antimonopolistas no qual a classe operária ocupa indiscutivelmente o papel de vanguarda. (...)

A par da acção institucional e da luta de massas, **uma das direcções fundamentais da actividade do nosso Partido no momento actual é apoiar e contribuir para o desenvolvimento das organizações e movimentos unitários de massas**.

Designadamente o Movimento Sindical Unitário (que tudo devemos fazer para reforçar ainda mais), organizado em torno da grande central sindical dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN — cuja força e representatividade sem paralelo dos trabalhadores portugueses, as atitudes discriminatórias do Governo e da comunicação social por este controlada e a acção dos divisionistas fazem por esconder do povo português, mas cuja influência, capacidade mobilizadora e prestígio não param de crescer; apoiar e contribuir para o desenvolvimento das Comissões de Trabalhadores cuja actividade é primordial nas empresas; das Associações e Comissões de Moradores cuja importante intervenção é necessário activar e reactivar; o movimento associativo e cultural de conteúdo e raiz popular; dos movimentos de mulheres com destaque para o MDM e o movimento sindical, não esquecendo a corajosa actividade das centenas de mulheres organizadas no nosso Partido no concelho de Setúbal que tão grande contribuição deram à realização da 5.ª Assembleia e que daqui saúdo fraternalmente; do movimento da Paz, cuja melhor estruturação e dinamização no concelho de Setúbal constituem uma importante tarefa definida pela 5.ª Assembleia; e, finalmente do movimento juvenil cujas debilidades no concelho a 5.ª Assembleia sublinhou e que por isso exige do Partido não apenas palavras mas um trabalho sério, persistente, constante, com inteira consciência de que **o movimento juvenil é não só uma grande tarefa da corajosa JCP, como deve ser uma das principais frentes de trabalho do nosso Partido**.

Mas...

Se há formas de luta de que as forças reacçãoárias têm medo é a luta de massas. E têm medo porque conhecem, por experiência própria, a força poderosa da classe operária e das massas populares em movimento. Porque conhecem, pela experiência da vida política portuguesa nos últimos 12 anos, que em mais de um momento crítico da democracia portuguesa em que se estava à beira da conclusão de planos contra-revolucionários, as lutas de massas foram a força determinante que susteve a ofensiva contra-revolucionária e levou à demissão de governos que entretanto tinham apoio maioritário na Assembleia da República.

Lembra-vos certamente, camaradas, que numerosas vezes, órgãos do poder, outros partidos políticos e os teorizadores do processo contra-revolucionário proclamavam, sobretudo após as eleições e a formação do Governo, que a única forma legítima de protesto, de oposição e de luta era a luta parlamentar. Que a luta de massas dos trabalhadores e de outras classes e camadas da população constituía agitação e desordem. Recentemente, o Primeiro-Ministro, quando o movimento operário adquiriu a majestosa e potente amplitude da greve de 28 de Março, o Primeiro-Ministro, como já aqui foi lembrado, meteu a cabeça na areia e com arrogância informou o País que «não via» a greve, — não provocando aliás com isso outra reacção que não fosse um coro de gargalhadas de âmbito nacional.

As forças reacçãoárias, o Governo, os partidos de direita gostariam que a acção política do nosso Partido, dos trabalhadores, do povo em geral se limitasse a concorrer a eleições e a votar. E uma vez constituído um Governo que a acção política dos partidos se desenvolvesse exclusiva ou fundamentalmente através dos seus deputados.

O PCP não é um partido eleitoralista. Para o Partido, para os trabalhadores, para o povo português, **a luta de massas é uma forma de intervenção essencial, constante e prioritária**.

Mas isto não significa que o Partido subestime de for-

ma alguma as eleições e a luta eleitoral. Pelo contrário: tem-lhes consagrado e continua a consagrar-lhes grande parte das suas energias.

É inteiramente correcto e conforme com a orientação do Partido a importância que a 5.ª Assembleia da Organização do Concelho de Setúbal consagrou a esta matéria.

O Partido nas eleições

De facto, camaradas, a influência eleitoral do nosso Partido é um dos aspectos mais importantes da sua influência na vida nacional.

O elevado número de deputados do PCP e seus aliados na Assembleia da República e o elevado número de Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia com maioria comunista e seus aliados na CDU (e antes na APU) expressam o sólido apoio de massas do PCP e a forte influência do PCP e constituem um poderoso meio de intervenção do PCP na vida nacional.

O elevado número de deputados comunistas eleitos e as posições maioritárias nas autarquias comprovam que o distrito de Setúbal é uma fortaleza do Partido, do movimento operário, e das forças democráticas e que o Partido tem uma intervenção em muitos aspectos determinante na vida do distrito.

No concelho de Setúbal, embora a influência eleitoral seja inferior à influência no resto do distrito, é mesmo assim muito elevada. Esta é a apreciação positiva que não é de mais sublinhar.

Mau seria porém limitarmos a nossa apreciação a esta apreciação positiva, uma vez que, nos últimos anos, tanto nas eleições legislativas como nas eleições autárquicas, embora a votação se mantenha elevada, em números absolutos e em percentagem, tem descido a votação no Partido e seus aliados de coligação.

É necessário examinar tanto as causas objectivas como subjectivas de tal evolução.

O encerramento de importantes empresas, a diminuição por vezes radical do número de trabalhadores em muitas outras, os despedimentos, a emigração interna e externa não podem ter deixado de diminuir a base social mais sólida do Partido.

É também conhecido que, nos resultados das eleições de 19 de Julho, pesaram numerosos factores estranhos à acção do Partido.

Da parte do Governo demagogia, monopolização da comunicação social, distribuição de uns milhões com fins eleitoralistas.

Da parte das forças democráticas divisão, falta de entendimento e consequente pouca credibilidade de uma alternativa democrática.

Mas não basta essa análise. É indispensável analisar também as deficiências verificadas no nosso trabalho e começar desde já a preparar as eleições de 1989: para as autarquias e para o Parlamento Europeu.

Só assim estaremos em condições de consolidar e reforçar as fortes posições no distrito e no concelho e de alcançar em futuras eleições maiores votações e número mais elevado de eleitos.

No quadro da preparação geral, naturalmente que a Câmara Municipal de Setúbal, em que a coligação do PS com o PSD afastou a presidência comunista, continua a ser um dos alvos principais nas eleições de 1989, como foi referido na Assembleia. (...)

As eleições autárquicas de 1989 adquirem desde já uma excepcional importância para a evolução da situação nacional. O seu resultado terá uma imediata e forte influência não só directamente a uma gestão democrática nas autarquias, como na situação política.

Nós, comunistas, rejeitamos certas concepções segundo as quais, com as lutas de massas nada se consegue porque as lutas de massas não são votos. E aquelas segundo as quais a estratégia do PCP deveria ter como objectivo e instrumento fundamental as eleições e os votos — no que se deveriam concentrar todas as energias do Partido e que deveria determinar toda a sua actuação. Rejeitamos tais concepções. Mas ao mesmo tempo atribuímos às eleições uma importância decisiva em termos institucionais e por isso na altura própria temos empenhado e devemos continuar a empenhar as nossas forças, as nossas energias e os nossos recursos nas batalhas eleitorais. (...)

A importância do funcionamento regular das instituições

Constituam, pois, também direcções centrais da nossa actividade política e importantes formas de luta popular e democrática a luta institucional, designadamente a acção do activo e competente Grupo Parlamento do nosso Partido na Assembleia da República; a gestão autárquica, designadamente a actividade caracterizada pelo trabalho, a honestidade e a competência dos eleitos comunistas e outros democratas ao serviço das populações, tanto onde detemos a maioria, como onde estamos em minoria; a luta eleitoral, de que há pouco falei e de cujos resultados depende em larga medida o curso da política nacional e no qual as campanhas são também em si mesmas grandes e por vezes gigantescas acções de massas; a actividade das organizações populares de base — formas de democracia directa e participativa; e as mais diversas acções e iniciativas de carácter político, social e cultural.

A importância da associação de todas estas formas de intervenção e de luta e em particular da luta em defesa do funcionamento normal das instituições, revela-se com relevo precisamente no momento presente com as decisões que o

«O Partido está a trabalhar com os olhos postos no futuro»

Tribunal Constitucional acaba de tomar declarando inconstitucional, tanto sob o ponto de vista formal como sob o ponto de vista material, o pacote laboral e algumas disposições da lei das privatizações.

Desde já importa fazer quatro observações.

A primeira: as decisões do Tribunal Constitucional comprovam inteiramente que **tinham razão os trabalhadores e as suas organizações de classe, tinha razão a CGTP-IN, tinha razão o nosso Partido**, ao desenvolver a luta contra os pacotes laboral e da privatizações por serem manifestamente inconstitucionais.

As decisões do Tribunal Constitucional comprovam que **é o Governo que actua contra a Constituição e contra a legalidade democrática e são os trabalhadores, são as suas organizações de classe, é o nosso Partido, são outros democratas consequentes que actuam no quadro da legalidade e a defendem.**

Uma vez mais o Governo e o PSD, utilizando a maioria de que dispõem na Assembleia da República, procuram pôr o País ante factos consumados de fundos golpes no regime democrático desferidos contra a Constituição e a legalidade democrática.

Tal como afirmámos em relação a governos de direita anteriores, **também importa agora afirmar que um Governo que actua fora da lei perde a legitimidade para governar.**

Segunda conclusão: as decisões do Tribunal constitucional comprovam inteiramente o fundamento e o valor das grandiosas lutas de massas contra o pacote laboral, que Cavaco Silva dizia não ver ou serem folclore, e constituem por isso **uma importantíssima vitória dos trabalhadores e da CGTP-IN** que as dinamizou e dirigiu, e, como os dirigentes sindicais já classificaram **«uma estrondosa derrota pessoal de Cavaco Silva e do seu Governo** na sua política de afrontamento aos trabalhadores, à Constituição e ao regime democrático.»

Este acontecimento torna ainda mais claro que **Cavaco Silva e o seu Governo caminham rapidamente para o Isolamento político e a apressada restrição da sua base de apoio.**

A terceira conclusão: **O funcionamento democrático das instituições, tal como a Constituição o consagra, constitui um factor de primeiro plano para a defesa do próprio regime.**

É o Governo com a sua actuação inconstitucional, ilegal e subversiva e não a Oposição que desrespeita e pretende impedir o funcionamento regular das instituições.

Dai a importância para os trabalhadores e para todos os democratas de actuarem para que as instituições funcionem regularmente, conformemente com a Constituição da República em vigor.

Quarta conclusão, decorrente da anterior: **A Constituição da República é a lei fundamental do regime, é uma boa Constituição, é necessário defendê-la e impedir que vá por diante o plano do Governo, do PSD, da reacção de, através da revisão da Constituição, liquidar direitos fundamentais dos trabalhadores e de todos os cidadãos, liquidar as conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril, liquidar no fim de contas o regime democrático existente.**

O PSD sozinho não pode rever a Constituição pois não dispõe dos dois terços de deputados necessários para o efeito. Só com a colaboração do PS pode alterar uma vírgula que seja na Constituição.

As declarações de dirigentes do PS não dão qualquer garantia de que tal colaboração não será dada ao PSD e a Cavaco Silva.

Por iso **é necessário lutar para impedir que o PS conclua com o PSD um acordo para a revisão da Constituição que conduza à subversão do regime democrático.**

Aqui faço um particular apelo aos socialistas para evitarem que o seu partido assuma um tão nefasto papel neste momento crucial da democracia portuguesa.

A natureza de classe do Partido e a composição da classe operária

O nosso Partido, o Partido Comunista Português, é o partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Assim o Partido se define a si próprio. (...)

Há teóricos que defendem que «a classe operária está a desaparecer». Há outros que defendem que a classe operária abrange praticamente todas as camadas sociais e categorias profissionais que nós temos definido como quadros técnicos e intelectuais.

Considerando não só errada, mas absurda a primeira conclusão e não fundamentada a segunda, temos por certo que **o problema real é o do alargamento, num ponto de vista profissional e técnico, da composição e fronteiras da classe operária.**

É um problema cujo estudo está na ordem do dia e procuramos avançá-lo na preparação do XII Congresso do nosso Partido.

Abordando esta matéria, é oportuno referir os dados apresentados na 5.ª Assembleia relativos aos quadros técnicos e intelectuais membros do Partido. Apenas 160 (3,6%) no total de 4 466 membros do Partido no concelho de Setúbal.

Exige reflexão este número surpreendentemente baixo embora seja conhecido que na organização concelhia há qua-

dros técnicos e intelectuais que são magníficos quadros do Partido, como aliás confirma o seu número elevado na Comissão Concelhia agora eleita.

Mesmo sem considerar o problema atrás referido da composição da classe operária e de saber se sim ou não podem considerar-se pertencentes à classe operária, quadros que não temos considerado como tal, é obrigatório procurar as causas de um tão baixo número de quadros técnicos e intelectuais organizados no Partido no concelho.

Reflectir se sempre examinámos com rigor os problemas dos quadros técnicos e intelectuais. Se sempre soubemos distinguir a diversidade não apenas de posições políticas, mas de posicionamento social, particularmente em relação àqueles cuja actividade se insere mais directamente no processo produtivo, examinar se sempre se defenderam os seus justos interesses e direitos de forma a ganhá-los para a nossa política.

Quanto aos intelectuais devemos constantemente valorizar, tanto a importância da militância partidária dos intelectuais comunistas, como o seu trabalho criativo e a contribuição que através dele dão ao nosso povo e ao nosso país.

O reforço do Partido

A 5.ª Assembleia consagrou grande parte dos seus debates e das suas conclusões ao reforço do Partido e traçou grandes linhas de acção para que tal resultado seja obtido.

Uma orientação justa para o reforço do Partido tem de partir do conhecimento e do balanço objectivo e portanto verdadeiro da situação.

Nem pode partir de uma apreciação propagandística que ignore ou esconda o que vai mal e dê sem fundamento a ideia de que tudo vai bem. Nem pode partir de uma apreciação derrotista que ignore ou esconda o que vai bem e dê sem fundamento a ideia de que tudo vai mal.

Ao mesmo tempo que se valorizam a força, os sucessos e os êxitos do Partido é absolutamente necessário examinar a fundo a situação, o estado da organização, o funcionamento interno, o grau de militância actual, e detectar e apontar frontalmente deficiências, erros, tendências negativas que porventura se manifestem.

É por isso positivo que a 5.ª Assembleia, tanto nas intervenções dos delegados como nas conclusões, tenha apontado insuficiências, mesmo que não predominantes, no trabalho do Partido no concelho de Setúbal.

Na direcção – anotando a necessidade de contrariar tendências centralizadoras e para a direcção individual.

Na política de quadros, anotando a necessidade de evitar a atribuição por vezes feita de tarefas não conformes com a vocação.

Na organização, anotando que metade dos membros do Partido não estão organizados em quaisquer estruturas.

Na informação e propaganda anotando a subestimação do seu papel e o terefismo.

Nos fundos anotando a queda das quotizações cujo nível já anteriormente era insatisfatório.

No estilo de trabalho anotando a necessidade de uma melhor crítica e autocritica entendendo-se por isto (eu assim o entendi, camaradas) que por insatisfatória é sobretudo a autocritica que é necessário melhorar.

Não se trata apenas de anotar atrasos, insuficiências e deficiências para que fique o registo. Trata-se de anotá-los para os vencer e ultrapassar, apontar orientações e medidas necessárias.

Foi o que fez a 5.ª Assembleia. Era necessário fazê-lo.

Mas ao mesmo tempo que se apontam deficiências e se apontam as medidas para superá-las, é não só justo mas necessário e indispensável valorizar, como fez a 5.ª Assembleia, a força real do Partido, o acerto da sua orientação, a sua extraordinária intervenção em praticamente todos os domínios da vida nacional, o seu dinâmico estilo de trabalho, a sua democracia interna de que são traços essenciais o trabalho colectivo e o direito dos militantes expressarem as suas opiniões nas organizações respectivas, a sua unidade como factor de carácter essencial da sua capacidade de intervenção, do seu prestígio e influência, a sua ligação à classe operária e às massas, a sua intervenção política – como o mais sério obstáculo ao avanço dos planos da reacção.

E se insisto em que é necessário valorizar a força real, a orientação, a actividade e a experiência do Partido, é porque há camaradas que dizem mal de tudo, só vêem e só notam debilidades, insuficiências no trabalho, e propagam a ideia de que a militância já não existe, que os organismos não actuam, que não há democracia interna, que a ligação com os trabalhadores e as massas sofreu uma queda vertical e que, a partir da sua visão derrotista da força e da acção do Partido, concluem que o Partido atravessa uma «crise» geral que exige uma «reestruturação geral».

Inteiramente justo portanto que a 5.ª Assembleia tenha valorizado tanto o valor da realidade partidária em geral como o balanço positivo da actividade da organização concelhia, das suas orientações e dos seus êxitos.

A preparação do XII Congresso

O ano que decorre exige do nosso Partido um empenhamento extraordinário e diversificado.

O ano de 1988 está a ser um ano de intensíssima actividade e intervenção militante. (...)

As organizações desenvolvem presentemente um intenso trabalho em todas as áreas da actividade partidária.

As assembleias de organizações, as reuniões, os plenários, os encontros de quadros multiplicam-se em todas as organizações. Realizaram-se recentemente grandes Conferências e Encontros Nacionais e Regionais (com intenso trabalho preparatório, debates e participação de muitas centenas de camaradas) para examinar problemas e definir objectivos e orientações relativamente a áreas tão importantes da vida nacional como as pescas, a saúde, a agricultura, o Sector Empresarial do Estado, e realizam-se hoje e amanhã semelhantes semelhantes iniciativas sobre o ensino e a segurança social. Vão realizar-se iniciativas sobre a CEE, as autarquias e a independência nacional.

Trata-se de grandes debates para a análise de problemas centrais da realidade nacional e a definição de orientações, objectivos, linhas de acção.

Temos também, depois de um ano em que por decisão arbitrária nos impediram de utilizar o Alto da Ajuda, de novo a grande Festa do «Avante!» na preparação da qual todo o Partido é desde já chamado a participar.

Temos também este ano, como grande tarefa, o XII Congresso do Partido.

O trabalho já começou e todo o Partido será chamado a participar na sua preparação e realização

Na sua reunião plenária de 5 de Maio, o Comité Central tomou duas importantes decisões relativas à elaboração e proposta a submeter à discussão no Partido e à aprovação pelo XII Congresso de um novo Programa do Partido e de alterações aos Estatutos.

A revolução democrática e nacional, a Revolução de Abril é, por virtude das ofensivas contra-revolucionárias, **uma revolução** inacabada, cujos objectivos não realizados e conquistas reais continuam entretanto a corresponder inteiramente aos interesses do povo e do país.

Tendo porém em conta as destruições no regime democrático provocadas pela política contra-revolucionária, a nova situação provocada pela integração na CEE e a influência da evolução da situação internacional, propõe-se que **o novo Programa defina a sociedade portuguesa por que lutam os comunistas – uma democracia avançada no limiar do século XXI** (e não para o século XXI como alguns jornais incorrectamente referiram), tendo no horizonte a sociedade socialista (...)

A Comissão do Programa começou o seu trabalho, fará amplas consultas a organizações e militantes, promoverá as reuniões que entenda necessárias a fim de elaborar o projecto para debate e aprovação no Comité Central e ulterior debate em todo o Partido aberto à opinião de todos os militantes para a redacção final a levar ao Congresso.

O Comité Central já fez um apelo aos militantes, sejam ou não directamente convidados, a dar a sua colaboração à elaboração do projecto do novo Programa.

Sobre o Programa, como sobre os Estatutos, como ulteriormente sobre as Teses que serão igualmente sujeitas ao debate no Partido todos os militantes têm pleno direito de darem e defenderem as suas opiniões.

Ao contrário das calúnias espalhadas pela campanha anti-PCP, no PCP não há perseguições por motivo de opiniões defendidas ou de críticas feitas, há uma democracia interna sem paralelo no quadro partidário português, há não apenas a aceitação mas o estímulo e a promoção da contribuição de todos os militantes para a definição da linha política e das orientações do Partido em todos os sectores da sua actividade.

E se há tendências que contrariam estes princípios e esta prática (...) nós aqui insistimos que é necessário superá-las.

O trabalho colectivo é um princípio e uma prática fundamental da democracia interna no Partido Comunista Português. Todos os militantes sem excepção são chamados a dar com as suas opiniões próprias, a sua participação no trabalho colectivo e na definição pelo colectivo da orientação partidária.

Este estilo de trabalho não só permite a elaboração criativa de um pensamento político do Partido como constitui um importante factor da sua unidade.

Este estilo de trabalho contraria evidentemente a concepção segundo a qual os debates no Partido deveriam ser feitos em torno de propostas alternativas adiantadas por grupos de camaradas, organizados em verdadeiras tendências ou fracções com os seus dirigentes e as suas plataformas políticas.

Para a elaboração da proposta de alterações aos Estatutos todos os camaradas poderão fazer propostas. Podem inclusivamente propor que passe a ser reconhecido o direito de tendência, e mesmo a constituição no Partido de fracções. Poderão fazer tais propostas. **Mas não pô-las desde logo em prática no seu próprio comportamento.**

Como esta 5.ª Assembleia mostra em relação ao concelho de Setúbal, é forte a unidade nas nossas organizações, **o Partido está a trabalhar, a carburar, a desenvolver trabalho respondendo às exigências do presente e com os olhos postos no futuro.**

Viva a 5.ª Assembleia!

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas!

Viva o PCP!

PCP

2.ª Assembleia da Organização Local do Porto



Três anos e meio de trabalho colectivo, de iniciativas, de lutas, de muitas acções realizadas com o objectivo de reunir os interesses dos trabalhadores e da população da cidade do Porto, culminaram no domingo passado, no Salão Nobre da Faculdade de Economia, na **2.ª Assembleia da Organização Local do Porto**, que, durante quase oito horas de trabalhos, avaliou a actividade desenvolvida, diagnosticou problemas e traçou as direcções fundamentais para a acção futura.

Na Mesa que presidiu aos trabalhos, aprovada por unanimidade no início da Assembleia, estavam presentes, para além dos camaradas do Comité Local do Porto cessante, representantes de todas as Comissões de Freguesia, das Células do Jornal de Notícias, STCP, Alumina e SMGE, dos Organismos de Direcção das Ribeirinhas e do Sector de Empresas, e ainda camaradas da DORP e Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Na realização de mais de uma centena de Assembleia e reuniões, na elaboração e discussão do Projecto de Resolução Política apresentado, na concretização da edição da monografia **«Temas em debate no limiar do ano 2000»**, na intensa discussão e contribuição colectiva e individual sobre as propostas lançadas, se sintetizou o trabalho preparatório desta Assembleia dos comunistas do Porto. Uma magnífica Assembleia, pelo debate que proporcionou, pelo entusiasmo expresso nas diferentes intervenções, pela firmeza ideológica e lucidez com que foram analisados os diferentes temas, pela contribuição decisiva que deu para o reforço da intervenção do Partido em todas as áreas de actividade e na intensificação da luta dos trabalhadores naquele que é o concelho mais populoso do distrito do Porto, na segunda cidade do País.

Diagnosticar problemas, encontrar soluções

Coube à camarada **Helena Medina**, membro do Executivo do Comité Local cessante, da DORP e do Comité Central, a intervenção de abertura da Assembleia, na qual apresentou em traços gerais o projecto de Resolução. «Em todo o documento», referiu a dada altura, «fica clara a ideia de que é necessário que o nosso Partido na cidade vá mais longe, que com energia se vençam deficiências, dificuldades e atrasos, se tomem medidas enérgicas que tenham em conta as condições objectivas e subjectivas existentes que criam dificuldades, mas que tenham também em conta as condições objectivas e subjectivas existentes que abrem perspectivas, que valorizem os quadros, que permitam o aproveitamento integral das suas capacidades, da sua criatividade, do seu espírito de iniciativa, que tenham em

sério dos problemas e dificuldades, abarcando todas as áreas de actividade e tendo sempre em vista a perspectiva do futuro da cidade, uma das características fundamentais desta 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto. A Resolução Política viria a ser aprovada por unanimidade pelos 360 delegados presentes, já no final dos trabalhos.

Ao longo dos trabalhos, mais de trinta intervenções, de grande qualidade e vivacidade, deram parecer sobre os problemas da cidade, a luta dos trabalhadores, os problemas juvenis, a acção das mulheres, o enorme desenvolvimento nas autarquias, em particular nos Pelouros da

Limpeza e dos Equipamentos dos Bairros Camarários e na Junta de Freguesia de Miragaia, sobre as próximas eleições autárquicas, o trabalho nas colectividades, a luta contra os brutais aumentos de energia eléctrica e as alternativas à situação criada pelo Governo PSD/Cavaco Silva com a ocupação dos SMGE, a vida e os problemas nas várias freguesias da cidade, o Partido, a sua organização, as suas dificuldades e as perspectivas para o seu reforço.

Uma das questões que mereceu especial interesse na Assembleia foi, sem dúvida, o conjunto de problemas e de medidas a tomar para melhorar e intensificar o trabalho para e com a juventude, justa-

mente considerada como uma questão central para a o trabalho futuro. Trabalho que, conforme destaca a Resolução Política, torna necessário que a Organização Local do Porto «para além do acompanhamento, apoio e articulação da sua actividade com a da JCP, desenvolva o seu trabalho próprio para e com a juventude, nomeadamente a nível local, dinamizando a sua actividade associativa de raiz cultural, recreativa e desportiva, vencendo atrasos existentes neste plano, promovendo, ao mesmo tempo, com audácia, os jovens que se destacam na luta e na acção juvenil para novas e crescentes responsabilidades de direcção».

Várias foram ainda as inter-

venções que, de forma muito viva, denunciaram a campanha contra o PCP que prossegue em vários órgãos de comunicação social, dando testemunho da disposição firme dos comunistas do Porto de continuarem a lutar firmemente pelo reforço e unidade do Partido, intensificando a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, denunciando a política antipopular do Governo PSD/Cavaco Silva, resolvendo os problemas com que se debatem os moradores da cidade.

A 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto encerrou com uma intervenção do camarada **Edgar Correia**, da qual publicamos alguns extractos nesta página.

Edgar Correia

Duas palavras sobre

O camarada **Edgar Correia**, membro suplente da Comissão Política do CC, falou no período de encerramento da Assembleia dos comunistas do Porto. A propósito do XII Congresso do PCP, afirmaria a dado passo:

Existe no interior do nosso colectivo partidário o reconhecimento generalizado da importância que assume a preparação e realização do próximo Congresso.

Uma vontade grande de aprofundar a discussão de todos os problemas — sejam de natureza objectiva ou subjectiva. De ultrapassar deficiências, insuficiências e atrasos. De renovar o que precisa de ser renovado. E de reforçar em todos os aspectos o Partido. Trata-se de um sentimento e de uma disposição de sinal muito posi-

vo. Que desmente a campanha de «crise» e confirma a vitalidade do Partido. Que está sintonizado com o pensamento do Comité Central e dos seus executivos. E que encontra inteira correspondência no vasto e complexo trabalho político, que o Comité Central apontou ao XII Congresso realizar.

É uma deficiência afirmar que a situação económica, social e política do País sofreu importantes alterações desde o nosso último Congresso ordinário.

O que é importante, é conseguir discernir com rigor a amplitude, a profundidade e o significado dessas alterações e de fenómenos novos que surgem.

Abrangendo questões tão complexas como, por exemplo, as estruturas socioeconómicas, as alterações verificadas nas classes sociais, as consequências da entrada em Portugal para a CEE, a «modernização» da exploração dos trabalhadores, a evolução e problemas que se colocam ao regime político.

É também uma evidência afirmar que se verificaram profundas alterações na situação internacional.

O que se torna necessário porém é conseguir discernir o significado profundo de um

conjunto de processos em movimento — desde a aceleração de fenómenos de integração no mundo capitalista, às alterações em curso nos países socialistas, à evolução da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, à frente anti-imperialista, às novas perspectivas da luta pela paz. E ver em que é que tudo isso influi na situação portuguesa e nas condições em que se desenvolve a luta do nosso Partido.

Trabalhamos para fazer tudo isto com a preparação e realização do XII Congresso.

Trabalhamos também, e em profundidade, para proceder ao balanço da actividade do Partido, colhendo experiências e lições.

Para definir de modo actualizado os nossos objectivos políticos e orientações, quer para o imediato quer para o médio e longo prazo.

Como já foi anunciado, são três os documentos fundamentais que o Comité Central decidiu elaborar, pôr atempadamente à discussão no Partido e submeter à aprovação do XII Congresso.

São as **Teses ou Resolução Política**. São as **alterações aos Estatutos**, que no entender do Comité Central necessitarão de ser mais profundas que as introduzidas em Congressos anteriores.

É o **novo Programa do PCP**, que adequa a definição do sistema, do regime e da sociedade portuguesa à situação existente e à perspectiva da sua evolução, e que tendo em conta os aspectos novos da realidade e os novos condicionalismos, defina a sociedade portuguesa por que lutam os comunistas, os objectivos e tarefas que se colocam ao Partido, aos trabalhadores e ao Povo. (...)

Alguns órgãos de comunicação social que há vários meses têm vindo a ser utili-

zados numa campanha com o objectivo de enfraquecer o Partido, falam muito naquilo que de um modo mistificatório e interesseiro chamam a «renovação» do PCP.

Mas irá haver renovação no PCP? Certamente. Só quem não tenha lido, ou tenha querido ignorar, os objectivos e o alcance das decisões do Comité Central em relação ao XII Congresso, não compreenderá o que é óbvio.

É pública, inclusive, a decisão de «realizar uma renovação mais profunda da Direcção, com as alterações que se revelem necessárias, fundindo o núcleo mais experimentado e provado com quadros que revelam preencher as condições necessárias para maiores responsabilidades».

Mas, é necessário dizer mais alguma coisa.

Conhecem muito mal o PCP (conhecem mal os seus militantes, os seus quadros, as suas organizações), aqueles que pensam que os comunistas irão alterar o que está bem no seu Partido, ou deixar de alterar o que precisa de ser renovado.

Conhecem muito mal o PCP, os que pensam que os comunistas irão atrás de oscilações políticas e ideológicas de natureza pequeno-burguesa, que procuram esbater a consciência das contradições de classe que atravessam a nossa época, e a necessidade da conquista do poder pelos trabalhadores como condição da reorganização da sociedade em bases socialistas.

Conhecem muito mal o PCP, os que julgam que entraremos no Congresso como um partido revolucionário, de classe, dos trabalhadores, para sairmos como uma organização reformista, fraccionada, limitada exclusivamente ao horizonte dos actos eleitorais. (...)

O novo Comité Local do Porto

O novo Comité Local do Porto, que integra 67 camaradas, foi eleito no início da tarde, em sessão reservada aos delegados, recolhendo o voto favorável dos delegados presentes, registando-se apenas duas abstenções.

A qualidade política dos quadros, o seu conhecimento aprofundado dos problemas, a sua dedicação ao trabalho do Partido, a sua ligação à luta da classe operária e dos trabalhadores, à vida dos organismos, aos movimentos de massas, às autarquias, à vida política, social e local do Porto, assim como a garantia de uma sólida maioria operária e de uma equilibrada composição etária e por sexo, foram os critérios fundamentais tidos em conta para a constituição do novo organismo de direcção eleito, segundo foi salientado pelo camarada Macedo Varela, quando o apresentou à Assembleia, após a sua eleição, já no final dos trabalhos.

É assim que o Comité Local do Porto integra 35 operários (52,5%), 16 empregados (23,1%), 10 intelectuais (14,5%) e 6 camaradas com outras profissões. Quanto à composição etária do novo Comité Local, 10 dos seus membros têm menos de 30 anos, 24 têm idades que se situam entre os 30 e os 40 anos, 25 têm entre os 40 e os 50 anos e 18 têm mais de 50 anos; 22% dos membros do Comité Local do Porto são mulheres.

Solidariedade, protesto e pesar

Vários foram os momentos, no decorrer da 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto, em que se levantaram unanimemente os cartões dos delegados para aprovar as moções que foram colocadas à sua consideração.

Recordar o camarada **Francisco Miguel**, com profunda emoção, num sentido minuto de silêncio, foi o objectivo da primeira moção aprovada.

O protesto pela ausência de cobertura da iniciativa por parte da generalidade dos órgãos de comunicação social, em particular a RTP, foi, quase no fim dos trabalhos da Assembleia, objecto de uma moção, aprovada por unanimidade.

A Reforma Agrária, a solidariedade com a luta dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, contra o pacote agrícola, em defesa da mais bela conquista de Abril, mereceram também o apoio unânime dos delegados comunistas ao aprovarem a moção que sobre esta temática lhes foi apresentada.

Mas à 2.ª Assembleia da Organização Local do Porto chegaram também inúmeras manifestações de solidariedade. Particularmente saudada foi a dos comunistas da cidade de Lisboa, transmitida, na ocasião, pelo camarada Alberto Chaparro, do Comité Local de Lisboa.

PCP

Madeira em ano de eleições regionais

Machico: a população não está interessada na negociata com a empresa Saviotti

«Graves prejuízos para a população de Machico» — o alerta é dado pela Comissão Concelhia do PCP a propósito dum estranho acordo do Governo Regional da Madeira e da Câmara Municipal do Machico com a empresa hoteleira **Saviotti**, que quer alargar as suas construções à zona baixa da vila, riscando do mapa o campo de futebol, ao mesmo tempo que eventualmente abria condições para uma praia privada destinada aos turistas estrangeiros...

A Assembleia Municipal ainda não se pronunciou sobre o assunto. A sua última reunião acabou por ser interrompida por falta de *quorum*. Faltaram 3 eleitos do PSD e 2 da UDP que estão para ser substituídos e houve quem abandonasse a sala.

A concretizar-se, diz a Concelhia do PCP, este projecto **trará também consequências sérias quanto à urbanização, estética e condições ambientais da vila de Machico**. E acrescenta a organização local do PCP:

«O acordo, que mais faz lembrar uma negociata, foi feito sem qualquer concurso público, comprometendo-se a Saviotti a fazer um novo campo de futebol com balneários, a troco de um terreno que vale bastante mais.

«É certo que o campo de futebol deve ser mudado para outra zona, mas o terreno onde agora se encontra deve ser utilizado para a população de Machico e todos os madeirenses e não para beneficiar apenas os turistas que nos visitam.

«A construção do projecto de desenvolvimento turístico pode e deve ser feito noutra local, sem prejuízos para a população de Machico.

«A Comissão Concelhia de Machico do PCP manifesta o seu total desacordo em relação aos objectivos do Governo Regional e da Câmara Municipal, e apela a todos os eleitos da Assembleia Municipal para que não aprovelem este projecto».

De sublinhar que a população de Machico e numerosas personalidades têm manifestado o seu firme protesto contra o **negócio Saviotti**, incluindo gente do PSD (caso dum antigo presidente do Município), do CDS e de outras correntes de opinião.

Ainda sobre a Região Autónoma da Madeira, onde o «Avante!» se deslocou recentemente, deixamos aos nossos leitores outros dois apontamentos de actualidade.



Na Região Autónoma da Madeira

ilegalidade é hoje uma componente quase «natural» da situação que ali se vive.

Nas múltiplas conversas em que participámos com juristas, responsáveis do Partido, autarcas, dirigentes sindicais, etc., era frequente virem a lume casos e mais casos de corrupção e de ilegalidade estimulados por uma máquina administrativa que começa nos serviços centrais do Go-

verno Regional, terminando nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia.

Se nos detivermos na área do **Poder Local**, é útil recordar as palavras do camarada **Aníbal Barbosa** na tribuna da recente Assembleia da Organização Regional do Partido:

Pelo facto do PPD/PSD deter a maioria absoluta no poder local, verificam-se ilegalidades a que tem sido difícil pôr cobro.

É normal e corrente as Assembleias Municipais e pa-

Freguesias não reunirem o número de vezes estabelecidos pela Lei.

Os Orçamentos e Planos de Actividades são aprovados, quando o são, com meses de atraso.

Quanto às contas, também já é normal que as mesmas sejam apresentadas com meses de atraso e sem os respectivos justificativos.

A juntar ao mau funcionamento das Assembleias, existem situações pouco claras de empreitadas atribuídas e pa-

gas pelas Câmaras, cujas obras não se concluem ou até nem começam.

Exemplo do que aqui afirmamos é o caso, de todos tão conhecido, do abastecimento de água à freguesia do Caniço, isto em 82, onde a Câmara já tinha dispendido uma verba de 94 mil contos, sem que as populações tivessem visto chegar esse precioso líquido às suas casas. Agora recomparam as mesmas, mas adjudicada a outra empresa sem que se tivesse apurado responsabilidades.

Existe também a situação do abastecimento de água às zonas altas do Funchal, onde todos os anos nos Planos e Orçamentos da CMF, são atribuídas vultuosas verbas, mas que não passam de meras intenções que não se concretizam.

Numa Região em que os custos para a solução dos problemas básicos das populações são bastante mais ele-

vados do que no Continente, lógico seria que às Autarquias fossem atribuídas verbas adequadas, tal como é definido na Lei das Finanças Locais.

Mas tal não acontece, porque o Governo Regional também aqui tem vivido no completo desrespeito pela legalidade, ao sabor das conveniências e decisões arbitrárias, transferindo para as Autarquias verbas muito inferiores às que por Lei teriam direito, para poder pressionar, com a atribuição de subsídios, com critérios e prioridades bastante duvidosos, as Câmaras e as Juntas, que a troco de algumas verbas, ficam de facto sujeitas ao poder governamental, abdicando da sua autonomia.

A submissão ao Governo Regional é tal que nem sequer as verbas contidas no Orçamento do Estado destinadas às Autarquias, são por estes recebidas directa e integralmente, sendo as mesmas

de forma ilegal incluídas no Orçamento Regional e transferidas para as Câmaras como e quando o Governo o entende.

A intromissão do Governo Regional e a má gestão verificada na maioria das Câmaras Municipais, criou uma situação de quase ruptura financeira, com uma brutal dívida aos empreiteiros e fornecedores, o que obrigou à assinatura de um Protocolo Financeiro.

Esta situação tem reflexos extremamente negativos para as populações, já que apesar do elevado número de trabalhadores de que dispõem, as Câmaras Municipais limitam-se quase às obras de conservação e à prestação de alguns serviços às populações.

A situação financeira é de tal forma que não tem permitido o aproveitamento total dos fundos da CEE, por falta de verbas das Autarquias para financiar a parte que lhes cabe.



Trabalhadores da CM do Funchal no intervalo do almoço

Camaradas Falecidos

José de Oliveira

Com 72 anos, faleceu recentemente o nosso camarada José de Oliveira, organizado na célula do Partido no Campo Grande, em Lisboa.

Manuel Santos Vaquinhas

Morreu o camarada Manuel Santos Vaquinhas, de 77 anos. Membro do Partido

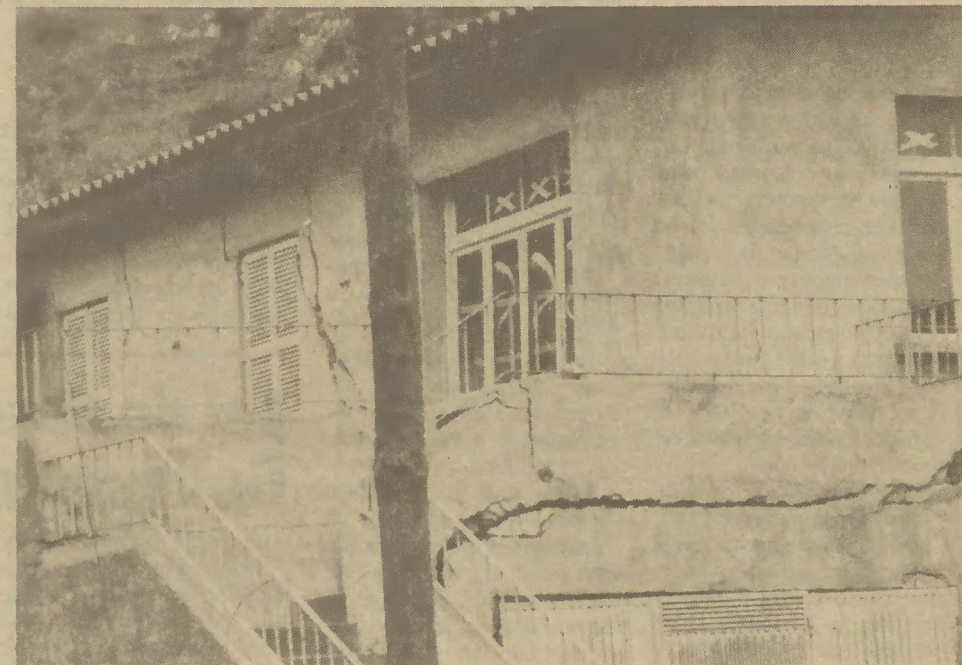
desde 1945, pertencia à Comissão Concelhia de Loulé e à organização de Almansil. Lutador desde os tempos da clandestinidade, era muito estimado pelos seus camaradas e gozava de grande prestígio junto da população de Almansil, que o respeitava como militante comunista.

Carolina Vasconcelos

Faleceu no passado dia 24, com 77 anos, a camara-

da Carolina Vasconcelos, membro do Partido no concelho de Machico, Região Autónoma da Madeira.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.



Sítio do Piquinho, no concelho de Machico

No concelho de Machico, a vida mostrou recentemente que vale a pena lutar. Numerosas habitações ficaram danificadas (algumas semidestruídas) devido ao «escorregamento de terras» motivado pela infiltração das águas. Na sequência dos protestos populares, especialmente do sítio do Piquinho, e da denúncia do problema na Assembleia Regional

por iniciativa do deputado comunista, Mário Aguiar, o Governo Regional acabou por ser obrigado a lançar um plano de obras («levadas» construídas em cimento para escoar as águas), que, lançadas no seu devido tempo, teriam evitado os estragos que as nossas imagens documentam.

Assembleia da República



Francisco Miguel: a prodigiosa vida de um combatente inteiramente dedicada à causa da liberdade e do progresso social, ao PCP e aos seus ideais

Palavras de admiração e respeito pela figura de Francisco Miguel

Exprimindo o seu respeito, admiração ou apreço, todos os grupos e agrupamentos parlamentares se associaram faz hoje oito dias ao voto de pesar apresentado pela Mesa da Assembleia da República pela morte do dirigente comunista Francisco Miguel Duarte.

Tratou-se de prestar uma sentida homenagem à memória de um combatente que, de entre as gerações de lutadores antifascistas, foi um dos que mais dura e violentamente sofreram a perseguição e a repressão da ditadura fascista e cuja vida foi inteiramente dedicada à causa da liberdade e do progresso social, ao PCP e aos seus ideais.

Para estes valores chamou a atenção o camarada Carlos Brito, na declaração de voto que produziu em nome da bancada comunista, pon-do em relevo nomeadamente alguns dos aspectos que caracterizaram a vida desta figura exemplar de cidadão e militante comunista.

«Passou mais de 21 anos nas prisões fascistas, dos quais oito anos e meio no Tarrafal de que foi o último preso a ser evacuado. Foi submetido a longos períodos de isolamento, a longas estadias nos «segredos», incluindo na celerada «frigideira» do Tarrafal.

Foi vítima de espancamentos selváticos e das formas mais brutais de tortura como a «estátua» e a tortura do sono. Foi várias vezes condenado pelos «tribunais especiais» em processos odiosos que envergonham a Justiça. Fez prolongadas greves de fome. Apesar da vigilância que sempre o cercava, conseguiu evadir-se quatro vezes das cadeias da ditadura. Para prosseguir a luta pela liberdade, como destacado dirigente do PCP, foi forçado a viver muitos anos na clandestinidade».

Com uma vida a todos os títulos notável e exemplar, cuja descrição constitui em si mesma um autêntico libelo acusatório contra o regime fascista, foi no entanto este homem, como lembrou o líder parlamentar comunista, que de si próprio falava desta maneira:

«Vítima do ódio cego do inimigo, torturado, sujeito a trabalhos forçados, castigado sem razão, julgado e condenado por crimes que não cometi, eu sentia entretanto o meu coração a transbordar de amor pela vida simples do

povo, pelos que trabalham e criam tudo quanto serve os homens, pelas crianças e pelas flores, pelas belezas da minha Pátria».

«Foi este homem extraordinário, exactamente assim — acentuou Carlos Brito — que eu encontrei nos meus vinte e poucos anos na cadeia do Aljube, tinha ele, havia pouco, regressado de África, como dizia ao referir-se ao Tarrafal. O que mais impressionava na personalidade de Francisco Miguel era precisamente esta combinação da inabalável coragem e inextinguível firmeza em face da opressão com a humanidade transbordante e a solicitude permanente pelos outros. Impressionava também, ao lembrarmos dos tormentos por que passara e por que continuou a passar, o seu optimismo permanente, a sua confiança no futuro, a sua alegria de viver e a fina ironia que sempre acompanhava os seus juízos».

Depois de enumerar algumas das actividades a que Francisco Miguel apaixonadamente se entregou depois do 25 de Abril e de salientar a forma séria e digna como exerceu o seu mandato de deputado durante mais de dez anos, Carlos Brito concluiu a declaração de voto de pesar, citando palavras recentes de Francisco Miguel pronunciadas a seu próprio respeito: «Se é permitido classificar-me a mim próprio direi que sou um amante e um amante de poesia. Mas a minha melhor poesia não está nos meus versos. A minha melhor poesia são os tantos anos de luta pela libertação do povo português».

Urge reponderar e reformular a doutrina e conceitos de defesa nacional

• lembrou João Amaral

A realização no final da passada semana da reunião da Assembleia do Atlântico Norte (órgão estatutariamente independente da NATO) onde participou pela primeira vez um deputado do Grupo Parlamentar do PCP tornou oportuno, do ponto de vista da bancada comunista, colocar na Assembleia da República algumas questões consideradas centrais sobre a política de defesa nacional.

Tratou-se sobretudo de abordar os desenvolvimentos mais recentes do relacionamento internacional no plano político-militar — contexto onde necessariamente devem ser inseridas as questões da nossa política de defesa nacional — e de apreciar a atitude do Governo português no quadro das interdependências global e regional e ainda do papel que poderá caber ao nosso país na construção de um mundo melhor e mais seguro.

A evolução das relações internacionais no plano político-militar foram assim nos últimos dois a três anos, de acordo com a perspectiva do PCP dada a conhecer pelo deputado João Amaral, marcadas por um «processo de verdadeira ruptura com as concepções doutrinais dominantes», processo esse que resulta da «evolução qualitativa e quantitativa dos arsenais de armamento a níveis insuportáveis» e do «alargamento da tomada de consciência colectiva da necessidade de inflectir a situação».

O próprio conceito de «segurança» adquiriu assim o «valor próprio de condição de sobrevivência, tornando-se objectivo estratégico, num quadro de interdependência extremamente complexo e inelutável», explicou João Amaral para acrescentar que a «segurança de cada país depende também da segurança dos demais países, o que inverte os termos clássicos do relacionamento internacional».

Doutrinas em crise

Reflectindo-se em primeiro lugar no plano do armamento nuclear, esta alteração veio deste modo, segundo o deputado comunista, «abrir definitivamente a crise das doutrinas assentes na imprescindibilidade da dissuasão nu-

clear», devendo neste contexto inserir-se o Tratado de Washington celebrado entre os EUA e a URSS em finais do ano passado, o qual representa «uma verdadeira alteração qualitativa no relacionamento entre os dois blocos político-militares e na evolução da situação mundial».

A questão central que hoje se coloca, em face deste novo quadro, ainda no entender de João Amaral, é a de se saber se «este caminho é aprofundado, com a intensidade e ritmo desejáveis, ou se ele é travado por concepções e práticas de contra corrente, filhas da retrógrada e perigosa mentalidade belicista ou de baixos interesses da indústria de armamento».

À luz desta questão deve pois ser apreciado o posicionamento das diversas forças em presença, postura essa que no caso da NATO, de acordo com os resultados da sua última cimeira recentemente realizada em Buxelas, surge nesse plano, como «contraditória».

Com efeito, como salientou João Amaral, se por um lado foi positivo o apoio dado ao Tratado de Washington e aos esforços dos dois países no sentido de chegar a acordo quanto à redução em 50 por cento das armas ofensivas estratégicas, assim como o reconhecimento da necessidade de equilíbrio no ar-

mamento convencional, proibição de armas químicas e busca de um diálogo construtivo, a verdade é que, por outro lado, contraditoriamente, não deixaram de ser desenvolvidas duas teses que classificou de «alto risco» e que, em sua opinião, apontam quer para «a manutenção da doutrina da dissuasão nuclear sobre outras formas» quer para o «melhoramento dos meios convencionais» (defesa clássica). Do que se trata, pois, para os defensores desta «doutrina da compensação», segundo João Amaral, é «manter o mesmo (ou superior) nível de capacidade bélica por outras formas, já com tradução em determinados programas, em curso, de equipamento militar».

Mau prenúncio

Neste quadro que qualificou de «globalmente positivo» sem no entanto deixar de ter «factores contraditórios» deve entretanto ser apreciada a situação de Portugal, país sujeito, como referiu, a «condições de dependência e subordinação», traduzidas quer nas formas múltiplas de «utilização do território nacional» quer na «crescente inserção das Forças Armadas Portuguesas no planeamento NATO».

Tocando no essencial, lembrou o deputado comunista que «este nível de dependência e subordinação e as vulnerabilidades que deles resultam» para Portugal seriam naturalmente diminuídos com o prosseguimento dos esforços de desarmamento e desanuviamento».

«Mas se o Governo português partilhar e se empenhar em teses de compensação, se as aceitar e se se comprometer com elas», assinalou João Amaral, então corre-se o risco de estar a «abrir caminho para colocar o País numa situação pior e mais grave do que a actualmente existente».

Ainda a este respeito o deputado comunista considerou no mínimo como um «mau prenúncio» as afirmações «contemporizadoras» feitas por membros do Governo relativamente a uma nova atitude sobre o armamento nuclear, sublinhando que elas traduzem nomeadamente «um espírito de cedência, de capitulação, que compromete os interesses nacionais na voragem de interesses alheios».

Do ponto de vista dos interesses nacionais — e esta foi a questão central para a qual o deputado comunista chamou particularmente a atenção — o que deverá ser assegurado é o «aprofundamento das medidas e acordos de desarmamento e o máximo aproveitamento da situação criada, tudo por forma a ser atingida a máxima segurança na Europa Central». «Concretamente — concluiu — a confluência entre os interesses gerais (da segurança) e os interesses nacionais (da independência e soberania) é completa».

João Amaral exprimiu ainda a sua convicção quanto à «obsolescência da doutrina e dos conceitos de defesa nacional» a carecerem, frisou de uma urgente «reponderação e reformulação», acentuando por último que se essa doutrina e conceitos já representavam «um percurso errado e se a sua manutenção já era expressão de uma «política de continuidade», agora, são «os próprios desafios das alterações qualitativas em curso no panorama mundial que impõem que se faça o que nunca chegou a ser feito: repensar a posição portuguesa quadro das interdependências globais e regional, visualizar as situações a que o País pode ter que responder, definir doutrina e conceitos que coloquem o País na defesa dos interesses globais da segurança e garantam a independência e soberania nacionais».

Lei de Bases do Sistema Educativo Governo continua a marcar passo

O grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Educação sobre as razões que vêm motivando o atraso na apresentação de propostas governamentais sobre o desenvolvimento de aspectos essenciais da lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86), diploma este que, recorde-se, expressamente consagra o prazo de um ano para a publicação pelo Governo da respectiva legislação regulamentadora.

A informação foi divulgada

pelo gabinete de apoio do Grupo Parlamentar do PCP através de uma nota à imprensa na qual se refere que nos onze requerimentos apresentados pelo deputado comunista Jorge Lemos, em todos eles se chama a atenção para o calendário apresentado pelo próprio ministro em reunião da Comissão Parlamentar de Educação realizada em Novembro passado, de acordo com o qual parte substancial da legislação de desenvolvimento da lei seria pu-

blicada no decurso dos primeiros e segundo semestres do ano em curso, facto que todavia continua por concretizar.

Acresce, por outro lado, não serem conhecidos até ao momento, os anteprojectos dos textos governamentais, aspecto que associado ao necessário debate público que sobre eles se deverá realizar, antes da publicação no Diário oficial, vem tornar na opinião dos parlamentares comunistas «ainda mais preocupante

a situação».

Esta ausência de iniciativa governamental, conjugada com uma tentativa de diluição de responsabilidade na chamada «Comissão de Reforma do Sistema Educativo», está entretanto a pôr em causa, do ponto de vista do PCP, o efectivo cumprimento desta lei da República em «aspectos essenciais do direito de acesso e sucesso escolares», tornando-se nessa medida urgente o conhecimento com rigor da perspectiva governamental.

Nacional

No âmbito da consulta pública

Forte movimento de condenação à lei do latifúndio

- Pareceres confirmam inconstitucionalidade
- Mais de 400 entidades pronunciam-se contra a proposta do Governo

No decorrer do processo de consulta pública aberto pela Assembleia da República para apreciar a proposta de lei de Bases da Reforma Agrária mais de quatro centenas de organizações (97,6 por cento das que se pronunciaram) tomaram posição contra o referido diploma por o considerarem inconstitucional e pretender promover, entre outras coisas, a reconstituição integral do caduco latifúndio e da grande exploração capitalista. Em jeito de balanço, o anúncio dos resultados do debate público que decorreu oficialmente durante vinte dias até 24 p.p. foi feito na passada semana, em Lisboa, no decorrer de uma conferência de imprensa promovida pela Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA), pelos Secretariados Distritais das UCPs/Cooperativas e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária.

Entre as entidades que emitiram pareceres contra a lei do latifúndio — assim é conhecida entre os trabalhadores a proposta de lei n.º 31/V — e manifestaram o seu acordo quanto a soluções que garantam o prosseguimento da Reforma Agrária e das UCPs/Cooperativas e a sua coexistência com outros sectores de propriedade e formas de exploração, contam-se autarquias de maioria CDU, PS e PRD, as assembleias distritais de Évora e Portalegre, o Conselho Regional da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, associações de pequenos agricultores, empresas privadas, a CGTP-IN e outras estruturas do movimento sindical unitário, a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, o VI Congresso de Federação Distrital de Évora do PS e ainda democratas de várias correntes de pensamento.

Reconstituir o latifúndio

Importa recordar, entretanto, conforme foi salientado durante a conferência de imprensa presidida por Arquímio Mocinho, do Secretariado das UCPs/Cooperativas de Santarém, que a consulta pública recentemente concluída — tal como estabelece a Constituição — constituiu em si mesma uma assinalável vitória dos trabalhadores e das forças democráticas, os quais, através da luta e de uma acção convergente, obrigaram o Governo a recuar na tentativa vã de aliviar a pressão social contra a sucessão das suas medidas antipopulares e antinacionais.

É de resto significativo da razão que assiste aos trabalhadores e às organizações da Reforma Agrária que as entidades que tomaram a ini-

ciativa de se pronunciar contra a proposta de lei do Governo tenham unanimemente concluído pela sua inconstitucionalidade, considerando-a incapaz de ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento da agricultura, da criação de emprego, da melhoria das condições de vida e rendimentos dos assalariados e agricultores, do aproveitamento integral dos recursos do Alentejo e Ribatejo.

O intuito de promover a reconstituição dos latifúndios, de privilegiar o direito absoluto de propriedade em detrimento do direito de exploração, de conduzir à desertificação demográfica e estrangular o desenvolvimento económico, de consubstanciar objectivos de vingança social sobre os trabalhadores e o regime democrático, foram outras tantas acusações formuladas nos pareceres divulgados pelas 420 entidades que se pronunciaram abertamente contra a proposta de lei do Executivo de Cavaco Silva.

Pareceres de constitucionalistas

Nesta análise convergem assim, como tratou de salientar Lino de Carvalho para os jornalistas presentes na Casa do Alentejo, diversos quadrantes de opinião (ver caixa), sendo igualmente de registar os pareceres emitidos a pedido das estruturas

da Reforma Agrária por reputados constitucionalistas.

Está neste caso o parecer do Prof. Dr. Gomes Canotilho no qual, a dado passo se salienta que «a proposta de lei n.º 31/V é, no seu conteúdo e mensagem globais, totalmente desconforme com o programa constitucional e, por isso, inaceitável enquanto não houver revisão constitucional que legitime os seus princípios informadores».

Pronunciando-se sobre a proposta e designadamente sobre o conceito constitucional de posse útil que ela denega e não refere, também o Prof. Dr. Orlando Carvalho referiu recentemente que «a posse útil tem certos caracteres, sendo um direito real de gozo, de tipo novo, de base constitucional que não podia ser denegado a ninguém e tinha de ser atribuído em caso de expropriação de terras ao abrigo da legislação sobre Reforma Agrária».

Marcha para Lisboa

Tais opiniões comprovam, como salientou Lino de Carvalho, a justeza da insistente denúncia que tem vindo a ser feita pelos trabalhadores quanto à desconformidade da proposta de lei relativamente à Constituição e ao seu desajustamento «às necessidades do desenvolvimento da agricultura e da economia portuguesa», constituindo por esse motivo um factor de «profundas injustiças e agravamento da instabilidade social».

O próprio ministro Álvaro Barreto não esconde aliás esta realidade ao confessar os seus propósitos político-partidários, afirmando nomeadamente, como recordou Lino de Carvalho, que «a aplicação da nova lei vai reduzir fortissimamente a influência do Partido Comunista na zona de implantação da Reforma Agrária» mesmo que isso seja feito à custa da criação de «injustiças».

Entendendo as iniciativas realizadas como «bem expressivas» e as opiniões e declarações recolhidas como «esclarecedoras», aquele di-

rigente da FENCA lembrou que os trabalhadores da Reforma Agrária não vão parar, continuarão «a estimular a reflexão, o debate e a convergência de opiniões» até que o Governo decida retirar definitivamente a proposta de lei, garantindo por fim que em caso de tal não vir a suceder e a persistir o projecto do Executivo, realizarão a **marcha a pé** para Lisboa, iniciativa para a qual contam, afirmou, com a solidariedade do movimento sindical e operário, cintura industrial de Lisboa, autarquias, partidos políticos e democratas das mais variadas tendências.

Testemunhos

Abrangendo democratas de todas as correntes de opinião, um vasto movimento convergiu recentemente na condenação da Lei de Bases da Reforma Agrária (Lei n.º 31/V), globalmente considerada como inconstitucional e como um instrumento para a reconstituição integral do latifúndio e da grande exploração capitalista. Divulgados na conferência de imprensa promovida pelas estruturas da Reforma Agrária, transcrevemos em seguida breves excertos das posições publicamente assumidas por algumas personalidades sobre este assunto:

- As reservas, tal como estão definidas na proposta de lei «permitiriam reconstituir explorações com dimensão física latifundista» levando ao «abandono puro e simples de parte considerável das novas propriedades».

Prof. Eng.º Henrique de Barros

- «A proposta de lei... é um labirinto armadilhado de disposições cavilosas, de fórmulas perversas e farisaísmos revoltantes, de rabolices deslavadas para restituir os feudos dos agrários».

Eng.º Aquilino Ribeiro Machado

- «A proposta de lei 31/V... a ser aprovada acabará por permitir a reconstituição de estrutura fundiária existente no Sul do País antes do 25 de Abril».

Eng.º Hermínio Martinho

- «A actual proposta de lei do PSD satisfaz... de modo pleno os interesses e as pretensões das famílias ligadas à grande propriedade no Alentejo e Ribatejo. De facto, as disposições desta proposta apontam, sem qualquer dúvida, para a reconstituição da grande propriedade... «a aplicação deste projecto de legislação iria também aumentar o desemprego»... «a solução que se adivinha nas políticas do Governo do PSD é mais radical: inviabilizar a possibilidade dos trabalhadores agrícolas viverem nas suas vilas e aldeias e obrigar assim à sua saída do Alentejo e Ribatejo».

Prof. Dr. Fernando de Oliveira Baptista

- A política do Governo do PSD «é uma política inconstitucional, de brutal destruição da Reforma Agrária e de apoio à reconstituição do latifúndio parasitário de terras abandonadas ou subaproveitadas, base social de um clientelismo ultra-reaccionário».

Ângelo Veloso

- «Esta proposta de lei não contribui para o desenvolvimento da agricultura e levaria por certo à asfixia económico-social de grande parte do Alentejo».

Conselho Regional da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA), organismo dependente do Ministério do Plano e de Administração do Território

XII festa Avante!

Rallye paper para a Festa



A célula do Partido no Banco Português do Atlântico organiza no sábado, dia 4, uma sardinhada/convívio. Como «aperitivo», os camaradas do BPA propõem um **rallye paper**, com partida do CT Vitória às 9 horas e chegada ao recinto da Fesa a horas da tal sardinhada. Segundo a nota que fizeram chegar à nossa redacção, não há nesta iniciativa «nada de competição/aceleração». O truque está em fazer o percurso até à antiga Quinta do Infantado um (bom) bocado mais longo e mais complicado que o normal, semeando trinta quilómetros de «situações recambolascas».

Para participar será necessário ter, além do automóvel, «conhecimentos» e «espírito de observação». Apesar de não considerarem este **rallye paper** uma competição, os organizadores prometem que «haverá prémios (óptimos...) até ao 5.º classificado (pelo menos) e, para o último, um muito especial».

Além da sardinhada, está ainda prevista uma **glncana Infantil** e um **concurso de bolos**. Há que levar, no entanto, pratos, copos e talheres, pois lá só haverá sardinhas de Cascais, batata cozida de Loures, pão saloio, vinho da Quinta e água de Bucelas.

JCP de Lisboa prepara 3.º Encontro

No Cabeço de Montachique, em Loures, vai realizar-se nos dias 18 e 19 de Junho o 3.º encontro de Jovens Comunistas do distrito de Lisboa.

Promovida pela organização distrital da Juventude Comunista Portuguesa, esta iniciativa tem por lema «JCP, força e vida, intervir para transformar».

Entre os objectivos do Encontro, os organizadores des-

tacam o debate dos problemas que afectam os jovens do distrito de Lisboa e a dinamização da intervenção da JCP e dos comunistas. Será eleita a nova direcção distrital de Lisboa da JCP.

Está ainda previsto realizar um convívio que possibilite aos participantes no encontro uma alegre jornada de confraternização.

Peniche pelo desporto

Mais de 120 jovens participaram em Peniche num torneio de futebol de 7 que a organização distrital de Leiria da JCP organizou no dia 22 de Maio, no âmbito da campanha nacional da Juventude Comunista Portuguesa pelo desporto.

«Os jovens que participaram nesta iniciativa — afirma a direcção distrital da JCP numa nota à imprensa — exigem deste Governo uma política efectivamente desportiva,

e não demagógica, como tem sido a sua prática».

Houve uma sardinhada com convívio, no final foram distribuídos prémios a todos os participantes e troféus às equipas.

«Foi muito bom! É necessário realizar mais actividades desta natureza!», afirma a direcção distrital de Leiria da JCP. Para já, foi decidido continuar e manter iniciativas regulares, pelo menos de 6 em 6 meses.

Internacional



A repressão não é resposta aos graves problemas que se vivem na Colômbia

COLÔMBIA

Aumenta a violência

Está a decorrer, até ao próximo sábado, a semana internacional de solidariedade com a Colômbia, contra a violência e pelo respeito à vida e aos direitos humanos naquele país.

A iniciativa, justificada com a crescente vaga de actos terroristas contra as forças democráticas, em especial os membros ou apoiantes da União Patriótica, ocorre numa altura em que a violência voltou a recrudescer na Colômbia, coincidindo com a ausência do presidente Virgílio Barco, que se encontra de visita a diversos países europeus, incluindo Portugal.

No final da semana passada as Forças Armadas colombianas foram colocadas em estado de alerta, depois de pelo menos dez pessoas terem sido assassinadas. Entre as vítimas conta-se o presidente da Câmara de Re-

médios, membro da União Patriótica.

Entretanto, no domingo, a tensão voltou a aumentar com o rapto do ex-candidato à presidência, o conservador Álvaro Gomez Hurtado, de 69 anos. Gomez Hurtado que é director do diário «El Siglo» foi raptado na capital, Bogotá, por um grupo de homens armados, quando saía duma igreja. Um dos seus guarda-costas foi morto.

O presidente Virgílio Barco, que apesar dos apelos das diversas forças colombianas, incluindo a União Patriótica, para voltar ao país, não parece disposto a interromper a sua digressão, afirmou em Lisboa ter dado instruções precisas ao ministro-delegado César Graviña para que faça todos os possíveis para conseguir o resgate de Gomez Hurtado. Antes de partir para Espanha,

na segunda-feira, Barco disse que Graviña está a adoptar «as medidas mais adequadas para, com a colaboração das forças da ordem e dos serviços de segurança», pôr cobro ao surto de violência na Colômbia.

Violência que levou o Partido Comunista da Colômbia, a semana passada, a apelar aos chefes de Estado e de Governo dos países que Virgílio Barco visita (Portugal, Espanha, Itália e Estados Unidos) para que lhe transmitam a preocupação dos respectivos povos com a degradação do respeito pelos direitos humanos na Colômbia.

Com esse objectivo, o secretário-geral do PCC, Gilberto Vieira, enviou uma mensagem ao Papa João Paulo II, ao chefe do governo espanhol, Felipe Gonzalez, ao presidente italiano

Francesco Cossiga e ao presidente Mário Soares, salientando que a crise dos direitos humanos na Colômbia se manifesta «na violência e nas operações de extermínio levadas a cabo por sectores militaristas contra cidadãos inocentes», que já provocaram centenas de assassinações de membros da União Patriótica, da Frente Popular, da organização «A Lutar», dos Partidos Liberal e Conservador e de dirigentes populares sem filiação partidária.

Na sua mensagem, Gilberto Vieira sublinha ser incompreensível a impunidade com que tais actos são cometidos, num país onde existem instituições de carácter civil e no qual o próprio governo reconhece a existência de 140 grupos paramilitares, sem que tome medidas eficazes para a sua liquidação.

NATO
Assembleia
no Funchal

«As armas nucleares continuarão a desempenhar um papel chave na dissuasão» e quaisquer «alternativas que possam implicar uma quebra no espectro da dissuasão só poderão minar a segurança e a coesão política da aliança». São pequenos extractos do relatório especial sobre «A NATO nos anos 90», agora debatido no Funchal, na Assembleia do Atlântico, reunião não decisória, que reúne duas centenas de parlamentares de países membros da NATO, nomeadamente de Portugal.

Assim, e nos mesmos dias em que em Moscovo se debatia sobre novas possibilidades de avançar no caminho do desarmamento, no Funchal, a discussão centrava-se sobre um relatório, elaborado por uma comissão com preponderância de representantes dos Estados Unidos, em que a tese de fundo é a defesa das armas nucleares, e o reforço do armamento convencional. Mais, face aos acordos desde já obtidos no domínio do armamento nuclear de médio e mais curto alcance, recomenda-se que os governos da NATO, de futuro, prestem particular atenção aos meios nucleares de longo alcance.

Tema central dos debates foi também a revitalização da União Europeia Ocidental (UEO), tónica do discurso do secretário-geral da NATO, lord Carrington. E do Primeiro-Ministro português Cavaco Silva.

Cavaco Silva, no costureiro alinhamento com as forças mais retrógradas no plano internacional, foi defender ao Funchal que «o reforço da componente europeia da NATO por via da União Europeia Ocidental poderá aumentar a coesão da aliança em estreita ligação com os americanos».

A defesa de uma política abertamente militarista abriu-se num amplo leque. A criação de zonas desnuclearizadas, por exemplo, foi atacada pelo embaixador Henning Wagner, assistente do secretário-geral da NATO para os assuntos políticos, que claramente disse: «não podemos pensar em vazios desnuclearizados»; e ainda: «as zonas desnuclearizadas são boas para a América Latina, onde as armas nucleares nunca existiram»...

Mas outras vozes se elevaram também nesta Assembleia do Atlântico. Desta feita para defender princípios mais de acordo com as realidades actuais.

As críticas à visão militarista do relatório «A NATO nos anos 90» e às intervenções perfilhando ideias análogas, vieram em particular de parlamentares sociais-democratas de países do centro da Europa, em que os movimentos pela paz são particularmente fortes, como a Dinamarca, RFA e Holanda.

Um deputado dinamarquês salientou, nomeadamente, que «o Ocidente só pode alcançar segurança real através de uma forma ou de outra de cooperação com o Leste».

O grupo social-democrata no parlamento da RFA apresentou um documento em que se sublinha que «o conceito militar de dissuasão já não é aprovado por grande parte da população». E nomeadamente se chama a atenção para a «curiosa situação» de, «embora se viva em paz e praticamente ninguém acredite num conflito armado entre o Pacto de Varsóvia e a NATO num futuro próximo, os militares se prepararem como se a guerra estivesse ao virar da esquina».

Caberá lembrar aqui as recentes declarações de Gorbachov, na entrevista ao «Washington Post» e à «Newsweek»: «Tenho conhecimento das declarações da NATO sobre as armas nucleares, mas também sei que não é só na sede da NATO que há quem saiba pensar. É preciso contar igualmente com a opinião das populações, dos amplos círculos científicos e dos governos. (...) E se falarmos de "dissuasão", será que não está claro o facto de que se nesse período não houve guerras foi graças à consciência de que basta um golpe com armas convencionais sobre as centrais nucleares e empresas químicas para que morra toda a população da Europa?»

Uma questão oportuna a colocar aos governos da NATO, nomeadamente ao de Portugal.

Mensagem
ao CC do Partido
Comunista de Malta

Queridos camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o vosso 4.º Congresso. Faz votos pelos maiores sucessos na vossa acção em defesa dos interesses da classe operária, da independência nacional, democracia, paz e progresso social.

PAQUISTÃO

Presidente convoca
eleições antecipadas

O presidente do Paquistão, Zia Ul-Haq, anunciou no domingo a realização de eleições gerais dentro de 90 dias, a demissão do actual governo e a dissolução do parlamento.

A decisão de Zia Ul-Haq colheu de surpresa o primeiro-ministro Mohamad Khan Junejo, as forças políticas e todo o país, pois nada fazia esperar uma tal atitude por parte do ditador, que agora se manifesta preocupado com a «falta de progresso da democracia» no país.

A decisão do presidente do Paquistão, justificada ao abrigo dos poderes que a constituição lhe confere, foi anunciada quando o primeiro-ministro dava uma conferência de imprensa no aeroporto de Islamabad, no regresso de uma visita a três países asiáticos.

Segundo Zia Ul-Haq, o chefe do governo manifes-

tou-se incapaz de fazer progredir a democracia no Paquistão e a Assembleia Nacional não cumpriu os seus objectivos. O presidente paquistanês acusou ainda o primeiro-ministro Khan Junejo, a quem advertiu para o facto de que «a lei e a ordem estavam a ser ridicularizadas a um ponto alarmante», não ter tomado nenhuma medida para pôr cobro a essa situação.

Foi entretanto anunciada a formação de um governo de gestão encarregado de gerir os assuntos do Estado até à realização das eleições, para as quais, segundo precisou Zia Ul-Haq, os partidos deverão apresentar os seus candidatos, ao contrário do que sucedeu nas «eleições» de 1985.

Embora se desconheçam ainda as condições em que os partidos poderão concorrer às eleições, bem como

quais os partidos que serão autorizados a fazê-lo, é de assinalar o facto de Zia Ul-Haq ter declarado que não restabelecerá a lei marcial que durante nove anos vigorou no país.

O presidente paquistanês anunciou ainda para esta semana a divulgação de uma decisão sobre as eleições para as assembleias provinciais.

Este autêntico volte face no Paquistão — que poderá não passar de um golpe de teatro de Zia Ul-Haq — surge na sequência de uma intensa campanha das principais forças políticas que têm vindo a exigir a realização de eleições livres e a restauração da democracia no país e também, importa não esquecer, dos recentes acordos sobre o Afeganistão, em que as autoridades paquistanesas se comprometeram em deixar de dar apoio militar às

forças que se opõem militarmente a Kabul e a não autorizar a continuação das respectivas bases no seu território.

Desde a assinatura do acordo sobre o Afeganistão, que deu início à retirada das tropas soviéticas deste país, as autoridades afegãs vêm acusando o Paquistão de não cumprir a sua parte do acordo, o que também é motivo de contestação das forças democráticas paquistanesas. Em que medida é que este conjunto de circunstâncias ameaça afectar o poder ditatorial de Zia Ul-Haq, a curto prazo, é ainda uma incógnita. Mas tudo leva a crer que a decisão de demitir o governo, demitir o parlamento e convocar eleições gerais, reconhecendo aos partidos políticos o direito de nelas participarem, é uma jogada de antecipação.

Internacional

África do Sul Verão quente em Pretória

O Conselho Nacional dos Sindicatos da África do Sul (NACTU), anunciou a realização de uma jornada de luta de cinco dias, no início deste mês, contra o *apartheid* e de defesa dos direitos dos trabalhadores. O comunicado divulgado a propósito, em Joanesburgo, anuncia diversas iniciativas da jornada, incluindo acções de protesto e manifestações conjuntas com o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) e revela que o principal objectivo é impedir a aplicação de uma nova legislação que limita a actividade dos sindicatos.

A referida legislação prevê, entre outras coisas, o direito da entidade patronal combater as greves com medidas punitivas, bem como o de proibir greves de solidariedade.

Recorda-se que a capacidade de intervenção dos sindicatos aumentou consideravelmente nos últimos anos e que o número de greves e de grevistas tem vindo a aumentar na África do Sul à média de 25 por cento ao ano.

Mas o mês de Junho anuncia um Verão quente em Pretória, em diversas outras fren-

tes, no combate ao *apartheid*.

É significativo, por exemplo, que Frederick Van Zil Slabbert, destacado representante branco dos círculos sociais democráticos sul-africanos, tenha defendido na cidade do Cabo a realização de conversações entre o governo de minoria branca e o Congresso Nacional Africano (ANC). Segundo declarou Zil Slabbert aos jornalistas, «o ANC já está pronto para o diálogo, agora é a vez das autoridades se pronunciarem».

Importa salientar que o ANC tem repetidamente afir-

mado que o diálogo com o governo sul-africano será possível desde que seja levantada a proibição à sua actividade, libertados os presos políticos e posto termo à política de terror.

Embora não seja de prever, a curto prazo, uma efectiva mudança no regime sul-africano, é um facto que ventos de mudança sopram na África do Sul, sobretudo no que se refere à população branca. Se, por um lado, se assiste à radicalização de posições dos sectores mais reacçãoários, contrários à mínima alteração do regime, por outro lado, os liberais reforçam a convicção da necessidade de uma aproximação com o ANC e desafiaram as proibições governamentais nesse sentido.

Foi o que fez um grupo de cidadãos brancos sul-africanos que na passada quarta-feira se deslocou à Alemanha Federal para debater com representantes do ANC estratégias políticas para a África do Sul.

Chefiou o grupo o deputado Wynand Malan, que no ano passado se demitiu do Partido Nacionalista e integra actualmente o Movimento Nacional Democrático Anti-*apartheid*. Com ele viajaram para a RFA jornalistas, intelectuais e políticos que se opõem igualmente ao regime racista.

Segundo declarações de Alex Boraine, que participou na organização do encontro, à agência Reuter, também Zyl Slabbert (ex-presidente do

Partido Federal Progressista) se deslocou à RFA para conversações com o ANC.

Não menos sintomático da mudança de mentalidades e comportamentos que se está a registar, embora, lentamente na África do Sul é o resultado do julgamento recente de dois polícias brancos que mataram um jovem negro: pela primeira vez na África do Sul, um tribunal condenou-os à forca.

O crime ocorreu em 26 de Julho de 1986, no bairro negro de Cradock, na província do Cabo. Segundo depoimentos de membros da unidade da polícia de intervenção a que pertenciam os acusados, composta por dez homens, o respectivo chefe, de Villiers, ordenou a Goosen «para levar» o jovem de 18 anos por este ter sido demasiado espancado para poder ser posto em liberdade. O jovem, Mlungisi Stuurman, foi levado para a margem de um rio e assassinado com um tiro na nuca.

O julgamento de De Villiers e Goosen começou em Outubro do ano passado e decorreu no Supremo Tribunal de Grahamstown, perto de Cradock, na província do Cabo. A sua condenação à morte, se vier a concretizar-se, ficará na história como um caso inédito na África do Sul. Mesmo que tal não venha a acontecer, a simples condenação é já por si um sintoma de mudança ou, no mínimo, da vontade de mudança que se regista no país do *apartheid*.

Panamá recusa pressões dos EUA

O jornal panamiano «La Republica» anunciou a semana passada que o Estado-Maior das Forças de Defesa e o Conselho Estratégico Militar do Panamá rejeitaram as propostas apresentadas pela administração norte-americana para pôr fim à crise nas relações bilaterais, por as mesmas não preverem «a continuidade constitucional do mandato do presidente do Panamá, Manuel Solis Palma» e ignorarem os acordos consagrados no tratado «Torrijos-Carter» sobre a soberania do Canal.

O jornal refere ainda, citando fontes militares, que a rejeição se baseou nos riscos «que poderiam existir para a segurança (do país) e os confrontos políticos entre os panamianos» que as referidas propostas poderiam provocar.

A administração Reagan, através do secretário de Estado George Shultz, admitiu já o fracasso da sua iniciativa. Shultz afirmou no entanto em Washington que a Casa Branca não desiste dos seus intentos de afastar o general Noriega e que vai consultar «países democráticos» da América Latina sobre o assunto.

Recorda-se que os EUA têm estado a exercer pressões militares e económicas sobre o Panamá na tentativa de colocar no poder forças favoráveis à continuação da sua presença no Panamá e no controlo do Canal, não excluindo a possibilidade de uma intervenção militar naquele país. O Parlamento Latino Americano condenou recentemente esta actuação dos EUA, exigindo a não ingerência nos assuntos internos do Panamá e o respeito dos acordos «Torrijos-Carter» que estipulam a entrega da soberania do Canal ao Panamá no último dia de 1999.

Líbia reconhece governo do Chade

O dirigente líbio, Muammar Kaddafi, afirmou na passada quarta-feira em Trípoli considerar terminada a guerra no Chade e reconhecer o governo de Hissene Habré.

Falando a diplomatas africanos por ocasião do 25.º aniversário da Organização de Unidade Africano (OUA), Kaddafi manifestou-se favorável à regularização, através de uma «via fraterna e amistosa», dos problemas existentes entre a Líbia e o Chade. O dirigente líbio propôs-se ainda ajudar o Chade a reconstruir as instalações danificadas durante a guerra e prometeu libertar os militares chadianos presos pela Líbia.

Na sua intervenção, Kaddafi apelou a Hissene Habré e os grupos político-militares que se lhe opõem para que iniciem conversações sobre a reconciliação nacional, garantindo que a Líbia não se intrometerá nos assuntos internos do Chade.

Na ocasião, o dirigente líbio anunciou ainda a decisão do seu país em restabelecer relações diplomáticas com oito estados africanos.

Pacto de unidade no Zimbabué

Iniciou-se no passado sábado o processo de fusão partidária entre a União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU) e a União Popular Africana (ZAPU), na província de Mabeleland, onde se formou o primeiro órgão provincial composto por igual número de representantes dos dois partidos (cinco de cada um).

O processo está a ser coordenado por três comités especiais formados pelo presidente do país, Robert Mugabe. As negociações para este «pacto de unidade» decorrem desde 1983, mas só em Dezembro último foi assinado o acordo entre Mugabe, dirigente da ZANU, partido no poder, e Joshua Nkomo, dirigente da ZAPU, prevendo a formação de um partido único, a ZANU-PF, presidido por Mugabe.

Segundo declarações do ministro para os assuntos políticos, Moris Nyagumbo, órgãos análogos ao agora formado serão criados em todas as províncias do Zimbabué no prazo de quatro meses; no mesmo período deverão estar também formadas as organizações de base do partido único, bem como o respectivo comité central e bureau político.

Conferência Internacional de novas democracias

O presidente da República, Mário Soares, vai representar Portugal na primeira Conferência Internacional de Novas Democracias que se realiza em Manila, capital das Filipinas, de 3 a 6 deste mês.

A Conferência é da iniciativa do ministro filipino dos Negócios Estrangeiros, Raul Manglapus, e visa reunir em Manila representantes dos países que se libertaram do regime ditatorial e adoptaram um governo democrático, desde 1973, com o objectivo de debaterem assuntos políticos internos e problemas socioeconómicos comuns na etapa da restauração da democracia.

Entre os Estados que já confirmaram a sua presença contam-se, além de Portugal, a Argentina, o Brasil, a Grécia, a Guatemala, a República Dominicana, a Espanha, a Nicarágua, o Perú e o Uruguai.



Sindicatos sul-africanos marcam jornada de luta contra o apartheid

OUA – 25 anos de luta pela unidade de África

A Organização de Unidade Africana, OUA, comemorou no passado dia 25 de Maio o seu 25.º aniversário, sob o signo da «Unidade, Solidariedade, Libertação e Desenvolvimento».

Em cerimónia realizada na capital da Etiópia, Adis Abeba, a OUA assinalou um quarto de século de existência, reafirmando os princípios que em 1963 lhe deram origem, quando 32 dirigentes africanos subscreveram a Carta da organização. Hoje, apenas Marrocos (que abandonou a OUA em 1985), a África do Sul e a Namíbia ocupada pelos sul-africanos não fazem parte da organização, o que é revelador do longo caminho percorrido no sentido da unidade do continente, malgrado os graves problemas que subsistem.

Problemas que, no âmbito da coordenação da cooperação política, económica e social entre os países africanos estiveram em foco na Assembleia da OUA realizada imediatamente após as solenidades alusivas ao 25.º aniversário. Como diria na inauguração dos trabalhos o chefe de Estado etíope, Mengistu Haile Mariam, uma condição necessária para os futuros progressos de África é o reforço da paz, tanto no continente como em todo o Mundo, o que implica uma maior participação dos países africanos no processo mundial de luta pelo desarmamento e a garantia da segurança dos povos.

A Assembleia dedicou de resto particular atenção à questão dos conflitos regionais, com destaque para o

problema do Sara Ocidental.

Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU), como a OUA estão a desenvolver intensos esforços para organizar um referendo no Sara Ocidental, antiga colónia espanhola onde desde há 13 anos se confrontam as forças da Frente Polisário — que declarou unilateralmente a independência da República Árabe Saaraui Democrática — e as tropas de Marrocos.

Um passo importante nesse sentido foi dado em meados do mês passado com o restabelecimento das relações entre Marrocos e a Argélia, interrompidas desde 1976 quando este último país reconheceu a RASD e se tornou no seu principal apoiante. Embora desde 1985 a RASD seja membro de pleno direito

da OUA e reconhecida por 71 países, é opinião generalizada que a aproximação entre Rabat e Argel pode ser um factor decisivo para a resolução do problema do Sara Ocidental.

O reatamento das relações daqueles dois países, inserido simultaneamente na problemática mais vasta da reunificação do mundo árabe, com vista a facilitar a realização da Cimeira Árabe sobre a Palestina que hoje deverá ter início, e que levou também já à aproximação de Argel com o Egipto, não impede no entanto que subsistam dificuldades sérias no que se refere à realização do referendo sobre o Sara Ocidental.

Pela parte da Frente Polisário, com o apoio da Argélia, não será possível um referendo livre e justo antes da retirada do exército marroquino do Sara Ocidental, estimado em cerca de 100 mil homens. Marrocos tem recusado esta exigência.

Divergências existem também quanto a quem deverá participar no referendo. Enquanto a Polisário defende que participem no referendo exclusivamente os habitantes da região na altura da retirada espanhola, Marrocos quer a participação da população actual, ou seja, dos colonos de outras regiões que para ali

deslocou e povoam agora cerca de um terço do sudoeste do território ocupado.

Apesar destas dificuldades, bem como dos interesses em jogo — domínio do Sara Ocidental, onde se encontram das mais importantes minas de fosfatos do Mundo, e acesso à costa do Atlântico com a sua rica reserva pesqueira — está cada vez mais generalizada a convicção de que também este conflito terá de ter uma resolução política. De facto, no terreno militar, a situação chegou a um impasse, em que nenhum dos lados parece capaz de se impor ao outro. Acresce ainda que Marrocos, a braços com problemas internos económicos graves, tem cada vez mais dificuldades em manter deslocado no deserto um exército de cem mil homens, com cuja manutenção gasta milhões de dólares por dia. Isto sem esquecer que, em treze anos de confrontos, há a lamentar a perda de mais de dez mil vidas.

Num momento em que a procura de soluções políticas para os conflitos regionais parece dominar a cena política internacional, a solução do problema do Sara Ocidental seria sem dúvida um importante contributo para a paz no continente africano e o reforço da unidade da OUA.

Internacional

Cimeira de Moscovo

No caminho do desarmamento

Estamos praticamente no encerramento dos trabalhos da Cimeira de Moscovo. Ainda hoje deverão ser conhecidos os resultados destes dias de conversações na capital soviética, entre Reagan e Gorbachov, em que paralelamente funcionaram comissões para tratar, quer da questão central do desarmamento, quer de outros temas presentes na mesa das conversações, dos conflitos regionais às questões humanitárias.

Entre os temas presentes nos debates, Gorbachov citou, no próprio dia da chegada de Reagan a Moscovo, a redução em 50% dos armamentos estratégicos, mantendo-se em vigor o tratado DAM, a liquidação das armas químicas, a redução das tropas e armamentos na Europa, a cessação dos ensaios nucleares, a regularização dos conflitos regionais, o saneamento das relações económicas internacionais, a superação do subdesenvolvimento, da miséria e das doenças, os problemas humanitários e as relações bilaterais.

Claro que são diferentes as perspectivas com que de parte a parte são debatidos estes problemas. Ainda em vésperas da sua chegada a

medida de aproximação da assinatura, o mais breve possível, de um tratado sobre os armamentos estratégicos ofensivos (AEO).

Que poderia ser — e é o que a URSS propõe — que aquilo que já está acordado, no que respeita aos AEO, seja fixado em documento assinado na Cimeira. Ou, em qualquer dos casos, sejam dadas instruções nítidas às delegações dos dois países em Genebra a fim de poderem intensificar os trabalhos e levar a bom termo o mais breve possível a solução dos problemas que neste domínio fulcral persistam.

No início da Cimeira, em declarações aos jornalistas, Gorbachov admitiu uma vez mais a possibilidade de uma quinta cimeira, ainda no



29 de Maio de 1988: o presidente norte-americano recebido no Kremlin, em Moscovo

mentos nucleares somos a favor da assinatura de um trabalho de redução dos armamentos estratégicos ofensivos em 50%. Na nossa opinião, percorremos em conjunto um grande caminho na procura de soluções. Penso que estarão de acordo em que **não terá sentido algum assinar um tratado de redução dos armamentos estratégicos ofensivos num sector e ao mesmo tempo impulsionar a corrida armamentista no espaço e no ar** — sublinhou Gorbachov.

corrida armamentista por outro, no espaço, os acontecimentos ganhariam carácter dramático: nesse caso torpedearíamos a confiança que começou a surgir e desvalorizaríamos toda a experiência acumulada nas conversações de Genebra. Seria uma nova forma e uma nova esfera da corrida aos armamentos e, portanto, precisaríamos de novos critérios para chegar a acordo e concluir alguns tratados. Para tal precisaríamos de décadas inteiras.

«Na minha opinião, quem **impulsiona a corrida aos armamentos no espaço, comete um crime perante os povos**, perante o seu e perante os outros. Devemos dizê-lo com toda a responsabilidade e clareza. Tais atitudes e mentalidade que são um caminho para a desestabilização podem criar uma situação imprevisível no plano da segurança. Há que condenar os promotores dessa atitude.

«**Os SLCM** (mísseis de cruzeiro marítimos), os quais os EUA pretendem colocar à margem das limitações e do controlo, seriam mais uma manobra e mais uma direcção da corrida aos armamentos.

«**É por isso que Interligamos todos esses problemas.** É uma atitude justa. **O aspecto mais importante da nossa posição é que vemos também os caminhos que permitem resolver todos esses problemas em conjunto e chegar a um acordo sobre a redução dos armamentos estratégicos ofensivos em 50%.** E, depois, seguir em frente».

Transcrevemos esta longa citação porque ela reflecte o que de mais essencial nes-

tes dias foi debatido em Moscovo — não desprezando embora a interligação de todas as realidades e problemas em causa.

Em todos os domínios se avança, com maior ou menor dificuldade: o tratado INF (mísseis de médio e mais curto alcance) foi assinado e ratificado, o tratado sobre armamentos estratégicos, apesar de todos os obstáculos, está a ser elaborado, decorrem negociações sobre as limitações dos testes nucleares, efectuem-se consultas entre a NATO e o Tratado de Varsóvia para a redução de FFAA e armamentos convencionais na Europa, a conclusão da convenção sobre a proibição das armas químicas, embora lentamente, aproxima-se, um conjunto de acordos sobre o Afeganistão, que têm como garantes os EUA e a URSS, foi assinado, intensifica-se a actividade diplomática no que respeita à África Austral e ao Médio Oriente.

Importa entretanto sublinhar os maiores obstáculos e as questões fundamentais. Também porque avançando-se nos domínios fulcrais se abrem mais amplos caminhos para a multitude de problemas em causa.

Hoje ainda se saberá o que em Moscovo se avançou. Que passos foi possível dar. Tendo presente que é de um caminho que se trata. O único caminho possível, o da paz e do desarmamento.

E voltamos à entrevista de Gorbachov, quando diz: «O próprio facto desse diálogo ter lugar vale muito, para não falar já do seu teor que permitiu fazer importantes declarações conjuntas no sentido de que as guerras — nucleares ou quaisquer outras — são inadmissíveis; que os problemas devem ser solucionados por via política; que é necessário reconhecer as realidades do mundo contemporâneo. É muito importante que essas declarações tenham sido feitas para todo o mundo e nós sabemos como este reagiu. Extrai-se daí a conclusão de que somos diferentes e continuaremos a sê-lo. Cada um continuará fiel às suas ideias e ao seu modo de vida. Temos, porém, uma responsabilidade comum».

Perspectivas e responsabilidades que, naturalmente em medidas diferentes, dizem respeito a todos nós. A lógica dos passos dados em Moscovo é também a da continuação deste vital processo que estamos a viver.

As cimeiras em síntese

— Entre 19 e 21 de Novembro de 1985 em **Genebra**, o secretário-geral do PC soviético, Mikhail Gorbachov, encontra-se com o presidente dos EUA, Ronald Reagan. É assinada uma declaração conjunta em que as partes concordaram com a necessidade de melhorar as relações soviético-americanas e sanear a situação internacional e realçaram a importância de prevenir a militarização do espaço e cessar a corrida aos armamentos na Terra.

— De 11 a 12 de Outubro de 1986 em **Reiquejavique**, Gorbachov e Reagan encontram-se tendo chegado a entendimentos que estiveram na base de todas as conversações posteriores e deram início à

elaboração de acordos sobre a liquidação dos armamentos nucleares.

— De 7 a 10 de Dezembro de 1987, o Secretário-Geral do PC soviético, Mikhail Gorbachov, visita **Washington** onde assinou juntamente com o Presidente norte-americano Ronald Reagan o tratado «INF» sobre a liquidação dos mísseis de médio e curto alcance. O comunicado final da visita recolhe os entendimentos já havidos sobre a redução em 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos, que deverá dar lugar a um tratado entre os dois países. É assinado um entendimento sobre a realização de experiências conjuntas com vista a controlar a limitação dos ensaios nucleares subterrâneos.

Moscovo, em declarações proferidas em Washington, o presidente norte-americano reafirmava ideias no mínimo desadequadas ao momento que vivemos. Concretamente Reagan lamentou que «as bases da estrutura do sistema da URSS e dos países da Europa de Leste não tenham mudado»!

Mas bem longe estamos, na prática — e isso é bem significativo — das profissões de fé contra o «império do mal».

É de diálogo — e de diálogo voltado no concreto para o desarmamento e para a resolução política dos graves problemas que se vivem no nosso planeta — que hoje se trata. Não haverá particular pressa da parte de Washington. Mas avança-se. E não por acaso Gorbachov sublinhou, em resposta a Reagan, ser «sempre pelo movimento, sem pressa desnecessária, mas ininterrupto, seguro e progressivo».

É esta a aposta neste momento, também na Cimeira de Moscovo. Dela se espera, de par da já assegurada troca dos instrumentos de ratificação do tratado de eliminação dos mísseis de médio e mais curto alcance, alguma

mandato de Reagan, para concluir o acordo sobre os armamentos estratégicos ofensivos.

Em qualquer dos casos, há ainda pela frente muito e árduo trabalho.

Problemas em debate

«Como adeptos convictos da redução radical dos arma-

chov em entrevista de há dias ao jornal «Washington Post» e à revista «Newsweek».

«A nossa persistência não se deve a um capricho ou a quaisquer passos ou subterfúgios da União Soviética. É uma posição bem pensada e responsável que corresponde aos interesses dos povos soviético e americano e de todo o mundo em geral. Se substituíssemos um tipo de



«**Não à guerra das estrelas**» — exigência comum em manifestações populares em todo o mundo — é hoje uma questão central no processo de desarmamento

«Que expressão tem, dentro das fronteiras salazaristas, tudo o que internacionalmente se tem feito para garantir os sagrados direitos da Criança? **Direito à Vida**, antes de tudo. Direito que o peso do índice da mortalidade infantil esmaga, bem como o número de crianças tocadas pela tuberculose — segundo revelam os testes de vacinação —, uns e outros continuando a ser os mais elevados da Europa.

De «**Desprotecção**» à **Criança** eis como, com propriedade, se pode falar quando se enfrenta a angustiosa situação dos milhares de crianças portadoras de doenças graves e sem possibilidades de hospitalização. Porque é esta a realidade nacional que corresponde, no quadro da saúde pública, à existência para Portugal inteiro de 2 únicos hospitais infantis, um dos quais particular, e apenas 3 enfermarias para crianças nos hospitais escolares de Lisboa e Porto e no hospital de Bragança.

Desprotegidas, à mercê de todos os riscos, é a situação em que vivem os filhos das nossas trabalhadoras do campo e da cidade, sem parques infantis, sem escolas maternas que deles se ocupem durante a ausência das mães no trabalho, alojados em habitações impróprias.

Escolaridade obrigatória? Existe. Mas quantos abandonam a escola sem o exame da 3.ª classe? Quantos entram na produção sem qualquer espécie de preparação profissional e com idade inferior aos 12 anos estabelecidos por lei? Sobre quantos, em escandalosa infracção da Convenção internacional estabelecida pela ONU e assinada pelo governo salazarista, se exerce a exploração da mão-de-obra infantil? (...)»

(«**Dia Internacional da Infância**» — «Avante!», VI Série, n.º 367, Junho 1966)

AVANTE!

«Portugal ocupa hoje o último lugar na Europa quanto ao nível de ensino e de cultura da população, que em 1960 ainda possuía 40% de analfabetos, mesmo depois da decantada «campanha de Educação de Adultos». É extrema a insuficiência das dotações orçamentais para o ensino e inadequada a sua repartição; faltam professores qualificados em todos os graus de ensino, porque são mal pagos e têm poucas regalias (e os melhores são demitidos e perseguidos pelas suas convicções democráticas); escasseiam os edifícios, as instalações e o material didáctico adequado em todos os ramos, sendo a situação nalguns aflictiva e escandalosa. A duração da escola obrigatória gratuita é a mais curta da Europa e não assegura um mínimo aceitável de instrução geral. É acentuada a selecção de classe dos alunos depois da escola primária, devido às elevadas propinas e ao reduzido número de bolsas e outras ajudas. A selecção económica vem adicionar-se uma apertada selecção antipedagógica, com a duplicação dos exames para as admissões, etc. O sistema geral de ensino está todo ele mal estruturado pedagogicamente: programas desactualizados, tendenciosos, obscurantistas e desligados das realidades e necessidades práticas nacionais, métodos e processos pedagógicos retrógrados, ausência de cursos de especialização necessários ao fomento nacional. (...)»

Dificultar o esclarecimento político das massas trabalhadoras, assegurar mão-de-obra a baixo preço, reservando para as classes dominantes o monopólio da instrução e da cultura e fazendo destas um instrumento da sua política, demagogia e corrupção ideológica tal tem sido a «política do espírito» do fascismo nos 40 anos do seu reinado.»

(«**40 Anos de Fascismo — 40 Anos de Degradação do Ensino**» — «Avante!», VI Série, n.º 367, Junho 1966)

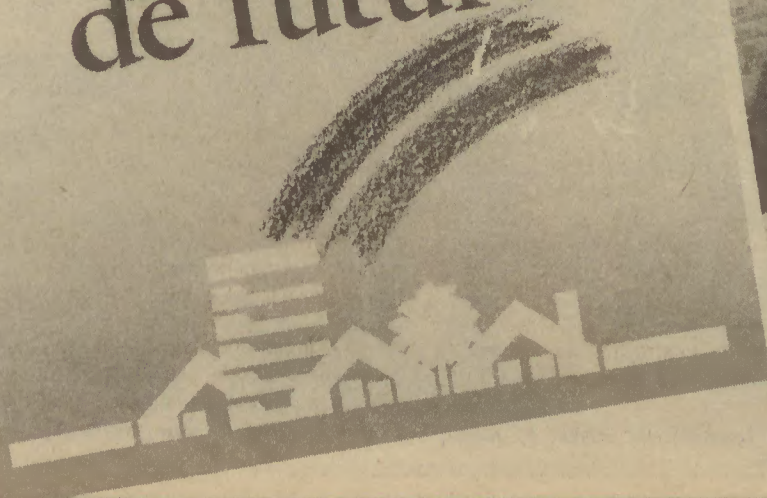
Jornada Nacional de Esclarecimento

CDU mostra ao País o que fez faz e pode fazer

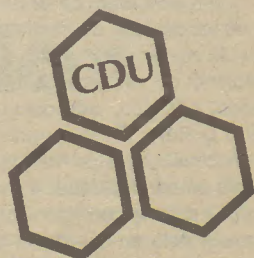
A mesa de uma das secções do Encontro Concelhio de Vila Franca de Xira



CDU
nas autarquias
uma
obra realizada
um
projecto
de futuro



A Coligação Democrática Unitária (CDU) promoveu no passado fim-de-semana uma jornada nacional de esclarecimento sobre o seu trabalho nas autarquias, utilizando como material de apoio um cartaz e um folheto que foram sendo distribuídos juntamente com documentos regionais e locais. No quadro destas jornadas realizaram-se em alguns concelhos plenários de activistas da CDU, que elegeram novas comissões coordenadoras unitárias. Como explicou **Carlos Costa**, membro dos organismos executivos do CC do PCP, no encontro com os jornalistas que, na passada quinta-feira, anunciou as jornadas, a CDU visou com elas «dar contas à opinião pública da natureza e objectivos da sua intervenção nas autarquias e do esforço para se confirmar como um projecto unitário, que engloba não só o PCP, o Partido «Os Verdes» e a Associação «Intervenção Democrática», mas também muitos democratas sem partido ou que, sendo de outros partidos, encontram na CDU a forma de assegurar um projecto de progresso e bem-estar para o seu município ou freguesia».



É impossível fazer um balanço ou, sequer, condensar o que se passou nesta jornada nacional da CDU, pois as milhares de iniciativas que a concretizaram por todo o território nacional «escaparam», naturalmente, a qualquer veleidade jornalística de lhes fazer cobertura. Assim sendo, ilustrá-la-emos com apontamentos obtidos em Vila Franca de Xira e Loures, onde, no primeiro caso, a CDU realizou o seu Encontro Concelhio na Sociedade Euterpe Alhandrense e, no segundo, promoveu um gigantesco convívio com a população no aprazível complexo camarário de Cabeço de Montachique. Retenha-se, entretanto, que a Jornada Nacional de esclarecimento da CDU, além de envolver milhares de activistas directamente empenhados nas iniciativas, chegou ao quotidiano de dezenas de milhares de portugueses que, nas ruas, mercados, bairros, colectividades, feiras, festas, etc., tomaram contacto com a realidade que a CDU representa e tem vindo a construir e a alargar ao longo dos anos, num trabalho sempre pautado pela honestidade e a competência, ao serviço das populações e dos seus interesses e em qualquer tipo de situação autárquica — em maioria ou em minoria. ■



A beleza, em Montachique, tinha vários tamanhos



A arte amadora esteve em grande no Cabeço de Montachique — sobretudo protagonizada por jovens

Jornada em Loures e Vila Franca de Xira

Dois exemplos

é quanto basta!

A CDU «foi criada com o objectivo de unir esforços e vontades para, independentemente de diferenças de opinião, permitir aos seus eleitos, activistas e aderentes contribuir para a unidade dos democratas em defesa e pelo aprofundamento do regime nascido com o 25 de Abril e consagrado na Constituição, empenharem-se na luta pela resolução dos problemas das populações e pela defesa dos interesses do povo, dos trabalhadores e de Portugal».

O que acabaram de ler faz parte do texto introdutório do panfleto que serviu de material de apoio à Jornada Nacional de esclarecimento da CDU, tendo, por isso, sido distribuído por todo o País. É uma generalidade, como o é qualquer definição. Mas não é uma banalidade, como o não é tudo o que se conjuga com a realidade e dela emerge como resultante lógica e natural. Em **Vila Franca de Xira** e em **Loures**, pudemos, mais uma vez, certificar-nos disso. E apenas aproveitando a proximidade geográfica para ilustrar uma Jornada que «mexeu» do Minho aos Açores...

Em **Vila Franca de Xira** havia o Encontro Concelhio da CDU, integrado na Jornada e disposto a passar a pente fino a realidade concelhia. Fomos encontrá-lo distribuído por três «geografias» (o magnífico edifício da Sociedade Euterpe Alhandrense, o Centro de Trabalho do PCP de Alhandra e a Junta de Freguesia) e desbastando trabalho em quatro direcções ou, melhor dizendo, em quatro secções: a primeira dedicada ao planeamento, habitação e reconversão de clandestinos, a segunda vi-

das intervenções produzidas — que, em geral, constituem verdadeiras radiografias dos problemas locais, inserindo-os no contexto regional e articulando-os com a (necesária, mas sempre adiada...) política do Governo central.

Foi o caso. E o caso é que, pelo meio das exposições fundamentais, dos estudos especializados, das conclusões colectivas, levantaram voz e gesto todos os que quiseram dizer de sua justiça, quer queixando-se do buraco da rua que ainda não foi tapado, quer discutindo decisões de importância colectiva.

Como ilustração do funcionamento democrático e participativo da CDU, este Encontro de Vila Franca de Xira cumpriu perfeitamente a parte que assumiu protagonizar na Jornada Nacional de esclarecimento.

Loures: é obra!

Quanto a Loures quase que não vale a pena falar, porque aquilo só visto.



Na iniciativa de Loures, a juventude era mais que muita

Começemos por partes.

O Cabeço de Montachique é uma surpresa total para quem viva em Lisboa e respectiva «cintura» (onde está Loures, recorde-se), pois ninguém iria imaginar que alguns quilómetros acima da «floresta de cimento» exista um parque municipal com a frescu-

ra, grandeza, apetrechamento, amplitude e qualidade daquele.

Pois foi lá que a Câmara CDU de Loures (a grande responsável daquele magnífico parque) organizou um encontro-convívio com a população do Concelho, que respondeu à altura: mais de mil pessoas passaram pelo parque de Cabeço de Montachique durante o domingo passado, fruindo uma jornada que teve de tudo — competições desportivas, piqueniques, almoço colectivo nas excelentes (e vastas) instalações, jogos populares, espectáculos, iniciativas cul-

turais, etc., etc., remantando com uma sessão onde usaram da palavra, além do presidente do município, **Severiano Falcão**, o vereador **Marques Ribeiro** e **António Gonçalves**, presidente da Junta de Freguesia de **Odivelas**. E mais uma vez a prática autárquica da CDU foi «trocada por miúdos», bastando reter um breve dado para se ficar com uma ideia: a ano e meio das próximas eleições gerais autárquicas, a Câmara Municipal de Loures já ultrapassou largamente o seu programa eleitoral.

É obra! ■



Pormenor de uma das secções do Encontro Concelhio de Vila Franca de Xira

rando-se para a acção sociocultural e o turismo, a terceira discutindo infra-estruturas e meio ambiente e a quarta cuidando da informação e da ligação às massas (esta última funcionando em plenário).

Os objectivos do Encontro estavam perfeitamente definidos — balanço do cumprimento dos programas eleitorais do Concelho e de cada Freguesia, análise das principais acções a concretizar até final do mandato e preparação das próximas eleições autárquicas. Participaram eleitos e candidatos da CDU às últimas eleições, apoiantes da CDU, organizações unitárias e, claro, diversos convidados.

Embora seja impraticável adivinhar o que se disse no Encontro, é necessário atestar mais uma vez a riqueza



Sob o fresco das árvores, na tarde soalheira de Montachique, jogava-se da «bisca» ao xadrez, em saudáveis competições onde o improviso era rei e senhor. O que não impedia a concentração dos competidores...





Um corripio de gente circulando pelo frondoso parque de Montachique

Num encontro informal Imprensa em «primeira mão»

A Comissão Executiva da CDU encontrou-se informalmente com a Imprensa no «Novotel» em Lisboa na passada quinta-feira para apresentar a «Revista CDU» — uma publicação que, em grafismo bem conseguido, constitui um significativo acervo da actividade autárquica desta coligação em todo o País — anunciando ao mesmo tempo a realização da Jornada Nacional de Esclarecimento sobre a Acção da CDU nas Autarquias, estando presentes **Carlos Costa** e **Luís Sá** (PCP), **Blasco Hugo Fernandes** e **António Gonçalves** (ID), **Herculano Pombo** (Verdes) e **Anselmo Anibal** (independente). Passamos a transcrever alguns excertos da intervenção inicial de Carlos Costa, que pormenorizou as razões daquele encontro com a Comunicação Social. Num anúncio em «primeira mão» que a televisão ignorou, mais uma vez, apesar de devidamente informada...

«O motivo principal do nosso encontro é apresentar-vos a «Revista CDU», com a qual pretendemos dar conta de uma pequena parte da imensa obra realizada pelos eleitos das forças que hoje integram a CDU nas autarquias e do projecto de futuro que propõem ao País.

«A revista está nas vossas mãos e explica-se por si própria.

«Pretendemos acentuar a forte preocupação com o planeamento, área em que a CDU foi pioneira, que é tratada na revista com o título geral «prever o futuro, lutar por ele»; a obra gigantesca na área das infra-estruturas, sobretudo em comparação com a realizada por outras forças políticas; os casos de adopção de métodos avançados e modernos de gestão; a importância que atribuímos ao património cultural, à luta pelo equilíbrio ecológico e pelo desenvolvimento; o grande peso que assumiram as actividades culturais e desportivas e as acções específicas para a juventude; a intervenção activa e construtiva

em câmaras em que estamos em minoria, mas tão importantes como o Porto, Sintra, Gaia, Braga, Guimarães e Covilhã e a construção de uma alternativa para Lisboa; o grande papel desempenhado pelas freguesias de maioria CDU situadas um pouco por todo o País e o papel essencial que atribuímos aos trabalhadores das autarquias.

«A propósito, pretendemos reafirmar a necessidade de existirem eleitos a tempo inteiro em juntas de freguesia e insistimos para que não seja adoptada apenas esta possibilidade na versão muito restritiva que o PSD pretende impor, mesmo assim forçado pelo forte movimento criado entre eleitos de todas as forças políticas e na opinião pública.

«Reiteramos igualmente o nosso interesse e empenhamento num avanço rápido do processo de regionalização, de grande importância para preservar a autonomia municipal, criar condições para a reforma democrática da Administração Públi-

ca e estimular o desenvolvimento regional».

Após anunciar a realização da Jornada Nacional da CDU (que citamos noutra local), Carlos Costa anunciou:

«Temos consciência de que a unidade democrática necessária é mais larga do que a alcançada na CDU. Mas, sem prejuízo da continuação do empenhamento na luta por uma unidade mais vasta, e em face das posições já tornadas públicas pelo PS, desde já **anunciamos a intenção de, caso os nossos esforços de alargar a unidade não tenham o êxito desejado, apresentar listas da CDU em todos os municípios e no maior número possível de freguesias.**

«Reafirmamos, porém, que continuaremos a fazer tudo o que for possível pela unidade, cooperação ou convergência com o PS e com outras forças democráticas.

«Aproveitamos também para anunciar que a CDU se vai apresentar à eleição das Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira em Outubro e à eleição dos deputados portugueses do Parlamento Europeu em Junho de 1989.»

Gravíssimas alterações

Pormenorizando sobre a questão dos próximos actos eleitorais, Carlos Costa deu conta das preocupações da CDU em relação às

manobras do Governo de Cavaco Silva no sentido de desvirtuar o nosso quadro democrático eleitoral, sublinhando ao mesmo tempo a determinação da Coligação em combater tais objectivos:

«A propósito destas eleições, queremos chamar a vossa atenção e a da opinião pública para as gravíssimas alterações propostas pelo Governo à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, conjugadas com as alterações à lei do recenseamento eleitoral. Dessas alterações resultaria um peso importante nas eleições de eleitores portugueses residentes em países estrangeiros que não são membros da CEE e em que não existem liberdades ou possibilidades de fisca-

lização do recenseamento e do acto eleitoral. A proposta de lei de alteração à lei do recenseamento eleitoral visa aliás multiplicar sem controlo e artificialmente os eleitores do estrangeiro.

«Estas tentativas de alteração à lei eleitoral do Parlamento Europeu mostram que o PSD não está tranquilo.

«Pela nossa parte, vamos travar estas batalhas com determinação e com a confiança que resulta da obra realizada e dos nossos projectos de futuro, que visam a resolução dos problemas das populações e a construção do progresso e o bem-estar nas cidades, vilas e aldeias de Portugal.» ■

Lisboa sem foto

Em Lisboa a CDU fez montes de coisas, no quadro da Jornada Nacional de esclarecimento. Só na manhã de sábado, não houve mercado da cidade que não recebesse a visita activa dos homens e mulheres da CDU que concretizaram a jornada. E também nos bairros, nas ruas, nas praças, nas colectividades, etc. Além disso a Coordenadora da CDU da capital reuniu para definir coisas. Mesmo sem fotos — que às vezes não há «máquina» que dê para tanta coisa em simultâneo — aqui vão algumas «dessas coisas».

«A Coordenadora CDU do Concelho de Lisboa, reuniu no dia 28 de Maio, em plena jornada nacional da CDU. A Coordenadora constatou que a CDU continua a ser a única força que, com firmeza, se opõe à dinâmica de descaracterização e degradação da cidade, resultante da gestão conduzida pelo presidente da Câmara e apoiada pelo PSD, PS e CDS. A CDU, segunda força eleitoral da cidade de Lisboa, não tem pelouros nem responsabilidades directas na gestão do município, como é do conhecimento público e tal deve-se, segundo o presidente da Câmara, ao facto da CDU não avalizar a sua política e programa, condição aceite e cumprida pelas forças que o apoiam (PSD, PS e CDS). Para além da estreiteza e sectarismo que tal posição revela, ela reflecte igualmente a existência de uma outra realidade inofismável: apenas a CDU se opõe a esta gestão medíocre e desastrosa, apenas a CDU se afirma e confirma como portadora de um projecto alternativo ao da maioria «homogénea» chefiada pelo presidente da Câmara.

«A Coordenadora da CDU insiste na necessidade de urgentemente se inverter a situação de Lisboa e de travar a degradação do património edificado, defender e valorizar a identidade histórica da cidade, da definição de um plano de emergência que globalmente responda à recuperação do parque edificado, às carências habitacionais, à liquidação da chaga dos bairros degradados».

«A Coordenadora CDU apreciou positivamente o trabalho da Câmara Alternativa CDU, tendo sublinhado o significado desta estrutura se reunir quinzenalmente, em locais diversos — sedes da Junta de Freguesia e colectividades de diferentes zonas da cidade», tendo tomado conhecimento e destacado «os assuntos já debatidos ou em debate, na Câmara Alternativa, como a situação da Saúde na cidade de Lisboa, o Plano Director da cidade, a descentralização das competências e meios para as freguesias, os bairros degradados, a juventude e outros». Finalmente, «a CDU promoverá no ano em curso as iniciativas no âmbito da defesa e recuperação de Alfama, sobre o Plano Director, sobre o Ensino e Ambiente e sobre os transportes e rede viária. No início de 1989 realizar-se-ão as jornadas CDU sobre a cidade de Lisboa.» ■



Encontro da CDU com a Imprensa. Da esquerda para a direita Carlos Costa (PCP), Herculano Pombo (Verdes), Blasco Hugo Fernandes (ID), Anselmo Anibal (independente) e António Gonçalves (ID)

■ Joaquim Pina Moura

Defender reestruturar e dinamizar o Sector Empresarial do Estado

Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado — reunido no passado dia 14 de Maio, no Barreiro — constituiu uma importante realização do nosso Partido. Contribuiu para a realização de um **balanço actualizado** do que é hoje o Sector Empresarial do Estado, da sua dimensão e importância económicas, dos seus principais problemas e potencialidades. Sistematizou e caracterizou as **principais linhas de ataque e os alvos** da ofensiva do Governo do PSD contra o SEE, nomeadamente através do «pacote das privatizações» e da revisão da Constituição. Traçou um **novo quadro de referência** para a luta e a acção institucional do Partido em defesa do Sector Empresarial do Estado, completando e complementando esta linha de sempre da nossa orientação com a necessidade de **reestruturar e dinamizar o SEE**. Deixou em aberto a necessidade de **aprofundar as linhas de política económica e outras a ela ligadas** (política de investigação e desenvolvimento, educação, de formação profissional, etc.) capazes de dar maior consistência àquela importante conclusão do Encontro.

Com o avanço da ofensiva de restauração do poder económico e político do grande capital — iniciada há mais de uma década e acelerada nomeadamente após os resulta-

dos eleitorais de 19 de Julho — várias interrogações sobre a importância, o papel e a viabilidade da defesa do Sector Empresarial do Estado começaram a ser legitimamente

equacionadas e amadurecidas na consciência colectiva do nosso Partido.

Sem dúvida que o Encontro do Barreiro — e o trabalho que o antecedeu — deu importantíssimas pistas que permitem avaliar hoje com mais rigor o papel e a inserção actuais do Sector Empresarial do Estado no conjunto da economia portuguesa.

Um sector essencial na economia portuguesa

Parece não ficar margem para qualquer contestação à ideia que o SEE continua a desfrutar de um **peso económico objectivo no conjunto do sistema produtivo que o coloca como um sector es-**

sencial para qualquer política que queira começar a resolver os graves problemas estruturais que afectam a economia e a sociedade portuguesas.

Na verdade, e a título exemplificativo, basta referir que o Sector Empresarial do Estado agrupa ainda hoje, para além das empresas participadas, 69 empresas públicas, sendo 43 empresas públicas não financeiras, cujo volume de produção foi em 1986 de 1280 milhões de contos, qualquer coisa como mais de dez vezes o volume de vendas em conjunto dos três maiores grupos económicos privados portugueses (a Sonae, o Grupo Amorim e o Grupo RAR).

Significativo também que a produção destas empresas contribua, para o mesmo ano, com 13,3% do

PIB, com 14,9% da FBCF e com 4,5% do total do emprego existente no País.

Significativo ainda que o carácter básico das actividades que a maior parte das Empresas Públicas desenvolve lhes dê uma posição chave na malha da estrutura produtiva nacional.

Basta recordar que toda a actividade produtiva — e mesmo a vida quotidiana da população — está em permanente contacto e por vezes na dependência directa de actividades desenvolvidas pelo SEE (electricidade, combustíveis, transportes de mercadorias e passageiros, meios de comunicação, bancos e seguros) para além das intensas e extensas ligações das EP's industriais com as restantes actividades económicas (produção de aço, cimento, pasta de papel, adubos).

Igualmente clara ficou a ideia que todo este enorme potencial económico e financeiro não tem sido orientado, pelos sucessivos governos (desde os do PSD, aos do PS, passando pelo do bloco central) para a política necessária à sua consolidação e, pelo contrário, tem sido orientado para uma política conducente à sua liquidação e desarticulação como sector económico propulsor de todo o desenvolvimento económico.

Significativos destas políticas foram e são as orientações globais e de gestão pautadas pela vontade política de atrofiar e descapitalizar as Empresas Públicas; a utilização do SEE, particularmente da banca e

resulta uma situação contraditória.

Por um lado, o **Sector Empresarial do Estado que hoje existe não tem sido o sector público da economia** para que aponta o projecto constitucional e que a modernização económica do País e a defesa da independência nacional exigem. Mas, por outro lado, parece também patente, que a existência deste sector público — mesmo com as distorções que o afectam e com as mutilações de que é vítima — **tem retirado e continuará a retirar da esfera de decisão hegemónica do grande capital nacional e internacional uma fatia importante e mesmo decisiva das actividades económicas e financeiras do País.**

Sem dúvida que o «pacote das privatizações» — lei da transformação das Empresas Públicas em Sociedades Anónimas, lei da alienação das participações do Estado, lei da privatização da comunicação social escrita, nova lei de delimitação dos sectores público e privado — constitui uma nova e perigosa fase da ofensiva do grande capital que, a concretizar-se com êxito, determinará uma profunda inversão no conteúdo do próprio regime democrático.

Mas também é verdade que quaisquer que sejam os desenvolvimentos imediatos da actual ofensiva, por via legislativa e constitucional, contra o Sector Empresarial do Estado, a sua inserção e enraizamento na actividade produtiva é de tal profundidade que o seu «extirpamento» da realidade socio-econó-

mica pular que corra atrás de uma miragem nem, tão pouco, que faça uma defesa platónica e sem sentido útil de uma justa bandeira ideológica.

Economia em contra-corrente

Assim como seria errada e desarmante uma análise e uma orientação que subestimasse a importância do SEE e da luta em sua defesa, assim também não contribuiria para «levar a água ao moinho» dos trabalhadores e do regime democrático uma apreciação sobre o SEE que encontrasse «no movimento em si» a motivação para a luta ou que ignorasse as reais transformações (e respectivas consequências) que, nos últimos quinze anos, afectaram toda a actividade económica, à escala internacional e também dentro do nosso próprio País.

São conhecidas características da economia portuguesa — os seus défices estruturais (alimentar, energético e tecnológico); os efeitos desestabilizadores da política económica do grande capital sobre o Sector Empresarial do Estado; a concorrência desigual e a sua precária competitividade face às economias da maior parte dos países da Comunidade Económica Europeia — que determinam a sua enorme vulnerabilidade aos desequilíbrios e choques externos.

Fruto destes e doutros factores — e também de razões históricas que não vem agora ao caso estar aqui a

do as tendências internacionais dominantes são para a sua redução e para a diversificação das fontes energéticas.

Continua a apostar-se numa estratégia de vantagens comparativas baseada na exploração de uma mão-de-obra barata, quando os factores críticos de sucesso no comércio internacional são cada vez mais a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico.

Assiste-se a um superafunilamento das relações económicas externas na chamada «Europa dos Doze» quando, nitidamente, se deslocou «desta» Europa para o Pacífico o eixo essencial do comércio internacional.

Este tipo de desenvolvimento económico em contra-corrente, ainda para mais numa época histórica caracterizada pela cada vez maior interdependência e «mundialização» das economias nacionais, coloca o nosso país e a sua economia ante uma autêntica encruzilhada:

— ou se prossegue o mesmo caminho e a mesma política económica dos últimos anos, e Portugal e os portugueses vêm seriamente ameaçada a futura sobrevivência da sua identidade e independência nacionais;

— ou se opera uma viragem que garanta, com urgência e premência, um **projecto de desenvolvimento económico que aposte na mutação das estruturas produtivas do País**, visando superar o perfil de especialização frágil e de acentuada dependência externa que actual-

— e o chamado desafio do «Mercado Único Europeu», em particular — tem servido de pretexto e argumento frequentemente invocado pelo Governo e pelas organizações do grande capital para justificar a «cruzada» das reprivatizações.

Ora, entre os temas de maior relevância tratados no Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado, conta-se precisamente o da desmistificação desta linha de argumentação da direita e a fundamentação da ideia contrária, mesmo aceitando o terreno das consequências económicas da integração na CEE.

Em primeiro lugar, um estudo comparativo (feito em 1984) do peso económico do nosso Sector Empresarial do Estado e dos outros países da CEE mostra ser falso que o caso português seja «extravagante» ou «marginal» no conjunto da Comunidade.

De facto, constata-se tomando para indicadores o PIB (Produto Interno Bruto), a FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) e o emprego — que o SEE tem um **peso superior** a Portugal nas economias da França e da Itália e **peso inferior** na RFA, Holanda e Espanha. Tomando apenas os dois últimos indicadores já o peso do sector público é mais importante que em Portugal na França, na RFA e na Itália.

Mas além deste facto outros argumentos relevantes foram desenvolvidos pelo Encontro susceptíveis de dar corpo à ideia que, do ponto de vista da defesa dos interesses

rem uma participação mais favorável da economia portuguesa numa divisão internacional do trabalho que hoje lhe é extremamente desvantajosa.

Tal desiderato — ainda para mais no curto espaço de menos de meia dúzia de anos — só será viável com a existência de um sector económico que, sujeito embora aos estímulos e dinâmica concorrenciais do mercado, seja capaz de assegurar que as opções de investimento, acumulação, investigação e desenvolvimento, formação profissional, emprego e áreas de negócios a privilegiar sejam determinados por **interesses nacionais** e não por interesses de grupos e «lobbies» privados (nacionais e/ou estrangeiros).

Só um **sector económico de propriedade social** pode estar — pela própria natureza das coisas — em condições de ter este papel coordenador e propulsor do desenvolvimento económico. Daí que o Sector Empresarial do Estado que existe — reestruturado e dinamizado — tenha uma função estratégica neste projecto de desenvolvimento e crescimento económicos (onde, evidentemente, caberá um papel também decisivo ao sector privado da economia).

Se, ao contrário deste caminho de estabilização, se percorrer o da desarticulação e privatização do SEE, toda a política económica, as energias empresariais, os recursos disponíveis (incluindo, naturalmente, os recursos financeiros do sector privado) serão «consumidos» numa **feriz e desestabilizadora luta concorrencial pela conquista de posições nas Empresas Públicas mais lucrativas.**

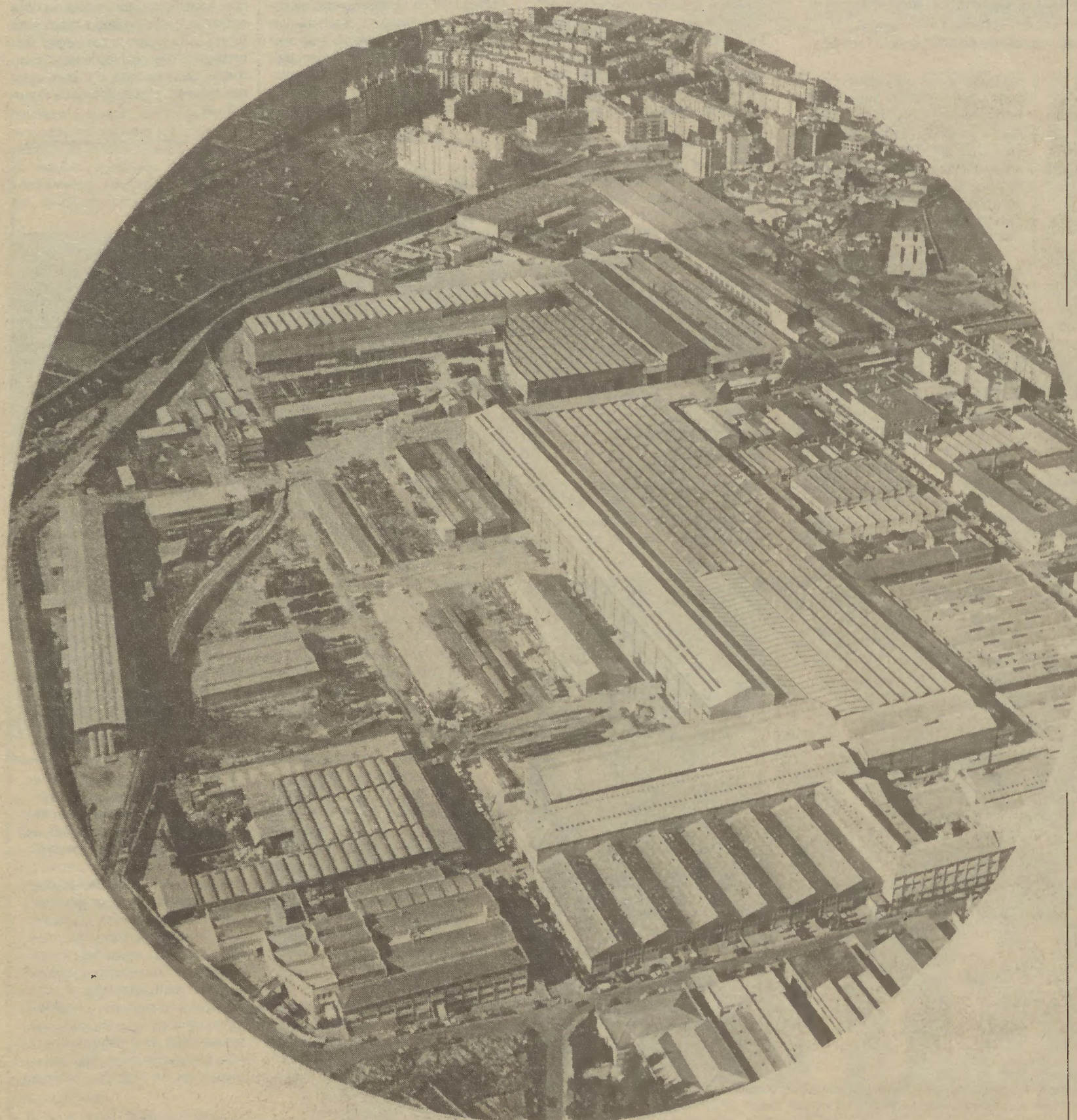
Na verdade, a alienação à crueldade social das chamadas «forças do mercado» dum património tão valioso que só será financeiramente «absorvível» com a participação maciça de capitais estrangeiros arrastará, do ponto de vista da independência e soberania nacionais, um efeito duplamente perverso.

Por um lado, são algumas das melhores, mais lucrativas e modernas empresas portuguesas a serem «tomadas» de assalto por capitais transnacionais.

Por outro lado, é o Estado português a perder, por iniciativa própria, o principal «trunfo» económico de salvaguarda da soberania e da capacidade de decisão nacionais sobre a política económica — e isto numa altura em que seria mais necessário que nunca (até por causa do processo do Mercado Único) mantê-lo e reforçá-lo.

Para terminar, uma ideia síntese que decorre das conclusões do Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado.

«Defender, reestruturar e dinamizar o Sector Empresarial do Estado» condensa simultaneamente um **projecto de desenvolvimento e modernização económica do País, uma aposta na melhoria das condições de vida dos portugueses, uma garantia de salvaguarda da independência nacional num tempo histórico em que o natural e o desejável acentuar das interdependências não pode querer significar o abastardamento da soberania nacional.** ■



do sector financeiro, como meio de uma mais rápida e operativa centralização de capitais; a sua manutenção como instrumento de «política económica», como sucedeu com a obrigatoriedade de as EP's se financiarem com crédito externo em tempo de altas taxas de juro e de acelerada desvalorização do escudo ou de estarem sujeitas a uma política de preços que sistematicamente não cobria as subidas nos custos de produção.

Defender o SEE não é uma miragem

Da interacção destas realidades

da do País defrontará obstáculos e dificuldades que a luta em sua defesa poderá acentuar.

Dai parecer justa a conclusão — que os trabalhos do próprio Encontro contribuíram para enfatizar — que ganha um **novo fôlego e um novo conteúdo político** a linha de orientação de sempre do PCP, em **defender o Sector Empresarial do Estado.**

Se outras razões não existissem — o que nem sequer corresponde à realidade, como a seguir se verá — bastariam as já enunciadas para se perceber que, quando insistimos firmemente na defesa do Sector Empresarial do Estado, não estamos a propor ao movimento operário e po-

desenvolver — a economia portuguesa encentou, nos últimos 2-3 anos, um processo de desenvolvimento que poderíamos classificar como de «contra-corrente».

Na verdade, expandem-se e ganham hegemonia, na estrutura produtiva nacional e nas exportações, sectores — como o têxtil e o calçado — cuja procura está em recuo no comércio internacional. Pelo contrário, não existem ou têm um crescimento inexpressivo os sectores de ponta e de vanguarda na procura mundial.

Acentua-se na economia portuguesa o conteúdo energético nos custos de produção e a sua excessiva dependência do petróleo, quan-

mente caracteriza a economia portuguesa e hipoteca a independência nacional.

Como é evidente, a perspectiva de aceleração da integração económica induzida pela construção até 1992 do «Mercado Único Europeu» longe de diluir o dramatismo desta opção reforça-a, amplia-a e potencia-a.

O Sector Empresarial do Estado e a CEE

Na verdade, a integração na CEE

nacionais, também a **integração na CEE e a construção do Mercado Único Europeu impõem e tornam imperiosa a defesa, reestruturação e dinamização de um forte, dinâmico e bem gerido Sector Empresarial do Estado.**

Na verdade, a necessária mutação das estruturas produtivas do País — em tempo útil de a economia portuguesa enfrentar com competitividade suficiente as sucessivas quedas de barreiras à livre circulação de bens no espaço económico da chamada «Europa dos Doze» — impõe um **desenvolvimento económico coordenado, rápido e eficaz**, apostando em sectores e áreas-chave, capazes de assegura-

■ **Carlos Dionísio**

Livre-mo-nos das armas nucleares!

No dia 21 de Maio realizou-se em Santarém o 2.º Encontro Nacional de Municípios declarados Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN). Duas centenas de participantes — representando cerca de 80 órgãos autárquicos, a Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear, a Cooperativa de Actividade Científica «Diálogo», o Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal», o festival juvenil «Amar o Tejo, Viver a Paz» — analisaram o trabalho da Associação ZLAN com o objectivo de tornar Portugal um país livre de armas nucleares e promover a cooperação e o diálogo internacional com vista ao desarmamento e à paz.



No Encontro participaram ainda, como convidadas, representações dos municípios espanhóis de Córdova, San Fernando e Badajoz, e da cidade italiana de Perugia.

O Movimento ZLAN e seus objectivos

Em Portugal são hoje mais de cem os municípios declarados Zonas Livres de Armas Nucleares.

No 1.º Encontro Nacional, realizado na Figueira da Foz em 1 de Junho de 1987, ficou constituído um Secretariado Permanente que assegura as tarefas de dinamização e coordenação geral da actividade no plano nacional e de contacto com a sede internacional do Movimento, em Manchester.

O 2.º Encontro Nacional analisou e reflectiu sobre os objectivos da Associação ZLAN:

- tornar Portugal um país livre de armas nucleares;
- promover a cooperação e o diálogo internacional com vista ao desarmamento e à paz entre os povos;
- estabelecer e promover diálogo com os municípios portugueses e espanhóis, com o fim de alargar o nú-

mero de municípios ZLAN e tornar a península Ibérica numa zona livre de armas nucleares;

- informar correctamente as populações sobre os perigos da instalação, trânsito e estacionamento de armas nucleares e da instalação de centrais ou lixeiras nucleares e consciencializá-las para a paz;

- promover e cooperar em iniciativas especialmente destinadas às crianças e aos jovens e tendo por fim concretizar uma efectiva educação para a paz;

- apelar a todos os portugueses, às associações cívicas, às instituições de carácter nacional e local e aos órgãos de comunicação social para que contribuam para a concretização de todos estes objectivos e acções conducentes a um clima de paz e progresso a nível nacional e internacional.

A constituição de Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN) tem como objectivo **criar zonas de segurança que permitam reduzir gradualmente o espaço físico de produção, armazenamento, instalação, trânsito e estacionamento de armas nucleares.**

Vastas zonas do mundo encontram-se já declaradas Zonas Livres de Armas Nucleares e estão político-

-juridicamente consagradas à luz do Direito Internacional: o continente Antártico (1961), a América Latina (1967), a região do Pacífico Sul (1985).

Regiões do continente europeu, embora com processos diferenciados, como os Balcãs, a Escandinávia, o corredor da Europa Central e a Península Ibérica, estão empenhadas em concretizar a aspiração de se declararem ZLAN.

Progressos realçados no 2.º Encontro

Embora sem poder político-jurídico, a criação de municípios declarados ZLAN assume um papel de destacada importância no seu contributo para o desarmamento, o desenvolvimento e a construção de uma paz e segurança efectivas.

Neste sentido, muitas têm sido as autarquias portuguesas que recentemente se declararam ZLAN, contribuindo de forma significativa para o alargamento deste importante movimento.

A Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear fez circular, recentemente, um abaixo-assinado com o objectivo de sensibilizar os médicos para a luta em defesa da paz e de um mundo livre de armas nucleares.

Esta iniciativa, que recolheu mais de 400 assinaturas, mereceu do 2.º Encontro Nacional uma apreciação altamente positiva e, em certa medida, ajudou a consolidar e a prosseguir os objectivos que presidiram à realização do Encontro. De realçar também o pedido de aderência ao Movimento ZLAN de algumas juntas de freguesia presentes em Santarém.

A propósito da cimeira de Moscovo, o 2.º Encontro Nacional de Municípios ZLAN decidiu «expressar aos mais altos dignitários dos EUA e da URSS, senhores Ronald Reagan e Mikhail Gorbatchov, a esperança de que a cimeira possa ultrapassar os obstáculos que subsistem no caminho do desarmamento nuclear».

O Encontro deliberou ainda «manifestar à ONU e ao seu secretário-geral, senhor Javier Perez de Cuellar, o mais alto apreço pela sua acção em prol da paz e o seu regozijo pela próxima realização da 3.ª Sessão Especial sobre Desarmamento da Assembleia Geral».

Ninguém pode ficar indiferente

O Secretariado Permanente do Movimento ZLAN eleito no Encontro de dia 21 de Maio ficou constituído pelas câmaras municipais da Amadora, Beja, Fafe, Figueira da Foz, Lagos, Nisa, Peso da Régua, Santarém, Seixal e Viana do Castelo e pelo Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal».

A Associação ZLAN participará na conferência mediterrânica «Por um Mediterrâneo Livre de Armas Nucleares», que se realiza de 14 a 16 de

Outubro, na cidade italiana de Calábria, juntamente com representantes de órgãos do poder local e regional de Espanha, França, Itália e Grécia.

Também este ano, em Novembro, se realizará um encontro ibérico, com o objectivo de contribuir para a declaração da Península como Zona Livre de Armas Nucleares.

Vivemos num planeta azul onde há mais de 50 mil ogivas nucleares com capacidade para o destruir várias dezenas de vezes; ao mesmo tempo,

neste mesmo mundo, morrem de fome 50 mil crianças por dia.

Este Movimento poderá não acabar com as armas nucleares. Mas certamente fará preocupar os responsáveis mundiais e vai cumprir a sua missão humanista, pacifista e ecológica em favor da humanidade. A causa da paz importa a todos e a cada um de nós. Ninguém pode ficar indiferente. ■



FRANÇA

Em véspera de eleições gerais reactivação das lutas laborais

No próximo domingo os franceses vão novamente às urnas, desta vez para participar na primeira volta das eleições gerais, que deverá renovar a Assembleia Nacional francesa.

Longo tem sido o processo eleitoral que há meses já se vem a desenrolar em França, e que culminou com a reeleição de Mitterrand como presidente da República em 8 de Maio, reeleição que nas condições políticas concretas que hoje se vivem em França representa uma significativa derrota da direita. Ao longo de todo este período alguns traços da realidade sócio-política haverá a destacar. Do vazio político que a direita e o PSF imprimiram à campanha eleitoral, ao grande e continuado esforço dos comunistas franceses para agitar os reais — e muitos — problemas que o país e os trabalhadores franceses defrontam. Do preocupante peso do voto no fascista Le Pen, ao crescente de lutas laborais, aliás invulgar em período eleitoral, e que claramente traduz da aposta e da confiança dos trabalhadores franceses no princípio de que só a luta abre caminho à concretização dos seus objectivos.

Neste quadro, e para além dos resultados concretos da votação, é de realçar o papel dos comunistas franceses. Como se assinala no relatório de Marchais na reunião do CC realizada em Maio, «ao longo de vários meses, os comunistas deram o seu melhor para demonstrar em como não há nenhuma fatalidade na política de austeridade, de desemprego, de precariedade que tão negativos efeitos tem sobre as pessoas e o país, e que é possível uma outra política de justiça, de liberdade e de paz. Nós indicámos a via para aí chegar: a unidade de todas as forças populares. De facto é através da sua unidade de acção para se defender, através da sua unidade de acção para que isto mude que estas forças poderão recuperar, fazer frente à política da direita, criar as condições para uma perspectiva de esquerda e para avançar».

O que está em causa

Imediatamente a seguir à sua reeleição, François Mitterrand — como é sublinhado pelos comunistas franceses — não se poupou a esforços para rapidamente formar um governo reunindo as necessárias condições para uma política de direita. Mas não se ficou por aí.

As palavras de Mitterrand, na televisão francesa, são suficientemente claras: «a abertura a que fiz apelo com os meus votos não se pode realizar tão amplamente como eu desejaria», para facilitar tal «abertura» no plano do governo, impõe-se, como Mitterrand também disse, garantir uma «maioria sólida e estável» que lhe corresponda na Assembleia da República.

É fácil de compreender que tipo de maioria se pretende. Basta termos presentes que, no quadro das actuais formas de escrutínio e de organização dos círculos eleitorais, serão necessários em média três vezes mais votos para eleger um deputado comunista que para eleger um deputado socialista ou de direita. O dirigente socialista não está apostado de forma alguma em reforçar a esquerda. Muito pelo contrário. Trata-se de criar as melhores condições para desenvolver uma política de direita, com as mãos bem livres no que respeita às diversas instituições de poder.

No relatório ao CC, Marchais denuncia: relembremos que se «trata de desferir, nos próximos três anos, duros golpes no salário mínimo (SMIC), nos salários, na segurança social, nos direitos dos trabalhado-

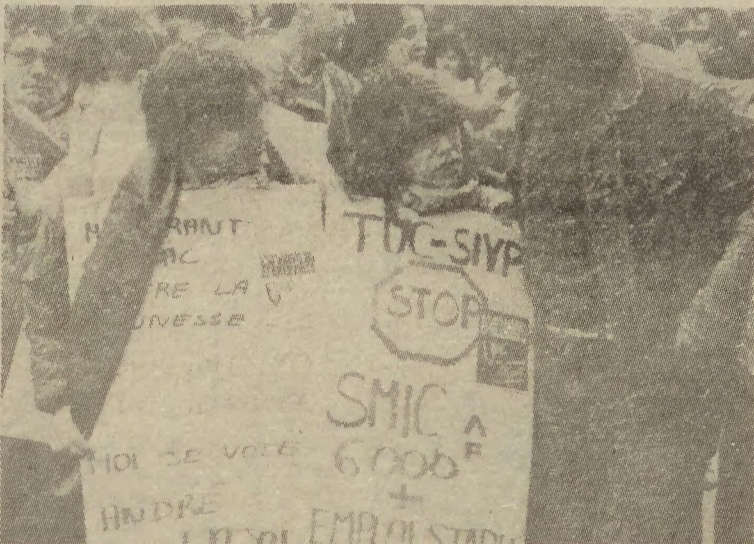
res, na reforma aos 60 anos, nos estatutos dos assalariados das grandes empresas, dos serviços e da função pública. Que se trata de reforçar estes novos meios de exploração que são a flexibilidade, a precaridade, a mobilidade. Que se trata de aumentar a dependência e o declínio da formação e da investigação, do ensino, das nossas riquezas económicas e de meter de pouso milhões de hectares de boas terras. Que se trata de assegurar a li-

berdade de circulação aos capitais e novas vantagens fiscais aos seus detentores, e de empurrar a França na via da submissão e da corrida aos armamentos».

Estas eleições, como claramente se diz em declaração do Bureau político do CC do PCF, têm como objectivo preparar uma aliança durável, tanto no Parlamento como no governo, entre o Partido Socialista e uma parte da direita para avançar com a política antipopular preconizada pelo capital e neste momento intimamente ligada aos preparativos da «Europa de 1992».

Estes os objectivos que movem quem defende os interesses do capital.

Outro — e oposto — é o sentido da batalha que vem sendo desenvolvida pelos trabalhadores franceses, pela esquerda, pelos comunistas.



Salário mínimo a 6000 francos, é uma das reivindicações centrais dos trabalhadores franceses, e nomeadamente dos jovens

Trata-se, neste momento, naturalmente, de eleger para a Assembleia da República deputados comunistas. Porque, como se sublinha na declaração do Bureau político do PCF, «cada voto comunista vai assim ser uma voz útil para dizer não à austeridade, ao desemprego, aos atentados às liberdades e ao racismo, ao sobrearmamento; uma voz de oposição clara à direita e à extrema direita; uma voz ao serviço da unidade na acção das forças populares por uma política de esquerda».

Num importante quadro de lutas

Num período fortemente marcado, em toda a via política, pela pressão das batalhas eleitorais — e nós bem sabemos o que isso significa nomeadamente em mobilização de esforços — nem só de eleições se tratou. Pelo contrário.

Pode justamente falar-se de uma intensificação das acções reivindicativas. É o próprio patronato francês a reconhecê-lo publicamente. Nas páginas do «Le Monde» de 3 de Maio, Pierre Guillen, responsável da comissão social da Confederação do patronato francês (CNPFP), afirma com inquietação: «Tornámo-nos «grevopositivos» quando muitos se pensavam definitivamente imuni-

zados». No período entre 15 de Abril e 15 de Maio, a CGT calcula estarem envolvidos em movimentos reivindicativos, nomeadamente de carácter salarial, os trabalhadores de mais de 300 empresas. É nomeadamente o caso dos trabalhadores da SNEC-

MA, Michelin, Elf e os mineiros da Gardanne, que avançam com acções multiformes e sistemáticas de luta por uma revalorização de salários de 1000 a 1500 francos por mês.

O secretário confederal da CGT francesa, Louis Viannet, em recentes declarações, sublinhou mesmo que «o desenvolvimento, nas últimas semanas, das lutas reivindicativas, a vitória pelas liberdades sindicais, a poderosa manifestação do 1.º de Maio na Bastilha, dão ânimo a todos os assalariados, e mais, são dados que estarão presentes na mesa de negociações, pois criam uma nova situação».

E Viannet avança ainda: «Vamos pôr na mesa os problemas em torno dos quais há hoje um reactivar de mobilização e acção como é o caso do salário mínimo a 6000 francos, o emprego estável e qualificado, a formação profissional, a redução do tempo de trabalho para 35 horas semanais sem diminuição do salário e as liberdades sindicais».

Esta reactivação da acção reivindicativa teve já uma nova expressão nas acções desenvolvidas a 26 pelos salários. Dia 16 de Junho, está prevista uma jornada de luta em defesa da segurança social.

Em comentário antecipado às próximas eleições gerais, o secretário-geral da CGT, Krasucki, dizia: «não há tempo a perder. Nada poderá adiar os necessários movimentos reivindicativos».

Na certeza de que qualquer que seja a situação criada após este período eleitoral, para os trabalhadores franceses a perspectiva e a arma é sem dúvida a luta.

■ LC



As manifestações de massas abrangem os mais diversos sectores de trabalhadores. Na foto, trabalhadores do comércio, que desenvolveram importantes lutas

A andar para trás...

O Primeiro-Ministro está a ver a vida a andar para trás. Ele que diz que o País não pode parar, que insiste que o País não está parado, confessa agora que isto não anda prá frente como prometia a campanha. É que o Tribunal Constitucional decidiu desfavoravelmente em relação ao pacote laboral. «Isto é pior que em 1975», desabafa ele. E ameaça «os responsáveis por uma eventual não alteração da actual legislação laboral», de virem a ocupar «na nossa História uma página tão negativa como aquela em que hoje estão colocados os que procederam às nacionalizações de 1975, ou mesmo mais negativa». A ameaça parece dirigir-se apenas aos juizes do Tribunal Constitucional, já que Cavaco se arvora em supremo juiz. Mas certamente quer ir mais longe e ameaçar desde já o Presidente da República...

... e para baixo...

A andar para baixo, dizem as sondagens publicadas no «Expresso», estão todos — tanto o Governo como os políticos da oposição. É uma maneira de dizer, é claro. Porque, se se for a atentar bem nos números, vê-se que se a descida da

popularidade — nas contas daquele semanário — é um facto para o partido do Governo, e também para o PS, a CDU e o PRD sofrem... uma subida.

... e para o fundo?

Através da imprensa, ou da rádio, ou da televisão, ficou a saber-se que foram recentemente descobertos, na Guiné-Bissau, os restos mortais de um oficial que fora dado como desaparecido. Até aqui nada de especial, mesmo o facto de se afirmar agora que tal descoberta põe em causa a versão oficial dos acontecimentos de há 15 anos pelas autoridades militares de então. O que não faltaram foram as «mortes por acidente» e os «desaparecimentos» para encobrir uma guerra que nos era contada de modo a saber-se pouco, a exaltar os «heróis» das «NT» contra os «terroristas». O que é estranho, e de certo modo sintomático, é que, num texto a propósito, vindo a lume no «Expresso», se explica que a aliança do oficial fora entretanto «encontrada na posse de um nativo»! O «Expresso» não se limita a andar para trás, nem para baixo. Está mesmo a andar para o fundo. E parece ter sido desenterrado com a linguagem do Estado Novo.

Pontos Cardeais

O VD do CM

Tem o senhor VD do CM o hábito de mandar todos os dias uns bilhetes postais, curtos de tamanho como de ideias, disfarçando de «bocas» populares coisas que lhe vão lá pelo fundo do espírito. Não deve ter percebido muito bem por que apareceu o pacote laboral, ou então talvez não queira que o comum dos leitores perceba... Não há, por isso, que explicar o que a aplicação das alterações propostas pelo Governo significaria para os trabalhadores portugueses. Não, isso é complicado, é política, e a política é para os políticos, não é, sr. VD? Também não foi necessário, para o sr. VD do CM, dar informação sobre as lutas que alastraram a todo o País e a todos os sectores como forma de protesto contra o «pacote» do Governo e do patronato. Se calhar, até acha que não houve greve geral no dia 28 de Março. Não têm grande importância,

para o sr. VD do CM e para o CM do sr. VD, as razões por que o Tribunal Constitucional decidiu reprová-lo o projecto do Governo que o PSD votou na Assembleia da República. Mas, lá no fundo do espírito, estas coisas estavam a bulir com o sr. VD do CM. Vai daí, aproveita um momento de inspiração e fez (com quanto esforço, ufa!) mais um bilhete postal, «puxando» as razões de «outro TC» que não o Tribunal Constitucional e protestando contra os dois TCs por o processo legislativo voltar ao princípio. E mostra-se, o sr. VD do CM, muito preocupado por o «pacote» começar a «andar à roda». Vá lá, consegue descobrir um fim para este carrocel: quando os TêCês todos deste país descobrirem a quadratura do círculo! Pronto. Pode o sr. VD do CM dormir descansado. Com mais uns bilhetinhos destes, ainda ele próprio há-de ir um dia destes a correr levar aos TêCês a descoberta que lhes faz tanta falta.

Recado para Francisco Miguel

Apenas dormes.

O pólem, esse, vai a cavalo no vento.

Apenas dormes.

Dormes, à sombra do olhar atento.

O discurso deles

«Eu cá, é lógico, recuso o pendor ideológico. A ideologia é um erro penso eu a ideologia já morreu e eu fui ao seu enterro. Eu, o Vicente, o Rebelo de Sousa, Balsemão e Saraiva, expressamente, Cavaco, o que mais ousa. A ideologia já não tem de quê.

(A dos outros, já se vê...)»

Cavaco diz que

Cavaco diz que é cristão. Chega a essa conclusão mas ninguém sabe a razão. Talvez pela devoção que dedica à repressão? Ou será por ser ladrão da liberdade e do pão? Ou será por ser mandão por ser mentiroso à brava?

O Cavaco ser cristão? Só esta é que nos faltava...

Progresso?!

Já vi tratar-se a fundo do insucesso escolar. Ouvi, e não ouvi ninguém negar: é o maior do mundo. Eis se ergueu uma voz neste processo e da verdade então outra expressão já rola: uma das grandes causas do insucesso é que as crianças vão com fome para a escola!

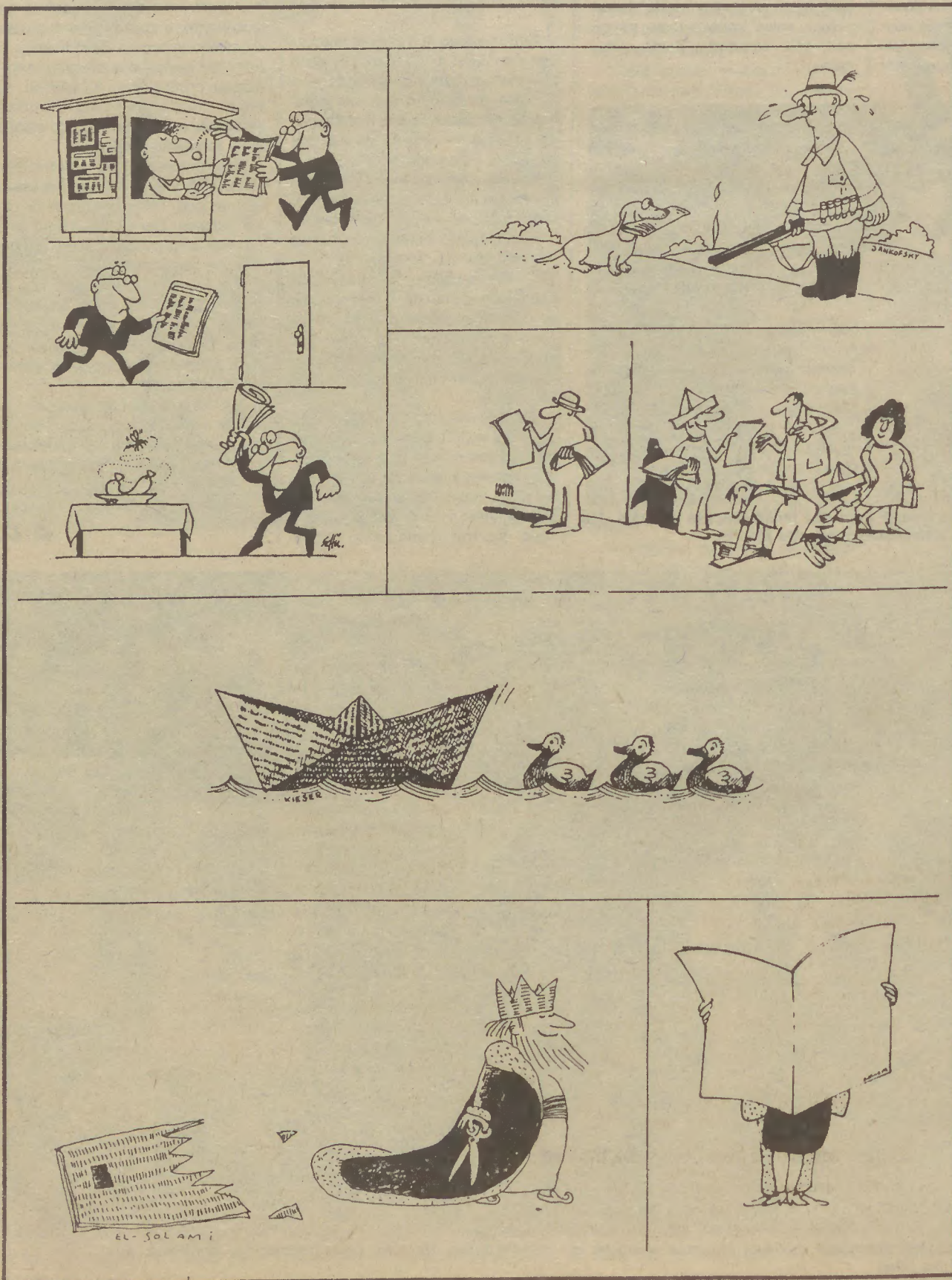
Se «não pode aprender quem não tem que comer» o insucesso só pode crescer porque onde Cavaco diz «progresso» deve ouvir-se insucesso...

Foi ao ar...

Eis o povo a protestar e o pacote foi ao ar...

Cavaco, de riso em riste, começou a mandar vir era uma odisseia triste simplesmente despedir a favor do seu serviço para mais nos explorar. Quem trabalha não foi nisso eis o povo a protestar...

Então, o governo acha no poder com que manobra que já é «dinheiro em caixa» aquele salto de cobra. O povo nem um momento deixou os braços secar. A lei teve cumprimento e o pacote foi ao ar...



Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 753

1 de Junho de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

Alhandra — Sábado, 4 de Junho

Realizado a ano e meio da data previsível das próximas eleições autárquicas, este Encontro do PCP sobre o Poder Local visa proceder a uma avaliação alargada da actividade desenvolvida nos últimos anos e traçar linhas de orientação que permitam, na base de uma análise ao trabalho realizado e da consideração de novos aspectos impostos pela evolução da situação nacional e local, contribuir para a correcção de deficiências e confirmar e ampliar uma gestão superior protagonizada nas autarquias pelos comunistas e seus aliados.

Sessão plenária a partir das 10 horas
na Soc. Euterpe Alhandrense

Debates em 4 sessões
Sessão
de encerramento
às 18.30 h

com intervenção
de Carlos Costa

4 JUNHO 88 — ALHANDRA

Quarta

• SEIXAL

Debate: Nova Tecnologias na área da Informação. No Centro de Trabalho do Seixal, com a participação dos camaradas Ruben de Carvalho e Marques Pinto.

Quinta

• PENACOVA

Encontro concelhio da CDU. Em Rebordosa, a partir das 9.30, com a participação do camarada Cesar Roussado.

• ARRAIOLOS

Festa de Campo do PCP na Barragem dos Luzes. Convívio — com pesca, jogos populares, almoço, espectáculo. Às 15.00, intervenção política pelo camarada Blanqui Teixeira.

Desfile em Viseu

**Contra o Roubo
dos Baldios
aos Povos!**

Sábado, dia 4, 21.30 h

XII **festa**
Avante!

**EP já está
à venda**

Já estão à venda as Entradas Permanentes para a 12.ª Festa do «Avante!», que se realiza a 9, 10 e 11 de Setembro, nos terrenos da antiga Quinta do Infantado, em Loures.

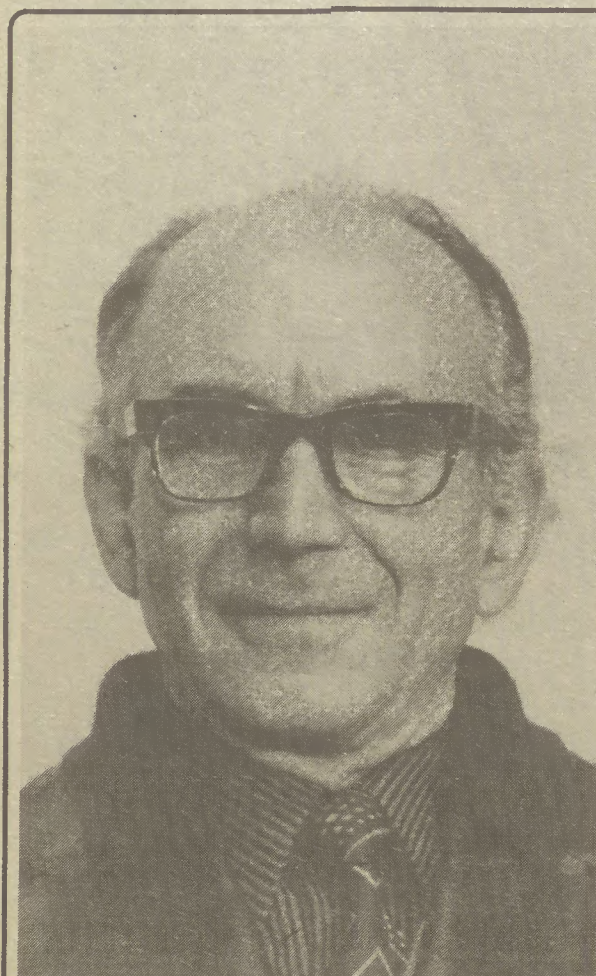
Cada EP custa 500 escudos, dá direito a entrar na Festa durante os 3 dias e dá direito a senha de saída até às 21 horas.

Além de ser uma contribuição para a realização da Festa do «Avante!», as Entradas Permanentes dão ainda direito a participar num sorteio de brindes, a realizar no dia 11 de Setembro.

Ainda não comprou?



VONDERWERTH, Klaus (RDA) in «Novos Caminhos», Revista da Associação Portugal-RDA — Publicação trimestral/Ano 11/Octubre 1986/Distribuição gratuita aos sócios



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Quarta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.1 – Telenovela «Selva de Pedra» (34.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Eu, Pessoa
20.20 – Telenovela «Roque Santeiro» (164.º epis.)
21.15 – Lotação Esgotada: «Uma Mulher de Sonho», real. Blak Edwards (EUA/1979)
23.35 – 24 Horas
00.05 – Remate

RTP2

13.15 – Totally Live
14.05 – Agora Escolha!
15.35 – Piano Bar
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela «Os Imigrantes» (261.º epis.)
18.00 – Ponto por Ponto
19.05 – Fórmula One
20.00 – Série «O Fugitivo»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros



21.35 – Série «Joana»
22.25 – Clube de Imprensa
23.10 – Fantasia e Realidade

Quinta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
11.30 – Missa do Corpo de Deus
12.20 – Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Shiu-Hing — a memória de Ricci
13.55 – Roda de Amigos
14.35 – Brinca Brincando
15.00 – Super-Homem I
17.20 – Sumário
17.25 – 24.ª Corrida TV
19.30 – Telejornal
20.25 – Boletim Meteorológico
20.10 – Eu, Pessoa
20.20 – Telenovela «Roque Santeiro»
21.10 – Primeiro Andamento
22.15 – Série «Quando a Paixão se Apaga» (3.º e último epis.)
23.10 – 24 Horas
23.40 – Remate

RTP2

13.15 – Totally Live
14.05 – Pano para Mangas
15.35 – Série «Fields of Fire» (1.º epis.)
16.35 – Trinta minutos com...
17.10 – Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto por Ponto
19.05 – Fórmula One
20.00 – Série «O Fugitivo» (3.º epis.)
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Andebol de 7: final da Taça de Portugal
23.00 – Série «As Teias da Lei»

Sexta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
14.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4

TV O Programa

19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – EU, Pessoa
20.15 – Telenovela «Roque Santeiro»
21.10 – Homenagem a Carolina Cortesão
21.15 – Série «A Borboleta na Gaiola» (1.º epis.)
22.15 – O Programa das Festas
22.40 – Série «Tribunal de Polícia» (7.º epis.)
23.10 – 24 Horas
23.40 – Remate
23.55 – Pela Noite Dentro: «Mistress»

RTP2

13.15 – Totally Live
14.05 – Agora Escolha
15.35 – Série «Desafio Mundial» (4.º epis.)
16.35 – Giramundo
17.10 – Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto por Ponto
19.05 – Fórmula One
20.00 – Série «O Fugitivo»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Clube de Jornalistas
22.10 – Série «Terra Vermelha», 2.º epis.)
23.05 – Entre Barreiras
23.30 – Troféu

Sábado

RTP1

09.00 – Juventude e Família
12.05 – Trânsito
12.30 – TV Mulher
13.00 – Notícias
13.10 – Easter Island
14.05 – Parlamento
14.35 – Concurso «Sobe e Desce»
15.45 – Sessão da Tarde: «Quero os Meus Filhos»
17.40 – Série «Capitão Power» (Lo epis.)
18.05 – Viva música
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.15 – Boletim Meteorológico
21.20 – Série «Sim, sr. Primeiro-Ministro» (7.º epis.)
22.05 – Miss Universo
23.30 – Cinema da meia-noite: «O Oitavo Passageiro»

RTP2

09.00 – Compacto Totally Live
13.00 – Compacto «Selva de Pedra»
16.00 – Troféu
20.00 – Music Box Especial «Fleetwood MC»
20.50 – Uma Boa Ideia
21.15 – Série «Oscar Wilde» (1.º epis.)
22.10 – Concordo ou Talvez Não
23.40 – O Som da Surpresa

Domingo

RTP1

09.00 – Juventude e Família
11.15 – Missa

12.05 – 70X7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Série «A Cidade e o Rio»
13.35 – Série «O Director de Turma»
14.00 – Série «O Mundo da Natureza»
14.50 – Primeira Matinée: «O Gigante do Oeste»
16.25 – Clube Amigos Disney (últ. programa)
18.55 – Série «O Justiceiro»
20.30 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.35 – Eu, Pessoa
20.40 – Série «Humor de Perdição»
21.55 – Série «Pavilhões Distantes» (6.º e últ. epis.)
23.00 – Domingo Desportivo

RTP2

09.00 – Music Box
10.00 – Troféu
12.30 – Série «O Meu Carro tem 100 anos» (12.º epis.)
13.00 – Music Box
14.00 – Caminhos
14.30 – Novos Horizontes
15.00 – Troféu
17.00 – Série «O Mundo de Smithsonian»
17.55 – Série 5.ª Dimensão (últ. epis.)
19.10 – Piano Bar
20.10 – Série «Quem Sai aos Seus...»
20.35 – Artes e Letras
21.25 – Cineclube «Ana»

Segunda

RTP1

09.00 – Bom dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Eu, Pessoa
20.20 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.10 – Série: «Mátria»
21.40 – Concurso: «Com Pés e Cabeça»
23.30 – 24 Horas
24.00 – Remate.

RTP2

13.15 – Totally Live
14.05 – Agora Escolha!
15.40 – Concerto
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.05 – Fórmula One
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Teatro
22.35 – Concerto: «Pierrot Lunaire» de Schonberg gravado na Central Tejo.

Terça

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Vamos Jogar no Totobola
20.25 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.35 – Programa da Direcção de Informação
22.35 – Série: «Pulaski»
23.40 – 24 Horas
00.15 – Remate.

RTP2

13.15 – Totally Live
14.05 – Dois Dedos de Conversa
15.40 – Série: «Dallas»
16.40 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.05 – Fórmula One
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 – Cinemadois: «Forget Mozart».

Quarta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.05 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Eu, Pessoa
20.15 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.20 – Lotação Esgotada: «Bad Company», real. Robert Benton (EUA/1972)
23.00 – 24 Horas
23.30 – Remate.

RTP2

13.15 – Totally Live
14.05 – Agora Escolha!
15.35 – Piano Bar
17.10 – Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.05 – Fórmula One
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Série: «Joana»
22.35 – Clube de Imprensa
23.15 – Fantasia e Realidade.

Teatro O Cartaz

• LISBOA

IFICT, R. Santiago,
19. Diariamente às 21.30. As Portas, de Amadeu Lopes Sabino, enc. Alberto Lopes.
Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A Rua, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.
Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. Três Irmãs, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela Cornucópia.
Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. Os Velhos Não Devem Namorar, de Alfonso Daniel Castellón, enc. Blanco Gil, pelo Teatro Ibérico.
Teatro Vasco Santana, Av. da Repúli-

ca, As Duas Cartas, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.
Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.
Torre de Belém, Pç. do Império. De 3.ª a dom. às 21.30. Segismundo na Torre de Belém, adapt. de «A Vida É Sonho», de Calderon de la Barca, enc. de Jorge Lis-topad.

• PORTO

Cooperativa do Povo Português, R. de Camões, 578. De 3.ª a dom. às 21.45, sáb. e dom. também às 16.00. Antigona de Sófocles/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela Selva Trupe.
Teatro Experimental do Porto. De 5.ª a

sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Médico à Força, de Molière, enc. Roberto Merino.
Teatro dos Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. O Pássaro Verde, de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

• ALGÉS

1.º Acto – Clube de Teatro. 6.ª e sáb. às 21.30. Memórias de Guerra, textos de Ru-zante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. Dona Rosinha Solteira, de Federico García Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00.

• BRAGA

Teatro Circo, de 3.ª

a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. Com a Arma de Bogart, de Renato Solnado, enc. de António Fonseca, pela CENA – Companhia de Teatro de Braga.

Para Crianças

• LISBOA

Teatro Nacional, Sala Garrett. Sábado, às 16.00. Zaca Zaca, de António Torrado, enc. de Ruy de Matos.
TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. de Kim Cachopo.
Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. O Leão Enganado, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

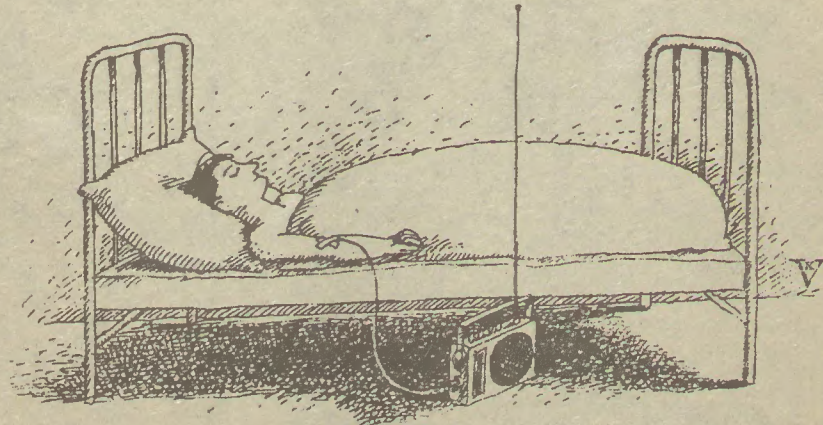
Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Bom Dia Babilónia	—	—	★★	—	★★★
B	Diabo no Corpo	★	★★★★	★★★★	★★★★	—
C	O Fetiço da Lua	★★★★	—	★★	★★	★★
D	Império do Sol	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
E	Na Vigília da Noite	—	★★★★	★★★★	—	★★★★
F	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de 1 a 5 estrelas

A — Real. Paolo e Vittorio Taviani **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa
 B — Real. Marco Bellocchio — **Mundial/3** (14.00, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.
 C — Real. Norman Jewison — **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); **Amoreiras/1** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); **Gemini** (15.00, 18.00, 21.30); **S. Jorge/3** (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Steven Spielberg — **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/5** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) — Lisboa.
 E — Real. Ridley Scott — **Ávila** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Bernardo Bertolucci — **Condes** (14.15, 18.15, 21.30), **Fonte Nova/1** (14.15, 17.45, 21.00).



...e ainda

Música, debates, etc.

Convívio alentejano no Montijo

É já no próximo domingo que se realiza o tradicional Convívio Alentejano no Apeadeiro de Sarilhos, este ano ainda mais convidativo. De facto, para além do piquenique e das provas de atletismo e jogos infantis habituais, haverá à tarde

um espectáculo (ou uma sucessão de pequenos espectáculos) em que participarão os grupos «Cromáticos» e o Coral de Píndal de Frades.

Presente vai estar **Manuel Correia**, recentemente galardoado com o prémio do Ano Internacional da Paz 86 da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal pelo seu livro de poemas «Passos Bifurcados». Vai estar também a camarada **Bernardina Sebastião**, que fará uma intervenção sobre a situação política.

A destacar ainda a Noite da Juventude CDU, que antecede (no sábado) este Convívio Alentejano: discoteca volante e projecção em ecrã gigante de vídeos de espectáculos musicais.

Um Dia no Campo

Até sexta-feira próxima estão abertas inscrições, nos centros de dia e convívio de idosos e nas juntas de freguesia do concelho de Loures, para este «Um Dia no Campo» — uma iniciativa da CM de Loures, dirigida a reformados, pensionistas e idosos com mais de 55 anos, que terá lugar todos os dias úteis entre 27 de Junho e 18 de Julho.

O passeio vai levar os inscritos até à Herdade do Monte dos Condes, em Benavente, onde decorrerão o almoço, visita à herdade, jogos tradicionais, baile, fados, cinema.



C. R. L.

Exposições

• LISBOA

Álvaro Carneiro — Escultura. Soc. Nac. de Belas-Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a Dom. das 14 às 20 horas. (Até 9/6).

Ana Aragão — Pintura. Gal. O Varandim, Pç. Bernardino Machado, 11-B. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb. só de manhã. (Até 4/6).

Cabrita Reis — Pintura. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/6).

Chichorro (Moçambique) — Pintura. Gal. Sta. Justa, R. Sta. Justa, 93-2.ª. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 5/6).

«**A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro**» — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Edith S. Ambuhl — Desenho. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 5/6).

Escultura Contemporânea de Moçambique (colectiva). Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 1/6).

Espiga Pinto — Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00.

«**Faíanga Portuguesa em Amsterdão**» — Museu Nacional de Arte Antiga. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 5/6).

Filipe Rocha da Silva — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Gonçalo Ruivo — Pintura. Loja do Dese-

nho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7).

Gravuras da Coleção Gulbenkian — Exposição Itinerante. Museu Machado Castro (até 3/7). COIMBRA.

Helena Justino — Pintura. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã. (Até 10/6).

Jair Mendes (Brasil) — Pintura e desenho. Gal. Tempo, R. Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 5/6).

Jean Ravail — Pintura. Gal. Palma, Calc. da Palma de Baixo, 6. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 2/6).

João Hogan — Pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda (até 25/6).

João Moreira — Pintura. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 14/6).

Joaquim Bravo — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna (até 27/6).

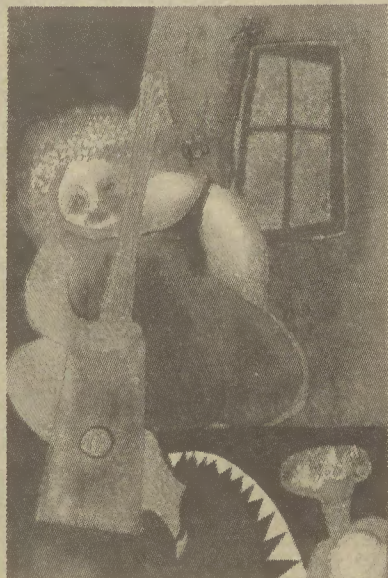
Lenços de Namorados — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Lurdes Sousa, Eduardo Pedroso, José Paulo — Gravura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9. 1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Manuel Vilarinho — Pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 9/6).

Mário Cesariny — Pintura, técnicas várias. Gal. EMI, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 17.00 (até 9/6).

Martins Correia — Escultura e desenho. Gal. S. Mamede, R. Es-



Chichorro

cola Politécnica, 167.

Milica Bravacic (Jugoslávia) — Pintura. Gal. das Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 6/6).

Minoru Niizuma — Es. R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

80 Anos de Arte Moderna Portuguesa — Colectiva de pintura, escultura, desenho. Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00 (até 14/6).

O Ouro e a história pré-colombiana — Esculturas, joias, objectos de culto. Gale-

ria das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 14/7).

«**O que nós fizemos este ano escolar**» — exposição de trabalhos de alunos da Voz do Operário. Na Gal. Voz do Operário. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 11/6).

Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 5/6).

«**Por Mar e Terra...**» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

Sérgio Camargo — Escultura. Gal. 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 22/6).

Teatros de Papel (séc. XVIII, XIX, XX). Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 9.00 às 23.00 (até 13/6).

Vitor Ribeiro — Escultura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9. De 3.ª a sáb. das 17.00 às 20.00 (até 8/6).

195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Fernando Pinto Coelho e Helena Liz — Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

Rui Anahory — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/6).

• OUTRAS LOCALIDADES

Argentina Zamora — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 24/6) ALMANSIL.

Silvia Westphalen e Pedro Fazendo — Escultura. Gal. Municipal, das 15.00 às 23.00 (até 12/6) AMADORA.

12 Pintores Portugueses de Paris — Colectiva de pintura. Gal. Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 17/6) GUIMARAES.

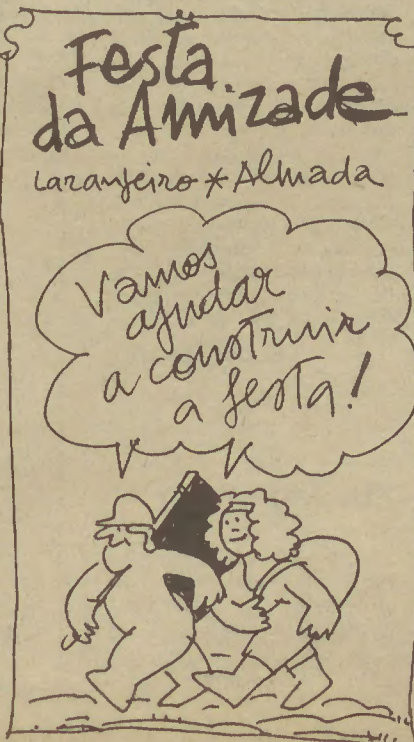
Maria Beatriz — Pintura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. (Até 5/6). LOURES.

«**A Descoberta do Palácio**» — Colectiva de Artes Plásticas sobre o Palácio Nacional de Sintra. No Palácio, das 10 às 12 e das 14 às 17 horas. (Até 5/6) SINTRA.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

• PORTO

António Melo — «As Grandes Invasões», pintura. Gal. JN, R. Gonçalo Cristovão,



Tempo Fim de Semana



Tempo para o fim-de-semana:
 Céu pouco nublado ou limpo.
 Subida de temperatura a partir de domingo.
 Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Estamos todos de parabéns: hoje é o Dia Mundial da Criança.

Os Pioneiros de Portugal (com outras organizações) assinalam o 1 de Junho com uma série de actividades a que deram o lema «Construir a paz, viver em alegria».

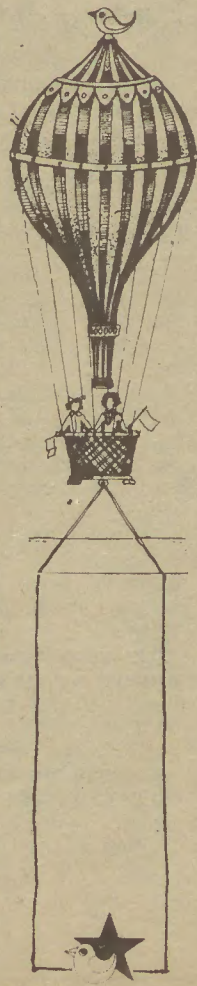
Das muitas iniciativas que, certamente, se vão realizar hoje, amanhã e durante o fim-de-semana um pouco por todo o País, chegaram à nossa redacção notícias da Covilhã, da Guarda e de Viseu e Lamego.

Na **Covilhã** a festa realiza-se amanhã que é feriado e dá para festejar durante todo o dia. Às 10 horas há uma manhã desportiva na Escola Preparatória Pêro da Covilhã. A partir das 15 horas o cenário passa a ser o jardim público, onde haverá uma tarde cultural com ginástica rítmica, karaté, música, pintura e uma prova de criatividade.

Na **Guarda** o dia de festa é domingo, o local é o Jardim José Lemos e o programa tem teatro (pelo Grupo de Intervenção Cultural da Covilhã), música e jogos. Tudo isto começa às 15 horas.

Domingo foi igualmente o dia escolhido pelos Pioneiros de Viseu e Lamego para o seu convívio. Local de reunião é a Mata dos Remédios em **Lamego** e o programa, que tem início às 10.30, consta de jogos, piquenique e (à tarde) de uma visita ao Museu de Lamego.

Também como uma forma de comemorar o 1 de Junho, saiu um número especial de «O Girassol», boletim da Casa do Pioneiro. Além de notícias diversas sobre a actividade dos Pioneiros, de uma carta de José Jorge Letria «sobre uma manhã de Abril» e de informação sobre o Dia Mundial da Criança, traz em «separata» um girassol para cortar, colar e brincar e — imaginem — um saquinho de rebuçados.



a TV

Cumplicidade retrospectiva

Causou a muitos portugueses indignação a forma como o **Telejornal** tratou a morte de Francisco Miguel. Não estamos, de facto, diante de uma pessoa qualquer, face à qual devamos manter um distanciamento, uma neutralidade, uma cautelosa ignorância.

Estamos diante de alguém que dedicou toda a sua vida à luta pela liberdade. Quantos agora dela usufruem, deviam lembrar-se disso. Foram anos e anos, dias e dias, noites e noites, de insegurança e também de coragem, e também de determinação. Foram os melhores anos de vida fechados na cadeia. Anos de humilhação, de solidão, de tortura.

Na balança da RTP tudo isso ficou saldado com duas palavras frias, com duas frias imagens. Não foi isenta que a informação da RTP se mostrou: foi cúmplice.

Repugnante cumplicidade!

À trela

Telejornal pode ignorar tudo. Tudo, menos a cara dos ministros. Vão para onde forem, façam o que fizerem, digam o que disserem, não importa: lá estão as câmaras para lhes ver as mimosas feições e para lhes registar as palavras insignificantes. Tudo se passa como se a informação da RTP quisesse provar que aqueles «robots» são dos que falam mesmo. Ah, as altas tecnologias!

A taxa de presença, em cada simples meia-hora de emissão, varia entre os três e os seis. Que o seis seja ultrapassado, é frequente; abaixo de três, é muito raro.

Mas acontece. Por exemplo, na emissão de **Telejornal** com as reacções dos sindicatos, do patronato e dos partidos à declaração de inconstitucionalidade do Pacote Laboral.

Aí, que me lembre, só apareceu o Cavaco Silva. Tratava-se de uma longa declaração, extraída de uma conferência no Instituto de Defesa Nacional (estranho local para tais afirmações...) e apresentada com toda a pompa e circunstância.

Tão demorada foi essa declaração que no próprio **Telejornal** se terá achado escandaloso entrar mais nos domínios da propaganda. A verdade é que, na véspera lá tivéramos Cavaco Silva, Fernando Nogueira e Roberto Carneiro. Na antevéspera, fora a vez de Cavaco, Cadilhe e Eurico de Melo. Pouco antes fora a vez de Cavaco, Beleza e João de Deus Pinheiro. Que se seguiram a Beleza, Eurico de Melo, Mira Amaral, etc. etc....

Apenas uma nota, muito simples: a declaração de Cavaco Silva a que faço referência, seria depois incluída no **Tempo de Antena** da Rádio do PSD...

P.S. A respeito da «trela» a que o Governo leva a informação da RTP, vejamos o rol do último **Jornal de Sábado**. Lá estiveram as caras de Cavaco, Couto e Santos, João de Deus Pinheiro, subsecretário da Energia...

E o escândalo da «isenção» prossegue...

Padres Albanos...

«Roque Santeiro» é, sem dúvida, a melhor de quantas telenovelas brasileiras se exibiram em Portugal. Um tema excepcional e uma fabulosa interpretação.

Quero apenas hoje trazer aqui a figura do padre Albano.

Ele não faz o jogo do poder empestado. Ele não rasteja diante dos mandões de alma suja. Ele, por imperativo evangélico, está do lado dos pobres e dos trabalhadores.

Sinhôzinho Malta, que mata com as mãos dos outros (esta personagem é mais verdadeira do que muitos pensam...) abomina-o. Chama-lhe o «padre comunista», o «padre vermelho», tem-no na sua lista de gente a abater.

O padre Albano considera que a Reforma Agrária é indispensável ao desenvolvimento do Brasil. Não faz disse nenhum segredo. Isso mesmo declara aos seus paroquianos: é crime a terra, que só pertence ao povo, estar nas mãos de alguns. Só o dono deve ser dono da terra.

O padre Albano é o representante do combativo clero brasileiro em defesa dos direitos dos trabalhadores. Conta-se de um padre a quem perguntaram: você é comunista? Claro — respondeu ele — Pois se sou padre...

Evidentemente, a expressão deve alargar-se no sentido universal que tem por objectivo a paz e a libertação das pessoas, pois não pode ser livre a alma que habita um homem escravo.

No clero português há muitos padres Albanos, felizmente. Só que no Brasil é preciso conquistar a Reforma Agrária, e em Portugal é preciso defendê-la.

Nessa tarefa o empenhamento tem de ser total.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O chumbo

Há quem diga que a decisão do Tribunal Constitucional em relação ao pacote laboral foi uma vitória dos trabalhadores. Todos concordam de que se trata de uma derrota do Governo.

Cavaco, por seu lado, ameaça reagir. E clama por uma nova constituição. Como se o chumbo do pacote lhe tivesse sido amarrado aos pés.

• «O «chumbo» do pacote laboral, decidido pelo Tribunal Constitucional por seis votos contra quatro, pode provocar o bloqueamento da lei por um longo período de tempo — segundo declarou ao **EXPRESSO** um conhecido constitucionalista.

O facto de a maioria dos juizes ter alegado a existência de três inconstitucionalidades materiais na lei (para além de cinco inconstitucionalidades formais) faz com que o diploma necessite agora, para ser aprovado, dos votos de dois terços dos deputados em efectividade de funções, maioria de que o PSD não dispõe.

Acresce que não se prevêem também para breve modificações na actual relação de forças no TC — onde o «bloco de esquerda» funcionou unido —, e que as inconstitucionalidades apontadas se referem a uma parte da Constituição cuja alteração não está prevista para a próxima revisão constitucional.

As inconstitucionalidades materiais referidas pelo TC diziam respeito ao despedimento com justa causa, cujas disposições contidas na lei eram contrárias à lei Fundamental, na opinião da maioria dos membros do Tribunal.

As violações formais e materiais — As cinco inconstitucionalidades formais (referentes ao modo de produção legislativa) declaradas pelo TC, correspondem a violações dos artigos 55.º e 57.º da Constituição, que consagram o direito de participação das CT e dos sindicatos na elaboração das leis laborais.

Por seu lado, as inconstitucionalidades materiais (relativas ao conteúdo do diploma) dizem respeito a violações dos artigos 53.º e 59.º (esta a única das normas invocadas que não integra o elenco dos Direitos Fundamentais) da Constituição, que regulam a segurança no emprego e o direito ao trabalho.

A segurança no emprego determinou assim a declaração de inconstitucionalidade de dois dos preceitos mais contestados durante o período de discussão pública do «pacote laboral» — o que criava a figura das «causas objectivas» de despedimento individual e o que admitia a substituição judicial da reintegração do trabalhador por uma indemnização, em caso de despedimento declarado ilícito.

(«Expresso», 28. Maio)

«Insuspeitos»

• Falando no Instituto de Defesa Nacional, Cavaco Silva afirmou que esta página da nossa história será ainda mais negativa «porque em 1975 ainda havia a desculpa

dos excessos de uma revolução que pôs fim a 50 anos de ditadura e hoje o que está à vista de todos é o enorme desafio da Europa Comunitária» — acrescentou.

A propósito da «necessidade» de modificar a legislação laboral o Primeiro-Ministro recordou «três posições recentes de entidades insuspeitas»: o comunicado do Conselho de Ministros das Finanças da OCDE, de 19 de Maio, o relatório da OCDE sobre Portugal, do dia 6 deste mês.

«Portanto, só não vê quem prefere fechar os olhos à realidade ou quem está apostado em que Portugal não ganhe a batalha da integração plena da CEE» — afirmou Cavaco Silva.

(«Jornal de O Dia», 28. Maio)

«Citou ainda um relatório de 19 de Maio do FMI («entidade insuspeita», tal como a OCDE, referiu Cavaco) que considera o «pacote laboral» português «um importante passo no sentido de reduzir a rigidez e melhorar a eficiência do mercado de trabalho» e um outro da OCDE de 6 de Maio elogiativo da lei chumbada pelo TC e que responsabiliza a legislação laboral em vigor pelos baixos índices de produtividade e pelas «excessivas cautelas dos empresários em matéria de oferta de emprego».

(«Diário de Lisboa», 28. Maio)

Abusar da Europa não vale!

• O Governo — é uma maneira de dizermos: o PSD e o seu governo, o «Estado-PSD», na expressão de Basílio Horta — usa a integração de Portugal na CEE como pretexto de administração interna. Abusa da Europa. De toda a evidência a adesão à meia Europa (estamos em vésperas de dar o primeiro passo para ultrapassar a cisão) não nos exigia esta legislação laboral que o Tribunal Constitucional chumbou. Nem nos poderia exigir — esse era o caso — que, em legislação sectorial e avulsa, ofendéssemos as regras constitucionais.

Portugal ingressou na CEE com uma Lei Fundamental. Sem desrespeito e sem prejuízo da Constituição da República Portuguesa as cláusulas contratuais de integração europeia deverão ser consideradas. A Europa não escrupulizou ao receber-nos; nós, pelo nosso lado, não temos de nos alvoraçar em transigências e subserviências. Se temos que ser europeus que o sejamos sem compromissos e subserviências (de identidade nacional e de soberania), que o sejamos sem vassalidades e provincialismos.»

(«Diário de Lisboa», 30. Maio)

• «Declarada a inconstitucionalidade nos termos em que o foi e adquirido, portanto, o veto do Presidente da República, o diploma volta ao Parlamento. Qual será a opção da maioria não se sabe, mas as alternativas são poucas e todas elas apresentam custos para o Executivo. Para que a lei fosse aprovada tal como está, contra o parecer do Tribunal Constitucional, o PSD teria de negociar com o PS a indispensável maioria parlamentar de dois terços. As proporções que o confronto político assumiu entretanto tornam inverosímil uma tal hipótese, tão grandes foram as distâncias marcadas por ambas as partes em relação à proposta de lei em causa.»

(«Diário de Notícias», 28. Maio)

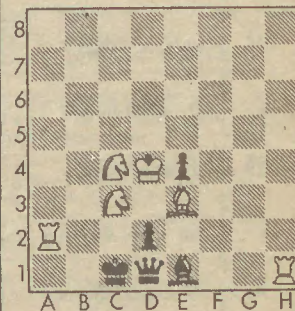
«Tratando-se de uma questão prioritária para Cavaco Silva e para a faixa conservadora radical do seu eleitorado, o julgamento do Tribunal Constitucional representa uma derrota do primeiro-ministro. Raras vezes, também, uma decisão do órgão fiscalizador da constitucionalidade das leis terá sido aguardada com tamanha expectativa e correspondido a um tão expressivo clamor nacional.

A oposição sem reservas de variados sectores da vida portuguesa suscitada pelo «pacote laboral» só por cegueira ou demagogia poderá ser assacada a propósito de destabilizadores. A greve geral de 28 de Março, que constituiu, se a encarmos desapassionadamente, uma notável manifestação de unidade de norte a sul do País, somaram-se, antes e depois, tomadas de posição condenatórias da propostas de lei, com relevo para as de altos responsáveis da Igreja e de organizações que se reclamam do magistério católico. Bem se pode afirmar que a bondade da intenção governamental apenas era reconhecida por aquele sector do patronato que ainda não fez as pazes com o 25 de Abril, e por um ou outro jovem esperançado em expulsar o pai do emprego para nele lhe suceder.»

(«Diário Popular», 27. Maio)

Xadrez

CLVI — 2 de Junho de 1988
Proposição n.º 156
Por: A. Volkman
«Il Problema», 1933
Pr.: [5]: Ps.d2,e4-Bé1-Dd1-Rç1



Br.: [6]: Cs. c3,c4-Bé3-Ts.a2-h1-Rd4

Mate em dois lances

☹☹

Jogo n.º 165
BAD-RAGZ/Jugoslávia, Março/1981
Br.: Mohr (Y)
Pr.: Ekstrom (S)

1. d4, Cf6; 2. c4, c5; 3. d5, g6; 4. Cc3, Bg7; 5. e4, d6; 6. f4, 0-0; 7. Cf3, e6; 8. Bé2, e5; 9. c.d5, Td8; 10. e5, d5; 11. f65, Cg4; 12. Bg5, f6; 13. e.f6, B.f6; 14. B.f6, D.f6; 15. 0-0, Cc3; 16. Dd2, C.f1; 17. T.f1, Bg4; 18. d6, Cd7; 19. Bc4+Rb8; 20. Cd5, Dg7; 21. Cg5, Tf8; 22. Té1, Cc5; 23. Dc3, C.c4; 24. Té7, Tf1+; 25. R.f1, D.c3; 26. T.h7+, Rg8; 27. b.c3 e as pretas abandonam, dada a dupla ameaça: 28. Cc7+ e 28. Cf6+!

☹☹☹☹☹☹

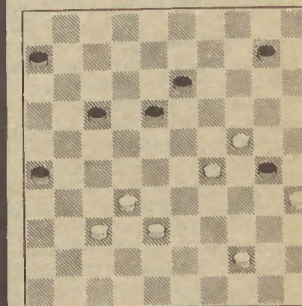
Solução do n.º 156

Chave: 1. C:d2!
1. Da4+; 2. Cc4++
1. D:d2+; 2. B:d2++
1. Dc2; 2. Cb3++
1. B:d2; 2. B:d2++

A. de M.M.

Damas

CLVI — 2 de Junho de 1988
Proposição N.º 156
Por: Georges Post (F)
1.º Prémio «L'Effort», 1978
Pr.: [7]: 6-10-13-17-18-26-30

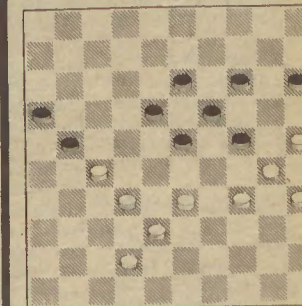


Br.: [7]: 24-29-32-35-37-38-44

Jogam as brancas e ganham

Golpe n.º 156

Por: I. Kupierman
Pr.: [9]: 13-14-15-16-18-19-21-23-24



Br.: [9]: 25-27-30-32-33-34-35-38-42

Jogam as brancas e ganham

☹☹☹☹☹☹

Soluções do N.º CLVI
Miniatura N.º 156 (G.P.): 37-31 (26x28); 29-23 (18x20); 35x4 (28-32); 4-11 (32x43); 44-39 (43x34) A; 11-44 B+A se (6x17); 39x48 B+
Golpe N.º 156 (I.K.): 27-22 (18x27); 33-29 (24x33); 38x20 (27x47); 20-14 (19x10); 30-24 (47x20); 25x5B+

A. de M.M.

Lê e divulga
O Militante

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica